

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CURSO DE MESTRADO

DIANE BELUSSO

A COOPERATIVA C.VALE E AS PERSPECTIVAS DOS PRODUTORES INTEGRADOS
À AGROINDÚSTRIA EM PALOTINA – PR

MARINGÁ

2007

A COOPERATIVA C.VALE E AS PERSPECTIVAS DOS PRODUTORES INTEGRADOS
À AGROINDÚSTRIA EM PALOTINA-PR

Dissertação apresentada à Universidade
Estadual de Maringá, como requisito
parcial para a obtenção do grau de Mestre
em Geografia, área de concentração:
Análise Regional e Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Elpídio Serra

MARINGÁ

2007

Dedico este trabalho

Aos meus pais, Dilvo Belusso e Niomar Lourdes Patel Belusso, pela educação e incentivo.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Maringá (UEM), como instituição pública de ensino, pesquisa e extensão.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PGE/UEM).

Ao CNPq, importante órgão de fomento à pesquisa, pela concessão de bolsa de estudos.

Ao professor orientador, Dr. Elpídio Serra, agradecimentos infinitos pela amizade, confiança e dedicação indispensáveis para a concretização dessa dissertação.

Aos professores do PGE, de modo especial, ao coordenador deste curso: Professor Dr. César Miranda Mendes, do qual também fui aluna.

À Cida, secretária do PGE.

A todos os professores e amigos que convivi ao longo da minha formação em Geografia que começou na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, de modo especial às professoras Lia e Marli, incentivadoras do inicial projeto de pesquisa que agora se realiza como dissertação de mestrado.

À Terezinha e ao Marcelo, geógrafos, meus amigos, exemplos de dedicação, coragem e otimismo, muito obrigada!

Aos amigos que conheci durante o mestrado e aos amigos de longa caminhada.

À minha família, porto seguro em todas as horas, carinhosamente às minhas irmãs Chrystiane e Rosane.

À tia Oneida, pelo apoio em momentos importantes.

Às amigas, Andréia e Márcia, pela convivência, aprendizado e paciência em dividir apartamento.

Aos produtores integrados que gentilmente responderam às entrevistas.

À imprensa da C.Vale Cooperativa Agroindustrial, pela atenção e material disponibilizados.

A Deus, às manifestações de vida, às condições de existência para criar idéias e sustentar a força infinita de concretização dos nossos anseios.

RESUMO

O presente trabalho identifica os motivos que impulsionaram as cooperativas agrícolas do Paraná, de modo particular a C.Vale Cooperativa Agroindustrial, a implantar agroindústrias e romper com a sua função original de apenas receber e comercializar matérias-primas entregues pelos associados. Compreende a empresa cooperativista como contradição entre a teoria e a prática do cooperativismo. Cita que a presença de indústrias, em grandes cooperativas, foi e é permeada por ações do governo federal, além da instituição de lei que define a política nacional de cooperativismo e que criou o regime jurídico destas associações. Caracteriza o espaço da agricultura no Oeste do Paraná, especificamente em Palotina, com destaque para a função decisiva da C.Vale ao transformar parte de seus associados em produtores integrados à agroindústria. Verifica a relação da cooperativa C.Vale com os produtores integrados, os direitos e deveres das partes, a partir do contrato de integração ou parceria, bem como o nível de dependência ou independência em relação à indústria. Entende o papel híbrido da C.Vale no sentido de manter uma relação paralela entre produtores livres e integrados, verificando, no conjunto das relações sociais, as contradições geradas. Considera que a inserção das cooperativas numa rede agroindustrial repercute no controle da produção agropecuária, na evolução do modelo de associação dos produtores rurais e nas relações sociais de produção.

Palavras-chave: empresas cooperativistas; complexo agroindustrial; produção integrada.

ABSTRACT

The present paper identifies the reasons that have impelled the agricultural cooperatives of Paraná, particularly, '*C.Vale Cooperativa Agroindustrial*', to implant agribusinesses industries, thus breaking with its original function of just receiving and trading raw materials on behalf of the cooperative members or associates. It situates the cooperativist company as a contradiction between theory and practice in cooperativism. It states that the presence of industries, in great cooperatives, was and still is permeated by actions from the federal government, besides the law institution that defines the national policies in relation to cooperativism, and which created the juridical regime of such associations. It characterizes the space of agriculture in the West of Paraná, specifically in Palotina, with prominence to the decisive function of C.Vale, when transforming part of their associates into producers integrated into agribusiness. It verifies the relationship between C.Vale Cooperative and the integrated producers, as well as the rights and duties of both parts, starting from the integration contract or partnership, and also checking the dependence or independence level in relation to the industry. It understands the hybrid role of C.Vale Cooperative, in the sense of maintaining a parallel relationship among free and integrated producers, verifying, among the amount of social relationships, the contradictions then generated. It considers that the insertion of cooperatives in an agroindustrial cooperative net, echoes in the control of the agricultural production, in the evolution of the association model of rural producers, and also, in the social relationships of production.

Key Words: Cooperatives; Agro-industrial complex; Integrated production.

LISTA DE SIGLAS

ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul
CAI – Complexo Agroindustrial
CAMPAL – Cooperativa Agrícola Mista de Palotina Ltda
CFP – Companhia de Financiamento e Produção
COCAMAR – Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá
COOPERVALE – Cooperativa Agrícola Mista Vale do Rio Piquiri Ltda
DAC – Departamento de Assistência ao Cooperativismo
DEPAV – Departamento Avícola
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná
IAPAR – Instituto Agrônomico do Paraná
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEP – Índice de Eficiência Produtiva
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MARIPÁ – Colonizadora Madeireira Rio Paraná
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEPAR – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
PIB – Produto Interno Bruto
PIC – Projeto Iguaçu de Cooperativismo
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PRODECOOP – Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária
RECOOP – Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária
SINDIAVIPAR – Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Paraná
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDCOOP – Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1. AS EMPRESAS COOPERATIVISTAS NO RUMO DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA VISÃO DE CONTEXTO GEOGRÁFICO.....	11
1.1 EMPRESA COOPERATIVISTA: CONTRADIÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DO COOPERATIVISMO.....	14
1.2 O COOPERATIVISMO NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO.....	21
1.3 DO COMPLEXO RURAL AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL: A ESTRUTURAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DAS COOPERATIVAS NO PARANÁ.....	23
2. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA AGRICULTURA NO OESTE PARANAENSE: UM ESTUDO DE CASO EM PALOTINA.....	35
2.1 A COLONIZAÇÃO EMPRESARIAL NO OESTE PARANAENSE.....	38
2.2 AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA E SUA RELAÇÃO COM AS COOPERATIVAS.....	41
3. A EVOLUÇÃO DA C.VALE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL.....	50
3.1 A INFLUÊNCIA ECONÔMICA DA C.VALE.....	58
3.2 A C.VALE E AS REALÇÕES COM O MERCADO.....	62
4. ASSOCIADOS E INTEGRADOS: A FACE HÍBRIDA DO COOPERATIVISMO EMPRESARIAL NO CAMPO.....	67
4.1 A POSIÇÃO DO PRODUTOR INTEGRADO.....	74
5. AS PERSPECTIVAS DOS PRODUTORES INTEGRADOS À COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL EM PALOTINA.....	77
5.1 ALGUNS ELEMENTOS QUE CARACTERIZAM AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS PRODUTORES INTEGRADOS.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Ao pesquisar uma cooperativa se pretendeu, antes de tudo, pesquisar os produtores agropecuários associados a ela e inseridos à produção vinculada aos complexos agroindustriais.

O estudo de caso dessa dissertação envolve a agroindústria avícola, ou seja, um segmento do agronegócio que é favorável à observação de transformações na produção, nas relações de trabalho, na articulação do produtor com a indústria, na manutenção das associações (cooperativas), enfim, para a Geografia Agrária uma área privilegiada à análise da produção do espaço e que envolve representações e interesses diversos.

Os produtores (associados, integrados ou contratualizados) pesquisados para a elaboração dessa dissertação de mestrado são integrados ao Complexo Avícola da C.Vale Cooperativa Agroindustrial, a partir de 1997, no município de Palotina, localizado na Mesorregião Oeste do Paraná.

Nas últimas décadas, a implantação de modernas agroindústrias alavancou cooperativas como a C.Vale em termos de faturamento empresarial e de influência econômica no território. Diante destas considerações, se pretendeu verificar as conseqüências da estruturação / reestruturação dessas cooperativas do ponto de vista do produtor associado / integrado em relação à sua participação cooperativista, entre outros aspectos.

Esta pesquisa objetivou, de modo geral, compreender os efeitos sócio-espaciais da inserção da cooperativa C.Vale ao Complexo Agroindustrial (CAI) e especialmente evidenciar o conjunto de causas e conseqüências que justificaram e justificam a transformação dos associados da cooperativa em produtores integrados à agroindústria.

De modo específico, também foram objetivos: identificar os motivos que impulsionaram a C.Vale a implantar agroindústrias; verificar os níveis de relacionamento da C.Vale com os associados, particularmente aqueles vinculados à produção integrada; verificar os direitos e deveres das partes e a dependência ou independência em relação à agroindústria a partir da análise de contratos mantidos entre a cooperativa e os produtores integrados; entender o papel híbrido da cooperativa C.Vale no sentido de manter uma relação paralela entre produtores livres e integrados; demonstrar a estrutura da C.Vale, sua infra-estrutura em termos de agroindústrias e setores de prestação de serviços.

Para estes objetivos, além de fundamentação teórica com autores que estudam o tema em questão, a realização de entrevistas representou o procedimento empírico

da pesquisa. Entrevistas¹ realizadas durante o mês de janeiro de 2006 foram direcionadas para a obtenção de informações, sobre os produtores de frangos, a respeito de suas características ou condições socioeconômicas e quanto à participação como associados da cooperativa.

A C.Vale Cooperativa Agroindustrial conta com a produção de 390 aviários, localizados em Palotina e em outros dez municípios das regiões Oeste e Noroeste do Paraná (Assis Chateaubriand, Terra Roxa, Toledo, Nova Santa Rosa, Maripá, Brasilândia do Sul, Cafezal, Iporã e Francisco Alves e Tupãssi). Em Palotina, onde se localiza a sede e o parque industrial avícola da C.Vale, estão instalados 171 aviários (é o município onde está a maioria dos integrados). Por esse motivo Palotina foi o município escolhido como área para as saídas de campo à procura de proprietários de aviários que aceitassem conceder entrevista, de maneira aleatória. Foram entrevistados 23 proprietários de aviário(s) que correspondem a 13% do total de aviários instalados em Palotina.

A atividade básica deste trabalho foi a pesquisa: “atividade científica pela qual descobrimos a realidade” (DEMO, 1987, p.23). Uma abordagem analítica desta realidade apareceu, neste estudo de caso, ao apresentar reflexão teórica, discussão de conceitos-chave (empresa cooperativista, complexo agroindustrial, produção integrada) e ao se orientar numa caracterização temporal e espacial pré-determinada. Em textos geográficos, de acordo com Corrêa (2003), os procedimentos mais adequados que integram o processo de produção do conhecimento científico são: uso de mapas, figuras e fotos; apresentação de informações numéricas e de exemplos empíricos; fundamentação teórica; reflexão a partir de questionamentos; descrição e interpretação dos conteúdos propostos.

Ao iniciar a dissertação com o item “As empresas cooperativistas no rumo da agroindustrialização: uma visão de contexto geográfico”, se apresenta uma correlação do cooperativismo e da cooperativa de modo a evidenciar que o surgimento de cooperativas agroindustriais é resultante de contradições na prática do cooperativismo (teoria de base filosófica socialista) na medida em que se difundiu numa economia de mercado capitalista. Entender a função da cooperativa como instrumento, sobretudo utilizado pelo Estado e por grandes empresas, que viabilizou determinados modelos de produção na agropecuária, foi possível com um breve histórico do cooperativismo no Brasil e com os exemplos de duas cooperativas do setor agrícola no Estado do Paraná (Cocamar Cooperativa Agroindustrial e C.Vale Cooperativa Agroindustrial) que apesar de trajetórias diferenciadas seguiram o rumo da agroindustrialização.

¹ O roteiro das entrevistas está em anexo (ANEXO A).

Na seqüência, o papel político e econômico desempenhado pelas empresas cooperativistas foi apresentado com o item “Caracterização sócio-espacial da agricultura no Oeste Paranaense: um estudo de caso em Palotina”, ao enfatizar esta região como um espaço agrícola e ao reconhecer tal área como suporte para uma dinâmica que faz parte do agronegócio. No Oeste do Paraná, significativo processo de modernização agrícola e de inserção à rede agroindustrial deveu-se: à base física ambiental propícia; à colonização planejada (repartição do solo e ocupação destinada à produção agrícola); mas, principalmente, à função decisiva das cooperativas em relação às transformações na agricultura.

Na quarta seção, “A evolução da C.Vale Cooperativa Agroindustrial”, são destacadas três fases da cooperativa (Campal, Coopervale, C.Vale), uma evolução que representa períodos de diferentes características no processo de transformações na agricultura paranaense e particularmente em Palotina. Diante da caracterização da estrutura de funcionamento e da infra-estrutura em termos de agroindústrias e de setores de prestação de serviços aos associados desta cooperativa, se destaca a influência econômica da C.Vale e o seu significado em relação ao mercado globalizado.

Os impactos, os interesses e as influências entre os agentes que condicionaram a evolução da C.Vale Cooperativa Agroindustrial são fatores que motivam a pesquisa, especialmente sobre os produtores integrados, assunto que é tratado no quinto item: “Associados e Integrados: a face híbrida do cooperativismo empresarial no campo”.

As perspectivas dos produtores integrados e a manutenção da relação com a cooperativa / agroindústria dependem dos elementos que viabilizam a “produção integrada” e caracterizam as condições socioeconômicas de tais produtores. Quem são os produtores integrados? Quais os atrativos para estes produtores? O que mudou no campo a partir da implantação de aviários? Quais são as dificuldades? Para estas questões se pretendeu dar respostas do ponto de vista dos produtores integrados.

1. AS EMPRESAS COOPERATIVISTAS NO RUMO DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA VISÃO DE CONTEXTO GEOGRÁFICO.

Estudar as cooperativas agroindustriais, como tema e objeto de pesquisa em Geografia Agrária, requer uma prévia compreensão da viabilidade dessas associações inseridas num conjunto de tendências e de contradição entre a teoria e a prática do cooperativismo.

Tendências e contradições que ensejam uma necessária diferenciação entre o cooperativismo e a cooperativa:

Cooperativismo – pensamento idealizado no decorrer do século XIX, quando seus precursores contestavam a vigência de um sistema de exploração do trabalho pelo capital.

A importância da reação cooperativista, entretanto, deve ser compreendida no quadro de uma atividade econômica que se caracterizava, no início do século XIX, pela concorrência desenfreada de pequenas unidades de produção, pela gravidade das repercussões negativas da Revolução Industrial no meio operário, por crises cíclicas que agravavam as condições de vida dos trabalhadores, pela ausência de legislação trabalhista e previdenciária, pela proibição de qualquer forma de associação de defesa profissional etc (PINHO, 1977, p.71).

Cooperativa – estrutura originária dos ideais cooperativistas (por exemplo, a cooperativa de Rochdale, na Inglaterra, fundada por 28 tecelões de flanela em 1844), mas transformada no seu processo evolutivo de acordo com diversos interesses, uma estrutura produtiva e empresarial que possui regulamentações específicas (no setor agrícola, por exemplo) para atuar no agronegócio nacional, ou seja, uma empresa cooperativista cada vez mais envolvida na economia global.

A existência de uma grande variedade de cooperativas está relacionada com a satisfação das ilimitadas necessidades da sociedade e com a complexidade do meio econômico (PINHO, 1977)². Fato que representa discussão interessante para a Geografia Agrária porque as cooperativas agroindustriais, neste caso, se consolidaram como tradicionais organismos associativistas de inserção, na economia formal, dos produtores agropecuaristas.

² A OCB, adaptada às exigências do mundo do trabalho, a partir de 1993, classifica as cooperativas em doze ramos: agropecuário, consumo, crédito, educacional, habitacional, especial, mineração, produção, serviço ou infra-estrutura, trabalho, saúde, turismo e lazer (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2006).

As cooperativas são estruturas produtivas de grande expressão espacial e forte apelo social e político, ademais, funcionam como agentes de gestão de territórios³ (SILVA, 2002).

Conforme Silveira (2005), relacionar o uso do território e do conceito de rede, permitindo a incorporação da variável espacial nos estudos da dinâmica da atividade agroindustrial, no âmbito das ciências sociais, é ainda minoritário, entretanto:

[...] o território, através de suas contingências, características e atributos ambientais, socioculturais, econômicos e técnicos, oferece distintas possibilidades e estabelece determinadas condições, quanto ao seu uso, pelos agentes que participam do CAI. Por sua vez, também devemos valorizar a historicidade do processo de agroindustrialização e de sua reprodução e, através dela, considerar e apreender a lógica e a dinâmica pelas quais os agentes sociais envolvidos atuam, relacionam-se e utilizam o território (SILVEIRA, 2005, p.230).

Tanto na orientação e difusão de novos cultivos, como na integração do seu grupo de associados ao Complexo Agroindustrial, “[...] As cooperativas funcionam como um elemento de propulsão econômica e como agentes transformadores do espaço agrário e regional [...]” (FAJARDO; MORO, 2000, p.108).

Assim, com as atenções voltadas para explicarmos as transformações sócio-territoriais do mundo agrário, temos que considerar [...] a inserção do trabalho assalariado na agricultura ou particularmente nas atividades agroindustriais tecnificadas e as formas de organização dos trabalhadores (associações, sindicatos, cooperativas) [...] (THOMAZ JUNIOR, 2003, p.17).

Neste sentido, e sem a intenção de esgotar o assunto proposto, se justifica a importância de discutir a cooperativa do agronegócio que se encadeou à montante e à jusante do complexo agroindustrial. É o tipo de cooperativa que aparece, por exemplo, no *ranking* das 1000 Maiores Empresas Brasileiras (VALOR ECONÔMICO, 2004), cooperativas que são mensuradas através de indicadores econômico-financeiros e que são vistas como “motores” da interiorização do desenvolvimento (NEVES, 2004).

A liderança destas cooperativas, diante do caráter competitivo dos grandes grupos econômicos, acompanha o ritmo de expansão do setor agropecuário, estimula os investimentos em tecnologia e difunde uma cultura empresarial entre os agricultores. Isso significa que as cooperativas são importantes instrumentos de consolidação do capitalismo no campo (SERRA, 2000).

³ “[...] os agentes de ‘gestão dos territórios’ são elementos fundamentais para o entendimento do espaço geográfico, onde diferentes formas de conflitos e acordos, tensões e cooptações, alianças e parcerias definirão as dinâmicas do mundo atual” (SILVA, 2002, p.43)

Conforme Araújo (1982), a interdependência e a competitividade do mercado conduz as organizações cooperativas ao desempenho necessário para se manterem nos moldes capitalistas das grandes empresas, incompatíveis aos propalados princípios cooperativistas de igualdade, democracia e não-lucro.

Costa (1992) propõe o debate dos temas Cooperativismo, Agroindústria e Modernização da Agricultura, em consonância com o contexto da formação e da evolução do Complexo Agroindustrial (CAI) no Brasil. Ressalta a mesma autora, a importância de analisar o conceito Complexo Agroindustrial (CAI) (bastante difundido e aplicado no Brasil) e se refere à viabilidade de sua utilização não apenas como um processo, mas como “modelo” de desenvolvimento da agricultura brasileira.

“Nesses termos, Complexo Agroindustrial constituir-se-ia em uma ferramenta válida para analisar a dinâmica intersetorial (relação agricultura-indústria) típica de um dado período-histórico” (MAZZALI, 2000, p.28).

A partir da década de 1980, o modelo de desenvolvimento via CAI entrou em crise em virtude de que os elementos básicos que lhe deram sustentação (padrão de desenvolvimento tecnológico da “Revolução Verde”, determinado estilo de inserção da agricultura no mercado internacional e perfil de intervenção do Estado) sofreram profundas alterações; todavia, a noção de complexo ainda pode ser utilizada para iniciar a delimitação e a descrição de um objeto de análise (MAZZALI, 2000).

Além da noção de complexo, o conceito de rede, como instrumento analítico e metodológico, também é aplicado à compreensão da atividade agroindustrial:

A rede agroindustrial, enquanto forma de organização, configura-se a partir da articulação de distintos agentes sociais: agricultores, indústrias produtoras de insumos e máquinas, indústrias processadoras / beneficiadoras de matéria-prima, indústrias de bens de consumo, instituições financeiras, empresas de transporte, empresas comerciais e exportadoras, organismos governamentais, centros de pesquisa e agências de publicidade. Estes agentes localizam-se em diferentes lugares e, interconectados, atuam no âmbito do complexo agroindustrial, em distintas escalas geográficas. Isso se dá a partir de interesses, práticas e estratégias particulares, bem como através de relações técnicas, econômicas e de poder. Também incidem na configuração da rede agroindustrial o comportamento do mercado e as políticas macroeconômicas engendradas pelo Estado (SILVEIRA, 2005, p.232-233).

“É a ordem da rede, [...] organização geográfica das sociedades com o desenvolvimento da técnica e do mercado, uma vez que é ela a arquitetura das conexões que dão suporte às relações avançadas da produção e do mercado” (MOREIRA, 1997, p.02).

Quanto ao debate conceitual e analítico, a diversidade de noções (*agribusiness*, sistema, cadeia produtiva, complexo), embora tratem do mesmo fenômeno, retêm características distintas e essenciais que, por isso, auxiliam a interpretar a realidade (SILVEIRA, 2005).

Para Müller, que defende o conceito de Complexo Agroindustrial, assim como outros estudiosos da “modernização da agricultura”, a noção de complexo econômico se refere a um conjunto de atividades interligadas que representa uma unidade do processo nacional de acumulação; portanto, o processo de integração indústria-agricultura pode ser denominado de Complexo Agroindustrial (CAI), distinto de outros complexos pelo fato de levar em conta a agricultura e a terra, como uma mercadoria especial (MÜLLER, 1989).

A explicação de uma determinada atividade agrícola inclui o CAI como unidade de análise, pois a agricultura faz parte da dinâmica industrial e financeira. “O termo CAI pode ser tomado como simplesmente um nome substitutivo do modo de tratar a agricultura segundo as funções que ela cumpre no desenvolvimento econômico e social” (MÜLLER, 1989, p.49). Ao passo que, conforme Silva (1998), mesmo que a dinâmica da agricultura seja cada vez mais comandada pelos setores industriais com ela inter-relacionados (as indústrias para a agricultura e as agroindústrias), é insuficiente tratá-la de forma abrangente, substituindo-a por um CAI genérico. “A heterogeneidade de situações é tal que somente a partir de casos concretos e específicos é possível compreender de fato a dinâmica da produção e das mudanças estruturais nas atividades agrícolas” (SILVA, 1998, p.53).

É neste contexto que o estudo regional assume importante papel [...] com a finalidade de compreender as diferentes maneiras de um mesmo modo de produção se reproduzir em distintas regiões do Globo, dada suas especificidades (SANTOS, 1997, p.47).

Especificidades que podem se evidenciar num estudo de caso, como esse, que apresente reflexão teórica, discussão de conceitos-chave (empresa cooperativista, complexo agroindustrial) e que se oriente numa caracterização temporal e espacial pré-determinada.

1.1 EMPRESA COOPERATIVISTA: CONTRADIÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DO COOPERATIVISMO.

Conforme Rios (1987) o cooperativismo é a base de um modelo de associação com as seguintes características: propriedade cooperativa; gestão cooperativa; repartição cooperativa. Respectivamente, significam que: uma cooperativa é uma associação de pessoas e não de capitais; a assembléia dos associados tem o poder último de decisão; as sobras financeiras ao final de um ano de trabalho são divididas entre os associados.

À primeira vista, a palavra “cooperativismo” reflete a impressão de justiça social e de anticapitalismo. Entretanto, a cooperativa agropecuária (que hoje se transformou em cooperativa agroindustrial), “[...] constitui um degrau para o capitalismo e não para o socialismo” (KAUTSKY, 1980, p.285).

“A cooperativa só terá sucesso social, cumprindo com a sua responsabilidade junto ao seu quadro associado, se esta for um empreendimento econômico de sucesso de forma a permitir o crescimento [...] de seus associados” (BIALOSKORSKI NETO, 2000, p.242).

Ora, a cooperativa reúne e desencadeia a ação ao interesse econômico, logo, “[...] tratar de cooperação é trabalhar a dimensão do social propriamente dito, com base nas relações concretas que se passam no plano econômico” (ARAÚJO, 1982, p.84).

No contexto da economia competitiva, a cooperativa é parte de uma estrutura global, ou seja, a sua decisão e o seu comportamento econômico dependem das condições dominantes no meio em que ela existe. “[...] as cooperativas são constantemente pressionadas pela racionalidade capitalista, que decorre essencialmente de comportamentos econômicos qualificados de eficazes, eficientes, rentáveis, produtivos [...]” (PINHO, 1977, p.54).

Santos (2002) diferencia as atitudes de concorrer e de competir. A concorrência pode ser saudável para empreender uma tarefa e obter melhores resultados, pois exige o respeito para certas regras de convivência preestabelecidas ou não; ao contrário, a competitividade é uma disputa (uma guerra) pela melhor posição, e sua prática pode provocar um convite ao exercício da violência (SANTOS, 2002).

A concorrência é essencialmente uma característica dos mercados; é a engrenagem dos principais meios em que operam os negócios. De preferência, a opção das empresas⁴ não seria concorrer, mas sim, ser uma empresa monopolista ou, ao menos, uma empresa capaz de reduzir / evitar a concorrência de modo a se posicionar na dianteira de uma

⁴ As empresas cooperativistas concorrem como forma de coexistir com outras empresas e de maneira que seus associados possam se defender do monopólio. Além de concorrer entre si e com empresas não cooperativistas, as cooperativas criam, por exemplo, Cooperativas Centrais (uma cooperativa de várias cooperativas) – como forma de unir esforços para a competitividade e para alcançar a sustentabilidade.

determinada atividade (é desta pressão exercida pela concorrência que surge a competitividade: a capacidade de uma empresa crescer e sobreviver de modo sustentável) (AZEVEDO, 2000).

Num mundo globalizado, regiões e cidades são chamadas a competir [...] A necessidade de competir é, aliás, legitimada por uma ideologia largamente aceita e difundida, na medida em que a desobediência às suas regras implica perder posições e, até mesmo, desaparecer do cenário econômico (SANTOS, 2002, p.57).

Então, se a agricultura faz parte da dinâmica deste cenário econômico, suas atividades recebem caráter planetário, que por sua vez, subordina “as cooperativas” às mesmas regras.

De modo geral, o que se observa é que as pequenas cooperativas sofrem pressões do meio sócio-econômico e podem influir relativamente pouco sobre as estruturas econômicas e a conjuntura dos mercados, enquanto os grandes complexos cooperativos ou hipercooperativas têm condições de atuar sobre a estrutura do sistema econômico (PINHO, 1977, p.146).

Porém, atuar sobre a estrutura do sistema econômico seria uma meta pretensiosa, na prática, as cooperativas obedecem a esta estrutura competitiva do cenário econômico. Afinal, o que justifica a necessidade de crescimento (em termos de expansão do parque industrial) das cooperativas?

[...] embora despreparadas para o jogo livre da concorrência de mercado, tiveram que dele participar tendo para si um resultado desastroso em termos econômicos e financeiros. Como consequência, muitas entidades tornaram-se insolventes e, ou entraram em processo de liquidação ou acabaram sendo incorporadas por cooperativas mais fortes (SERRA, 1986, p.89).

Ainda, conforme o mesmo autor, as cooperativas optaram diante de dois caminhos: crescer ou desaparecer.

Daí, o motivo do agigantamento das cooperativas: para não se marginalizarem, acompanham o progresso tecnológico e transformam as suas bases produtivas – além de armazenadoras e comercializadoras de produtos *in natura*, investem em plantas industriais para transformar o produto agrícola em mercadoria pronta para o consumo, o que significa competir com as famosas marcas do mercado no segmento de alimentos (laticínios, carnes, sucos, farinhas, óleos vegetais etc.), entre outros. O que se verifica, por

exemplo, com o *slogan*: “Da nossa terra para sua mesa”, dos produtos industrializados pela Cocamar Cooperativa Agroindustrial⁵.

Azevedo (2000), ao tratar da concorrência no agronegócio, expõe estratégias de crescimento criadas para que as empresas explorem do mercado as diferentes potencialidades, como a estratégia de “segmentação de mercado” que significa alcançar a satisfação de variadas necessidades e conseqüentemente de maior público de consumidores. Conforme o autor, um exemplo bem-sucedido de segmentação na ampliação do mercado é a atuação das empresas de abate de frango no mercado internacional, tais como: frangos abatidos de acordo com os preceitos do Alcorão para os mercados muçulmanos; cortes manuais para o mercado japonês etc.

Tal prática, ou a busca de um melhor desempenho empresarial resultou das seguintes tendências: industrialização para adicionar valor aos produtos, diversificação da produção⁶ como alternativa e garantia de renda para os associados, ampliação e modernização administrativa e operacional. De acordo com Serra (1986, p.91) “[...] a industrialização da matéria-prima entregue pelos associados foi a arma encontrada pelas cooperativas agropecuárias para atingir determinado grau de crescimento que as tornassem menos vulneráveis ao jogo das concorrências de mercado”.

A intensificação da concorrência tem como referencial a complexa configuração assumida pela economia mundial, onde as forças propulsoras da globalização e da regionalização das relações econômicas internacionais caminham lado a lado. Assim, a comercialização de novos produtos e ou a entrada em novos mercados exigem a conjugação de novas competências e ativos ligados à produção, à distribuição e ao marketing, cujas condições de acesso, custo e escala ultrapassam a capacidade de uma única empresa. Isto é, mercados globais implicam em marketing, propaganda, marcas e canais de distribuição igualmente globais (MAZZALI, 1995, p.32)

De acordo com informações de visita técnica⁷ e de pesquisas de campo, em 2005, se verifica que as cooperativas vêm ampliando suas agroindústrias e demonstrando que estão atentas aos mercados consumidores (nacional e internacional), às possibilidades de inovação de produtos, às exigências ou barreiras higiênico-sanitárias, às chances de captação de recursos do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), do Banco do Brasil, entre outros

⁵ Sede em Maringá-PR, com 39 unidades distribuídas em municípios do Norte e Noroeste do Paraná. Home page: www.cocamar.com.br

⁶ Distinguem-se quatro tipos de diversificação: concêntrica, horizontal, vertical e conglomerada (BRITTO, 2002).

⁷ Visita ao Parque Industrial da Cocamar Cooperativa Agroindustrial, no dia 22.07.2005.

agentes financiadores. São exemplos disto: a expectativa de dobrar a produção de sucos e o lançamento de outros produtos (maionese de canola e creme de leite à base de soja), da Cocamar Cooperativa Agroindustrial; a duplicação da capacidade produtiva do frigorífico, a instalação de uma fábrica de ração (ração 100% vegetal) que garante uma “alimentação natural” para os frangos (conseqüentemente uma “carne natural”) e a produção de cortes cozidos, fritos e assados de frango, da C.Vale Cooperativa Agroindustrial.⁸

Para atender as diversas exigências de paladar dos consumidores, a C.Vale disponibilizava mais de setenta opções quanto ao tipo de corte e embalagem (temperados, recheados etc.) (COOPERVALE, 1997) e a partir de 2005 emprega alta tecnologia na produção dos cozidos, fritos e assados de frango, característica que representa uma estratégia de crescimento, via “segmentação de mercado”, desta agroindústria.

Diante de possíveis direções do processo de diversificação, a C.Vale ampliou a sua base tecnológica de modo a controlar os diferentes estágios associados à transformação de insumos em produtos finais (neste caso, transformação de milho e soja em ração para produzir carne de frango pronta para o consumo), processo que em Economia Industrial é denominado: diversificação (integração) vertical (BRITTO, 2002).

Concomitante ao processo de profissionalização das empresas cooperativistas é a necessidade dos seus associados de melhorar o padrão de vida e de consumo. Cada vez mais, a garantia de rentabilidade e de colocação dos produtos no mercado, exige inovação e qualidade padronizada, o que redundará em aumento dos custos de produção que deverão ser compensados por uma maior produtividade.

“No caso em que o agricultor sinta a urgência de aumentar a produtividade e beneficiar-se das vantagens da mecanização, sem aumentar o investimento, a cooperativa agrícola surge como solução ideal” (PINHO, 1977, p.165). Entretanto, conforme a referida autora, a cooperativa também impõe uma seleção aos produtores, pois, aqueles produtores-associados que não se esforçarem para atualizar suas técnicas estarão condenados à mediocridade.

Quanto ao cooperativismo, não é difícil entender seu comportamento estritamente empresarial, visto que, no caso da avicultura industrial, trata-se de um setor altamente empresarial e também altamente seletivo no tocante ao quadro de associados. Praticamente não existem nem poderiam existir diferenças substanciais entre as cooperativas vinculadas à avicultura industrial e as empresas integradoras, pelo menos em relação à mediação de interesses, comportamentos próprios pelas contrapressões de segmentos de produtores (SORJ et al., 1982, p.100).

⁸ Sede em Palotina-PR. A área de ação da C.Vale abrange municípios do Paraná, de Santa Catarina, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul e do país vizinho, Paraguai.

Diante do exposto se questiona: cooperativa ou empresa? À medida que as cooperativas crescem elas perdem a identidade dos princípios cooperativistas?

A diferença fundamental entre as empresas cooperativas e as empresas não cooperativas é que as primeiras devem obedecer às modernas técnicas de administração de empresas e às normas de racionalidade econômica, mas adaptados aos princípios doutrinários do Cooperativismo. Estes princípios estão incorporados às legislações cooperativistas ou aos costumes de cada país, fixando as características que distinguem as cooperativas das demais sociedades (PINHO, 1977, p.137).

Segundo Fleury (1983) as cooperativas assumem padrões de conduta empresarial para assegurar alguma competitividade, porém, ainda preservam um caráter específico que as distinguem das empresas não cooperativistas, pois são instituições de natureza “híbrida” e contraditória que sobrevive e se reproduzem no seio do capitalismo.

Como evitar que a cooperativa cresça sem se distanciar da participação efetiva do cooperado? Na opinião do então Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (gestão 2003-06), Roberto Rodrigues⁹, em entrevista para a Revista Agropecuária Catarinense (2005, p.29):

Não existe fórmula mágica. O que há é o princípio universal e democrático da participação e da transparência. Pequena, média ou grande cooperativa, não importa o tamanho, todas são controláveis, administráveis e com possibilidade de ótimos resultados. [...]

Realmente, as cooperativas se diferenciam e são importantes, porém, a questão reside em responder se as vantagens da grande exploração cooperativa são acessíveis aos pequenos produtores (KAUTSKY, 1980). Qual a repercussão do crescimento das cooperativas (em termos de expansão do parque agroindustrial) ao desenvolvimento e à manutenção dos seus associados?

Ao se transformarem em empresas, as cooperativas de agricultores se distanciaram da Filosofia do que se convencionou chamar de “sistema cooperativista universal” [...], passaram elas próprias a abrir concorrência entre si e a estimular o individualismo entre os produtores rurais, baseado em conquista de lucros imediatos, de curto prazo (SERRA, 1986, p.238).

⁹ Rodrigues já ocupou cargos de presidente em entidades representativas nacionais e internacionais como a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) e ACI (Aliança Cooperativa Internacional).

As empresas cooperativistas estão longe de superar a divisão de classes sociais, pois, o grupo de associados à cooperativa não se apresenta como uma massa homogênea (ARAÚJO, 1982).

[...] a articulação das várias categorias de produtores no interior da cooperativa se processa muito mais no sentido de favorecer os grupos dominantes, os produtores capitalistas. Este processo não implica, no entanto, na destruição das outras categorias de produtores, que, pelo contrário, se configuram como peça essencial à reprodução não só da cooperativa, como dos próprios produtores capitalistas (FLEURY, 1983, p.144).

Na maioria, a ação das empresas cooperativistas não vai além das tradicionais “lutas econômicas”, “[...] por melhores preços, apoio governamental, criação de infra-estrutura de produção e comercialização etc” (SORJ et al., 1982, p.100).

O cooperativismo, como manifestação doutrinária, se expressa nos planos: teórico-ideal e prático-racional (ARAÚJO, 1982).

Em um ambiente de negócios, é necessário uma renovada empresa alicerçada na fundação segura da doutrina cooperativista e nos princípios fundamentais de atendimento ao associado e ao mercado de forma harmônica, sem se esquecer da sua missão econômica e social (BIALOSKORSKI NETO, 2000, p.245).

O conhecimento de que as empresas cooperativistas podem coordenar contratos e suas respectivas produções agropecuárias de maneira a reduzir riscos e adicionar valor, abre inúmeras possibilidades de eficiência do ponto de vista econômico e das estratégias empresariais. Assim, os conservadores princípios cooperativistas, embora aparentemente antagônicos aos constantes desafios econômicos e estruturais do mercado, são incorporados “harmonicamente” como um diferencial ou um aspecto que assegura a existência da cooperativa porque preserva a imagem da empresa como organização honesta e vantajosa. Desta forma, a manutenção da cooperativa desempenha uma função econômica e política.

Muitas vezes, a difusão de uma massiva ideologia para a competitividade e a pouca compreensão sobre a teoria (o cooperativismo) e a prática (a cooperativa), somadas à falta de educação para uma gestão cooperativista, induzem ao comportamento passivo dos associados ou ao comportamento de ganho individual em detrimento do ganho coletivo, o que pode desestimular o fortalecimento de um modelo de associação que poderia ser encarado como meio de amenizar e até de solucionar as dificuldades dos produtores mais necessitados.

Há quem acredite que as cooperativas poderiam contribuir com uma modernização menos dolorosa e menos conservadora se estivessem voltadas ao ideal cooperativista universal. Porém, ao se comprometerem com o modelo de “modernização da agricultura” brasileira, voltada aos sistemas econômicos dominantes¹⁰, praticam contradições entre a teoria e a prática do cooperativismo. Tais contradições se expressam, neste caso, principalmente na contratualização dos associados da cooperativa (problemática que é tratada em item posterior dessa dissertação).

1.2 O COOPERATIVISMO NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO.

A essência do cooperativismo brasileiro está no contexto do pensamento econômico cooperativo que se originou na Europa Ocidental, influenciado pela gravidade das repercussões negativas da Revolução Industrial, no meio operário, como uma oposição à prática do liberalismo econômico.

O pensamento romântico que permeou as relações sociais do mundo ocidental, em meados do século XIX – reforçado pelo Manifesto Comunista de Marx e Engels e pela conseqüente formação dos sindicatos – também influenciou fortemente o sistema cooperativista internacional [...]. A partir dessa difusão, os sistemas cooperativistas foram desenvolvendo nuances próprias nas sociedades onde foram implantados, redefinindo, ao longo da história, suas funções, perspectivas e seus papéis de acordo com as mudanças estruturais dessas sociedades. Fatores diversos influenciaram, localmente, a forma de organização das cooperativas, refletindo-se também no arcabouço institucional que coordena as ações dessas instituições espacialmente (SILVA, 2002, p.36).

Assim, o pensamento cooperativista e as cooperativas, ao se difundirem pelo mundo e se proliferarem pela agricultura, deveriam se adaptar às particularidades do lugar e aos objetivos dos sujeitos que a efetivaram. No Brasil, foi através de imigrantes de países europeus e asiáticos que as cooperativas de produtores rurais foram introduzidas entre o final do século XIX e o início do século XX (SERRA, 1995).

Segundo Andrade (1974), um país ou uma região apresenta momento histórico e condições dominantes que devem ser consideradas para a organização do associativismo no meio rural. Muitas vezes, no Brasil, o desenvolvimento das cooperativas negligenciou os níveis culturais da população rural e passou por cima das tendências à

¹⁰ “O que se pode ver no campo brasileiro é uma ‘modernização conservadora’ que privilegia apenas algumas culturas e regiões assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Nunca uma transformação dinâmica auto-sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado” (SILVA, 1982, p.40).

cooperação já existentes, pois implantou, tal qual se encontravam nos livros, os modelos feitos na Inglaterra e na França (ANDRADE, 1974).

Silva (2002), ao demonstrar a historicidade do projeto cooperativista nacional, expõe a perspectiva heterônoma da sua institucionalização. Conforme o autor, os intelectuais brasileiros do final do século XIX foram fortemente influenciados pelos ideais de auxílio-mútuo difundidos pelos socialistas utópicos europeus¹¹; contudo, a situação socioeconômica brasileira impediu, naquela época, que o sistema de auxílio-mútuo se desenvolvesse efetivamente.

Predominavam os seguintes obstáculos: produção econômica apoiada em um sistema fundiário voltado à exportação, analfabetismo da população economicamente ativa e a falta de possibilidade ao associativismo nas áreas rurais, devido ao trabalho escravo, até 1888 (SILVA, 2002). Desta forma, o que se esperaria dos empreendimentos cooperativistas formados naquele momento? As mesmas relações de dominação, paternalismo e caciquismo político das relações patronais preexistentes (SILVA, 2002).

Ao longo dos anos a oficialização do cooperativismo nacional sofreu ações efetivadas pelo Estado, por meio de decretos-lei federais, dando face às cooperativas brasileiras que existem atualmente.

Quando o Estado apóia ou interfere na cooperativa ele está atuando na própria agricultura. O cooperativismo serve como um instrumento institucional utilizado pelo Estado, e assim, as cooperativas se transformam “[...] em órgãos de repasse das políticas de fomento às atividades agropecuárias, ao mesmo tempo em que desenvolvem certas atividades que teoricamente fariam parte das funções de acumulação do Estado capitalista” (BENETTI, 1985, p.06).

As cooperativas funcionam como uma intermediária entre o Estado, a agroindústria e os produtores. Racionalizam o uso do crédito, da infra-estrutura e da comercialização da produção, produzem sementes selecionadas, repassam o crédito oficial, dão assistência técnica e concentram a comercialização de insumos e artigos de consumo, além de transformarem parte da produção (SORJ, 1986, p.55).

O movimento cooperativo é incentivado pelo Estado tanto por razões de caráter econômico, quanto de instrumento ideológico, pois, “[...] a cooperativa é apresentada como sendo a solução dos problemas do pequeno agricultor, ao mesmo tempo em que elimina

¹¹ Fourier, Owen, Louis Blanc, Proudhon etc.

do discurso os problemas de confrontamento de interesses diferenciados dentro da cooperativa” (SORJ, 1986, p.74).

As bases institucionais do sistema cooperativista no Brasil são detalhadas por Serra (1986), que destaca, na realidade do Estado do Paraná, o Decreto 60.597/67 que cerceou as cooperativas de direitos anteriormente conquistados e as deixou à mercê da livre concorrência (tal decreto teve efeitos retardatários durante os anos de 1980, quando se reduziu o número de cooperativas).

Segundo a OCB, existem, no Brasil, 7.026 cooperativas¹², que geram 180.000 empregos diretos, reúnem 4.800.000 cooperados e suas transações econômicas correspondem a 6% do PIB (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2006). A região brasileira com o maior número de cooperativas é o Sudeste (3.151), em seguida o Nordeste, o Sul, o Norte e o Centro-Oeste, respectivamente, com 1.485, 1.284, 576 e 530 cooperativas (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2006).

No Paraná, conforme a OCEPAR (2006), ao considerar somente o setor agropecuário, a região que possui o maior número de cooperativas é o Centro-Sul (23), depois o Noroeste (17), o Sudoeste (13) e o Norte e o Oeste, com 12 cooperativas cada.

Enquanto permanecem estas cooperativas, interessa saber que a função delas repercute no controle da produtividade agrícola e conseqüentemente nas relações sociais de produção. Como reflete, também, o caso específico das cooperativas que inicialmente caracterizava-se pela função comercial e tempos depois promoveram a integração do grupo de associados ao CAI.

1.3 DO COMPLEXO RURAL AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL: A ESTRUTURAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DAS COOPERATIVAS NO PARANÁ.

Embora a sociedade dependesse, em períodos anteriores, da técnica e da ciência para realizar suas atividades, atualmente se verifica uma maior interdependência entre desenvolvimento científico e tecnológico, provocando transformações no espaço geográfico, no mundo do trabalho e no modo de vida das pessoas.

De acordo com essas observações, Silva (1985) descreve uma situação que leva a compreender o que seria uma questão agrária e exemplifica transformações na passagem do complexo rural para o complexo agroindustrial:

¹² Ao contar as cooperativas de todos os ramos.

Antigamente as galinhas e os galos também eram criados soltos nas fazendas e sítios. Ciscavam, comiam minhocas, restos de alimentos e às vezes até mesmo um pouco de milho. Punham uma certa quantidade de ovos e depois iam chocá-los durante semanas seguidas.

Mas logo descobriu-se que essa parte do processo de procriação das aves podia ser feita pela incubadora elétrica. Tornou-se necessário fabricar uma galinha que não perdesse tempo chocando, isto é, que se limitasse a produzir ovos todo o tempo de sua vida útil. Foi preciso fabricar uma nova alimentação para essas galinhas – as rações – que possibilitassem sustentar essa postura. Além de melhor alimentação, as aves foram confinadas em gaiolas metálicas pequenas para que não desperdiçassem energia ciscando. Estava constituída uma verdadeira ‘fábrica avícola’ (SILVA, 1985, p.14-5).

A consolidação dos complexos agroindustriais, como uma evidência da modernização tecnológica da agricultura, resultou da expansão do modo de produção capitalista que industrializou o campo brasileiro para aumentar a capacidade produtiva e ampliar o mercado consumidor de bens industriais e de matérias-primas agrícolas.

Após o fim da segunda guerra mundial e principalmente a partir da década de 1960, o incessante movimento de acumulação capitalista se diferencia dos períodos anteriores, pois se torna insuficiente falar apenas de imperialismo ou de capitalismo monopolista de Estado (SANTOS, 1989).

O recente período histórico transforma os sistemas de técnicas e os sistemas sociais e define uma nova divisão do trabalho:

Há uma desconcentração industrial, que já vem se dando desde 1960 e uma desconcentração da atividade agrícola com altos níveis de capital, tecnologia e organização nos mais diversos pontos do território brasileiro. Dessa forma, podemos falar da existência no Brasil de hoje de uma “fábrica moderna dispersa”, e de uma “fazenda moderna dispersa” (SANTOS, 1989, p.08).

Tal contexto se identifica na história econômica brasileira, a partir da deterioração da hegemonia política rural tradicional (sobretudo da burguesia cafeeira paulista devido à saturação do mercado) e da ascensão de novas forças políticas a partir de 1930. No contexto do capitalismo internacional, a crise de 1929 (quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque e falência de bancos norte-americanos e europeus) atingiu a dependente economia agro-exportadora brasileira.

De modo geral, no Brasil, depois de 1930, a agricultura perdeu importância econômica, e a indústria, progressivamente, assumiu posição dominante. O processo de modernização da agricultura é um mero aspecto de um processo mais amplo de modernização da economia nacional, comandado pela indústria.

Para Szmrecsányi (1998), de 1930 a 1970 se consolidou no Brasil um padrão de desenvolvimento baseado nos setores urbanos e industriais - tanto a industrialização e a urbanização já existiam na década de 1930 - porém, ambas se acentuaram a partir de 1930 baseadas numa industrialização voltada para a substituição de importações.

Nos Estados Unidos e em países da Europa, na década de 1950, período de intensa industrialização, surgiu o conceito de complexo agroindustrial, como resultado de estudos a partir das teorias formuladas pelo professor Wassily Leontief, sobre a participação das atividades agrícolas nas relações inter-setoriais (GUIMARÃES, 1982).

No Brasil, as condições prévias para a formação do complexo agroindustrial ou, em outras palavras, para a transformação da agricultura numa atividade integrada pela indústria, atravessaram duas fases, a partir da década de 1940: a primeira, com a criação de um mercado nacional para os insumos modernos; e a segunda, com a instalação, após um período de suprimentos através de importações, das indústrias aptas a produzir aqueles insumos aqui mesmo dentro do país (GUIMARÃES, 1982, p.129).

Portanto, a inclusão da agricultura na dinâmica industrial e financeira, supõe tomar o Complexo Agroindustrial (CAI) como unidade de análise:

Em síntese, o CAI é uma unidade de análise do processo sócio-econômico que envolve a geração de produtos agrícolas, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura, os serviços financeiros, técnicos e comerciais correspondentes, e os grupos sociais (MÜLLER, 1989, p.46).

Conforme o referido autor, por volta de 1960, ainda não havia um CAI brasileiro, pois as indústrias para a agricultura estavam localizadas fora do país.

Segundo Kageyama (1996), na década de 1960 a agricultura brasileira passou por transformações nas relações de trabalho, na mecanização das atividades e em decorrência da internalização do D1¹³ – transformações que tornaram irreversível o processo de modernização da agricultura e que propiciaram o início da industrialização da agricultura para, finalmente, no período pós-1975 se constituir o que se vem chamando de Complexo Agroindustrial.

Silva (1998) identifica o início da década de 1970 como o período de “arranque” dos complexos agroindustriais, quando as taxas de crescimento dos três setores do

¹³ Setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos (insumos, máquinas e equipamentos) (SILVA, 1998).

CAI (indústria para a agricultura, agricultura e agroindústria) ultrapassam 15% ao ano e a indústria para a agricultura foi o setor que mostrou o maior dinamismo.

A constituição dos CAIs pode ser localizada na década de 70, a partir da integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras, integração que só se torna possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura. [...] A partir daí não é mais a agroindústria que comanda a dinâmica industrial como um todo. Ao contrário, a agroindústria passa a depender diretamente do desenvolvimento do setor industrial de máquinas e equipamentos para si própria e para a agricultura (SILVA, 1998, p.31).

Szmerecsányi (1998, p.61) afirma “[...] que é a indústria que industrializa a agricultura, primeiro desintegrando e posteriormente reintegrando suas atividades produtivas”. Explica, ainda, que o estágio de constituição dos chamados complexos agroindustriais subordina conjuntos de estabelecimentos agropecuários e industriais inter-relacionados e determina um centro de decisão.

Tal centro de decisão privilegiado, que se pode situar numa empresa industrial ou comercial, ou numa cooperativa de produtores agropecuários, constitui o pólo integrador do complexo. É importante notar que a integração em pauta não é apenas vertical – ou seja, não se trata apenas de um encadeamento de cunho tecnológico – mas também, e talvez principalmente, horizontal, envolvendo sempre uma intensa concentração e centralização de capitais (SZMERECSÁNYI, 1998, p.62).

De acordo com Costa (1992), se verifica a importância de compreender a constituição do complexo agroindustrial no Brasil (conceituar o referido processo, localizar sua evolução e o espaço geográfico afetado, o impacto sobre os agentes envolvidos etc.) como requisito para analisar a configuração e a dinâmica da agricultura, da agroindústria, e especialmente, da empresa cooperativista no Paraná, objeto dessa pesquisa.

Nunca é demais ressaltar a este respeito que, contrariamente ao que afirmam alguns especialistas em economia agrícola, a chamada industrialização da agricultura entre nós não teve início com a implantação no país dos ramos produtores desses “insumos modernos”. Foram antes as intensas importações dos mesmos, assim como o crédito subsidiado para sua aquisição, que deram origem e consistência ao mercado interno de tais produtos (SZMERECSÁNYI, 1998, p.75).

Da mesma forma e de acordo com o lugar, a viabilização de uma produção agrícola mecanizada e tecnificada deveu-se em grande parte à interação das cooperativas com o seu território, pois elas “[...] agem sobre o meio ambiente, quer através de mudanças provocadas por inovações tecnológicas, criação de economias externas, emprego de mão-de-obra local, e outras [...]” (PINHO, 1977, p.37).

O descompasso técnico e econômico entre as diferentes áreas e culturas agrícolas do país é notório. Concomitantemente convivem áreas e culturas com capacidades distintas de responder aos estímulos para a renovação das forças produtivas e da expansão do meio-técnico-científico-informacional, apresentando acentuado contraste entre si, de acordo, ainda, com as formas e estruturas socioespaciais anteriores (ELIAS, 2003, p.68).

O surgimento das cooperativas de produção agrícola, no Paraná, aconteceu a partir da década de 1940, inicialmente em função dos produtores de erva-mate e posteriormente, a partir de 1957, em função dos produtores de café:

Apesar do distanciamento espacial e temporal entre as cooperativas de mateiros, implantadas no Sul e no Oeste do Estado [...] e as cooperativas de cafeicultores [...], alguns pontos em comum existiram entre elas. Por exemplo: ambas surgiram em períodos de crise de mercado, envolvendo seu produto base (respectivamente o mate e o café); neste mesmo período de crise foram beneficiadas com o apadrinhamento governamental; foram estruturadas em função de produtos destinados ao mercado externo (SERRA, 2000, p.145).

O que se pretende demonstrar é que as cooperativas foram implantadas de acordo com o perfil sócio-econômico de cada região e acompanharam, desde os primórdios, diferentes fases do desenvolvimento da economia paranaense.

[...] o crescimento das despesas no período 1970-1980 – maior do que o das receitas (ou valor da produção) – foi algo que aconteceu para todos os grupos de estabelecimentos, sendo que alguns deles de média e grande dimensão fundiária. E qual foi a reação dos estabelecimentos face a esse aumento e à pressão crescente das despesas? [...] Ora, uma das tantas reações consistiu no aumento da associação a cooperativas (MÜLLER, 1989, p.103).

Segundo Passos (1990), a década de 1980 se caracterizou pela progressiva eliminação do paternalismo estatal na agricultura, daí, conforme Barbosa (1990) a safra agrícola 1989/1990, no Centro-Sul, representou uma quebra dos sucessivos recordes, porém, uma ação das cooperativas, compensou a redução do volume de recursos para o custeio da safra 1989/1990:

A falta de recursos para o plantio levou as cooperativas, principalmente as da região Sul, a intensificarem o sistema de troca de insumos por produtos da futura colheita. As empresas calculam as quantidades de sementes, adubos e defensivos necessários para cada hectare plantado e fazem uma estimativa da colheita futura com base na produtividade média regional de cada lavoura. Posteriormente, definem em contrato os termos da relação de troca através de uma projeção de preços dos produtos na colheita (BARBOSA, 1990, p.06).

Verifica-se a função das cooperativas em fases decisivas: quando a economia paranaense ganhou importância no cenário nacional, a partir da expansão cafeeira no seu território, as cooperativas estavam presentes. Mais tarde, a partir da década de 1970, período mais intenso da desarticulação da economia cafeeira, desempenharam função determinante na introdução das culturas mecanizadas da soja e do trigo¹⁴.

Este é o caso da Cocamar – Cooperativa de Cafeicultores de Maringá, fundada em 1963. Tempos depois, ingressou na era da industrialização, tendo como marco o ano de 1974, quando inaugurou uma fábrica de óleo de soja. Então, com o passar dos anos, esta cooperativa se diversificou e deixou de ser apenas de cafeicultores: era Cocamar – Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá. Hoje é a Cocamar Cooperativa Agroindustrial, detentora de um dos maiores parques agroindustriais cooperativistas do Brasil. A Cocamar industrializa ou industrializava vários produtos, conforme o QUADRO 01.¹⁵

MATÉRIA-PRIMA	CIDADE	PRODUTOS
Soja	Maringá	Óleo degomado, óleo refinado, maionese, farelo, bebidas à base de soja
Caroço de algodão	Maringá	Óleo semi-refinado, farelo e linter
Algodão em pluma	Maringá	Fios de algodão, fios mistos e fios sintéticos
Óleo bruto de milho	Maringá	Óleo refinado
Canola	Maringá	Óleo degomado, óleo refinado, farelo e maionese
Óleo bruto de girassol	Maringá	Óleo refinado
Casulos de seda	Maringá	Fios e subprodutos têxteis
Cafê	Maringá	Cafê beneficiado, café torrado e moído, capuccinos
Polpa de frutas	Maringá	Sucos e néctares prontos para beber
Polpa de tomate	Maringá	Catchup
Pasta de mostarda	Maringá	Molhos
Cana-de-açúcar	São Tomé	Álcool carburante (hidratado e anidro), álcool gel e líquido
Laranja	Paranavaí	Suco concentrado e congelado, óleos essenciais, d'limonene, fase oleosa
Eucalipto	Pres.C.Branco	Mourões, palanques e esteios

QUADRO 01 – O que a Cocamar industrializa.

Fonte: Cocamar (2004, p.33).

¹⁴ “O processamento de óleos vegetais e farelos foi uma das primeiras tentativas das cooperativas paranaenses na agroindustrialização, como decorrência direta da expansão da soja nos anos 70” (OCEPAR, 1986, p.38).

¹⁵ São lançamentos mais recentes da Cocamar, em relação ao Quadro 01, os seguintes produtos: Condensado de Soja e Creme de Soja, além da Farinha de Trigo Cocamar.

De fato, as cooperativas participam do desempenho das principais transformações no segmento agroindustrial do Estado. “[...] as cooperativas têm-se caracterizado como um forte segmento empresarial, que se destaca pela grande participação em várias etapas do complexo e se apresenta como um elo importante nas tendências futuras do setor” (URBAN, 1990, p.03).

Enquanto forma de organização do capital, como as cooperativas se estruturaram para enfrentar a crescente competitividade e se integrar ao CAI?

O aumento da importância da agroindústria cooperativada não foi, necessariamente, um resultado da multiplicação de pequenas plantas agroindustriais disseminadas entre várias cooperativas. [...] a agroindústria cooperativada não evoluiu “normalmente” da pequena para a grande planta; as cooperativas decidiram-se, claramente, pela instalação de unidades industriais de porte relativamente grande (IPARDES, 1985, p.10).

A reestruturação industrial / empresarial e os novos padrões de consumo têm orientado a dinâmica agroindustrial, por isso, cientes da importância que a atividade agroindustrial assume para a acumulação de capital, as cooperativas se esforçam “[...] para romper amarras formais e institucionais que limitam sua atuação empresarial, já se aventando a hipótese de formação em sociedade anônima [...]” (URBAN, 1990, p.03).

Segundo Bialoskorski Neto (2000), a eficiência da cooperativa (cooperativa agroindustrial, neste caso) depende de um moderno gerenciamento: profissionalização do quadro gestor, ampliação da responsabilidade do conselho fiscal, execução de contagem de votos nas assembléias e inovações com a participação de capital externo (emissão de títulos e possibilidade de abertura de capital).

A questão da abertura do capital nas empresas cooperativas é uma nova estratégia que se implementa experimentalmente em alguns países, devido à importância cada vez maior da internacionalização do capital e à conseqüente redução no seu custo (BIALOSKORSKI NETO, 2000, p.250).

Em 2005, após 34 anos da instituição da lei que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e que criou o regime jurídico dessas associações, tramitava no Senado Federal projeto para uma nova Lei Cooperativista. O autor do projeto, parlamentar Osmar Dias (PDT-PR), destacou a possibilidade de “[...] a cooperativa abrir seu capital, tal como o faz qualquer outra empresa, mediante a emissão, autorizada por Assembléia Geral, de Certificados de Aporte de Capital” (GAZETA DO PARANÁ, 24.03.2005, p.04)

Entretanto, a “Estratégia de Abertura do Capital” gera discussão polêmica que coloca em xeque a identidade da empresa cooperativista, pois, “[...] se as ações permitirem o direito de voto proporcional ao capital investido [...] o princípio democrático de a cada homem um único voto cairia por terra, e também parte fundamental da doutrina cooperativista” (BIALOSKORSKI NETO, 2000, p.251).

Sobre isto, em entrevista para a Gazeta do Povo (FERREIRA, 2006, p.07), o então presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Lopes de Freitas foi questionado: “O conceito social de cooperativismo não fica comprometido com a abertura ao aporte de capital de fora na cooperativa?” E respondeu:

Isso também está em discussão no projeto do senador Osmar Dias. A OCB apóia e achamos que é uma inovação. As cooperativas precisam criar outras alternativas, como as empresas já fazem, de trazer capital de risco, e não só capital remunerado. Hoje, se você quiser trazer dinheiro para um investimento, tem que pagar por ele, pagar juros. Não pode trazer numa parceria de risco. É obvio que não podemos fazer com que isso aconteça de uma maneira indiscriminada, e com isso empresas ou capitalistas invistam na cooperativa e acabem comprando o poder.

Nesse aspecto, conforme relatório de visita técnica à Cocamar, em 2005, as cooperativas paranaenses ainda não têm absoluta certeza para tratar do assunto. Por enquanto, essa questão se restringe às notícias e entrevistas, anteriormente referidas.

Então, como as cooperativas reagirão à reforma da lei? É provável que a lei (ultrapassada) é que esteja reagindo para se adaptar ou legitimar uma realidade.

O importante a notar, a partir da dinâmica do CAI e da globalização da agricultura, em cooperativas como a Cocamar e como a C.Vale, por exemplo, é que essas cooperativas são “multicooperativas”, denominação feita por Benetti (1982, p.138) que explica: “[...] precisamos reconhecer a cooperativa como uma verdadeira indústria de armazenagem, transporte, secagem, limpeza e beneficiamento de grãos”. Assim, as “multicooperativas” desempenham outras funções além do simples ato de compra e venda de mercadorias.

Igualmente como a Cocamar, a C.Vale também foi fundada em 1963, porém, no contexto da expansão da fronteira agrícola no Oeste do Paraná. Assim, as características específicas das regiões Norte e Oeste do Paraná, quanto às frentes de ocupação, ao uso do solo, à localização e conseqüente acesso aos mercados, propiciaram trajetórias diferenciadas; entretanto, as duas cooperativas tomaram, em comum, o rumo da agroindustrialização.

A C.Vale, enquanto nome ou marca, é recente, tão recente quanto a sua investida na agroindustrialização¹⁶. Em 1963 ela surgiu como Campal (Cooperativa Agrícola Mista de Palotina). Em 1974, quando ampliou sua área de ação para os municípios vizinhos, passou a ser chamada de Coopervale (Cooperativa Agrícola Mista Vale do Rio Piquiri Ltda). No dia 21 de novembro de 2003, em assembléia extraordinária, a Coopervale mudou o nome para C.Vale Cooperativa Agroindustrial.¹⁷

A mudança da razão social destas cooperativas merece maior atenção no sentido de que não está restrita ao nome, mas à conduta da empresa. Vejamos: a Cocamar permaneceu enquanto sigla ou marca, porém, tiraram do seu nome os cafeicultores e agropecuaristas e colocaram o agroindustrial. Quiçá, seria o caso de dizer que pouco importa de quem é a cooperativa ou quem são os seus associados (cafeicultores, agropecuaristas etc). O diferencial da cooperativa é ser, ou não ser, agroindustrial. De acordo com Silva (1998, p.169):

Desta forma, o final do século [referência ao final do século XX] verá a nossa agropecuária – que não será apenas rural, dada a urbanização de inúmeros ramos de atividades e do próprio trabalho no campo – segmentada não mais em grandes ou pequenos produtores, mas em produtores integrados ou não integrados aos CAI's.

Por sua vez, as mudanças de razão social: Campal, Coopervale e C.Vale também suscitam alguma observação: a cooperativa era apenas de Palotina, depois era também dos municípios do vale do Rio Piquiri, e, por último, a C.Vale estará onde houver demanda. “Quanto mais modernizada a atividade, mais ampla são as suas relações, mais longínquo o seu alcance” (SANTOS, 1997, p.54).

Embora mais tarde, a Coopervale / C.Vale seguiu a tendência da Cocamar, pois, em 1983, o faturamento da Cocamar superou expressivamente o da Coopervale, de acordo com pesquisa do IPARDES (1985, p.37):

Tomando-se a grande cooperativa comercial da amostra, a COOPERVALE, observa-se que as sobras do setor soja (puramente comercial) se multiplicaram por 2,1 em 1983. Nesse mesmo ano, as sobras do setor soja da COCAMAR se multiplicaram por 11 [...] Esses saltos, sem dúvida, estão ligados à presença da indústria.

¹⁶ A partir de 1997, inauguração de Complexo Industrial Avícola formado por matizeiro, incubatório, abatedouro, aviários e fábrica de ração, no município de Palotina - e de amidonarias, localizadas em Assis Chateaubriand e Terra Roxa - municípios do Oeste do Paraná.

¹⁷ Esta evolução da C.Vale Cooperativa Agroindustrial será detalhada em item posterior.

Cabe lembrar que a presença das indústrias, nestas grandes cooperativas, foi e é permeada por ações do governo federal, tais como os programas de recuperação e de financiamento, respectivamente, Recoop e Prodecoop – propulsores, inclusive, da incursão das cooperativas no mercado externo.

O Recoop foi criado em 1998 e o Prodecoop em 2002, período em que as cooperativas passavam por sérios problemas administrativos, em grande parte, conseqüentes da ineficiência em acompanhar o ritmo de expansão do setor agropecuário e da influência dos primeiros anos do Plano Real, quando os juros bancários beiravam os 40% ao ano (GAZETA DO POVO, 12.06.2005, p.24).

Em 2004 as cooperativas brasileiras atingiram recorde de exportação: o equivalente a US\$ 2 bilhões. Os principais produtos exportados foram, respectivamente, a soja (US\$ 764 milhões), açúcar (US\$ 266 milhões), carne de frango (US\$ 185 milhões) e café (US\$ 133 milhões), segundo dados levantados pela OCB junto ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (REVISTA AGROPECUÁRIA CATARINENSE, 2005).

Em 2005 as cooperativas enfrentaram problemas tais como: redução da safra em virtude da estiagem; baixo preço dos grãos; desvalorização do dólar; pagamento de royalties pela soja transgênica; aumento dos custos do plantio (em meio à crise do campo, as cooperativas do Paraná tomam cautela, adaptam seus planejamentos e fazem parcerias) (LIMA, 2005).

Além de enfrentar crises econômicas, as cooperativas também tiveram que aprender a conviver com a concorrência das multinacionais (Cargill, Bünge etc) e, para reduzir os custos da produção para o agronegócio, mais do que competirem entre si, as cooperativas paranaenses também se tornaram parceiras – trocam serviços e fazem investimentos conjuntos. São resultantes de parcerias (efetivadas na década de 1970) as cooperativas centrais: Sudcoop (que presta serviços para Copagril, Lar, Copacol, C.Vale e Cooperlac) e a Cotriguaçu (união de esforços entre Coamo, Coopavel, Lar, C.Vale, Copagril, Copacol, Coopagro e Coagro). A idéia mais recente, neste sentido, é a construção de uma fábrica de fertilizantes, que envolverá cerca de treze cooperativas paranaenses (ORGIS, 2005).

No Brasil, o movimento cooperativista no meio rural adquiriu grande relevância nos Estados da Região Sul¹⁸, especialmente, por causa da influência dos seus colonizadores. Cabe salientar que em países da Europa Ocidental os estudos sobre cooperativismo recebem *status* de ciência, dada a sua importância e ocorrência, inclusive, da transnacionalização das cooperativas na União Européia.

É assim que as experiências cooperativistas nos países da Europa e no Brasil podem alimentar saudáveis intercâmbios (por exemplo, na pesquisa acadêmica), entretanto, há que se reparar estágios diferentes da estrutura e do funcionamento das atividades agrícolas nos vários países do mundo. A propósito, o cenário do campo brasileiro é palco de tensões que justificam a luta pela reforma agrária. Não seria este, então, um cenário carente de organizações cooperativistas?

A resposta é afirmativa, pois, se houvesse auto-suficiência ou se cada trabalhador estivesse provido de todas as suas necessidades, não haveria mobilização coletiva ou união de esforços à cooperativa.

Portanto, é numa situação de crise que surgem as cooperativas, e é para combater esta crise – intensificada pela separação da posse e do uso dos meios de produção e de distribuição – que os princípios cooperativistas deveriam ser mais fortalecidos. Todavia, na medida em que um grupo de associados obtém conquistas, ele inibe a ascensão de outros, ou seja, reage em defesa da preservação dos benefícios que alcançou.

É por isso que no quadro de uma consolidada cooperativa agroindustrial não cabe a reivindicação do trabalhador “sem-terra”, como também há pouco espaço para o trabalhador “com-terra” descapitalizado, pois, estes trabalhadores terão que fundar suas próprias cooperativas, nos moldes da “economia solidária”.¹⁹

¹⁸ “As cooperativas agropecuárias paranaenses perderam em 2005, pela primeira vez na história, a liderança nas exportações entre as cooperativas brasileiras. No ano passado, São Paulo superou o Paraná, tanto em volume exportado quanto em receita”.

[...]

“A resposta para a inédita inversão de posições entre Paraná e São Paulo no ranking está na pauta de exportações de cada estado. Enquanto o carro-chefe paranaense é o complexo soja - cultura que registrou quebra de safra pela seca e baixos preços internacionais no ano passado - , São Paulo concentra as lavouras com cenário mais favorável no momento: cana-de-açúcar, café e laranja” (DENARDIN, 2006, p.03)

¹⁹ Em entrevista à Gazeta do Povo (FERREIRA, 2006, p.07), o então presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas explica: “A OCB defende uma lei que propicie o desenvolvimento econômico do cooperativismo, mas com justiça social. Desenvolve uma idéia básica de que cooperativa é economia social, não é economia solidária. É aquela onde, através da eficiência econômica, se busca a eficácia social. Já a economia solidária, a que não temos nada contra, depende de tutelas e de ajudas externas, o que no cooperativismo não é permitido. O nosso é um sistema empreendedor, de mercado e que dá espaço para o cidadão comum acessar condições de mercado”. Pouco conhecida, existe uma outra entidade representativa, a Unicafes (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária).

Dizer, hoje, a respeito das cooperativas elitistas existentes: “ruim com elas e pior sem elas”, seria conformismo! Daí, a pertinência de resgatar os princípios da teoria que situa uma cooperativa e o esforço intelectual de discussão e de fundamentação teórica, pois, tanto no cooperativismo, como na geografia e em outras disciplinas, a teoria e a prática são elos indissociáveis da construção do conhecimento.

Um olhar superficial direcionado para cooperativas como a Cocamar e como a C.Vale, por exemplo, não as distinguiriam de outras empresas ou agroindústrias não cooperativas. Contudo, não serão o moderno parque agroindustrial e a geração de lucro²⁰, os fatores que comprometerão o caráter de uma cooperativa, pois, inserida numa economia de mercado, a cooperativa deveria se distinguir pela capacidade de amenizar as contradições do capitalismo e de possibilitar um “rosto” mais humano à globalização, pela maneira como ela seria gerenciada, pelo impacto dos resultados da sua atuação e pela compreensão que a sociedade dela possui.

Neste sentido, essa pesquisa pretende caracterizar a atividade agrícola no Oeste do Paraná e sua relação com a gênese e evolução das cooperativas, de modo específico, o município de Palotina e a C.Vale Cooperativa Agroindustrial.

²⁰ Em cooperativismo não se fala em lucro, mas em sobra, entretanto, arriscamos dizer que cooperativas são empresas lucrativas.

2. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA AGRICULTURA NO OESTE PARANAENSE: UM ESTUDO DE CASO EM PALOTINA.

O município de Palotina se localiza no Extremo-Oeste do Paraná; Mesorregião Oeste Paranaense (MAPA 01). Possui 25.765 habitantes (população rural: 5.031 e urbana: 20.734) (IBGE, 2000) e uma área de 64.743 hectares.²¹

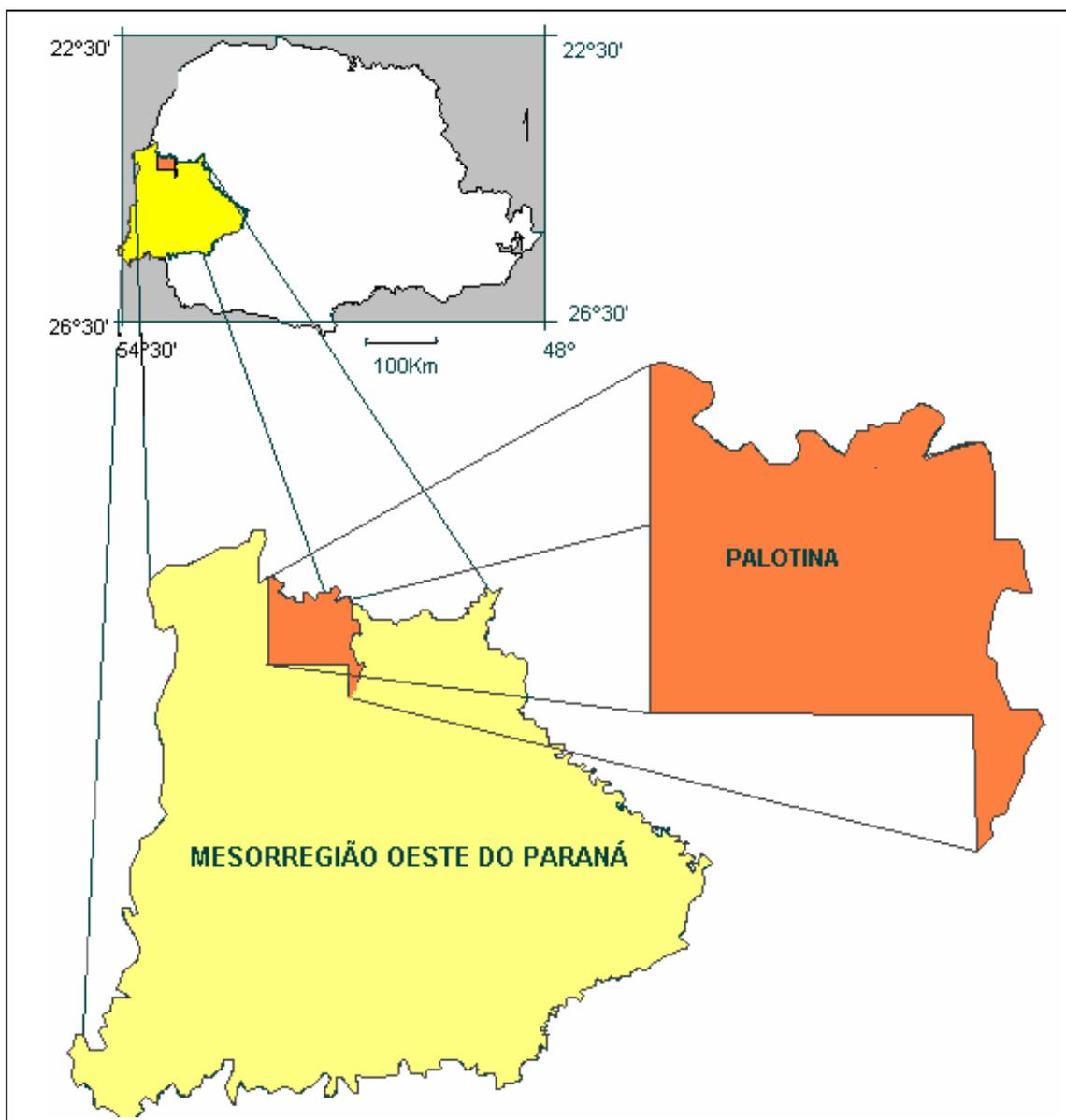


FIGURA 01 – Localização do município de Palotina na Mesorregião Oeste do Paraná.

Elaboração da autora.

²¹ População estimada em 2006: 26.704 habitantes.

O município de Palotina se limita ao norte com os municípios de Francisco Alves e Iporã (Mesorregião Noroeste), ao sul com Maripá e Nova Santa Rosa, a leste com Assis Chateaubriand e a oeste com Terra Roxa, conforme a FIGURA 02.

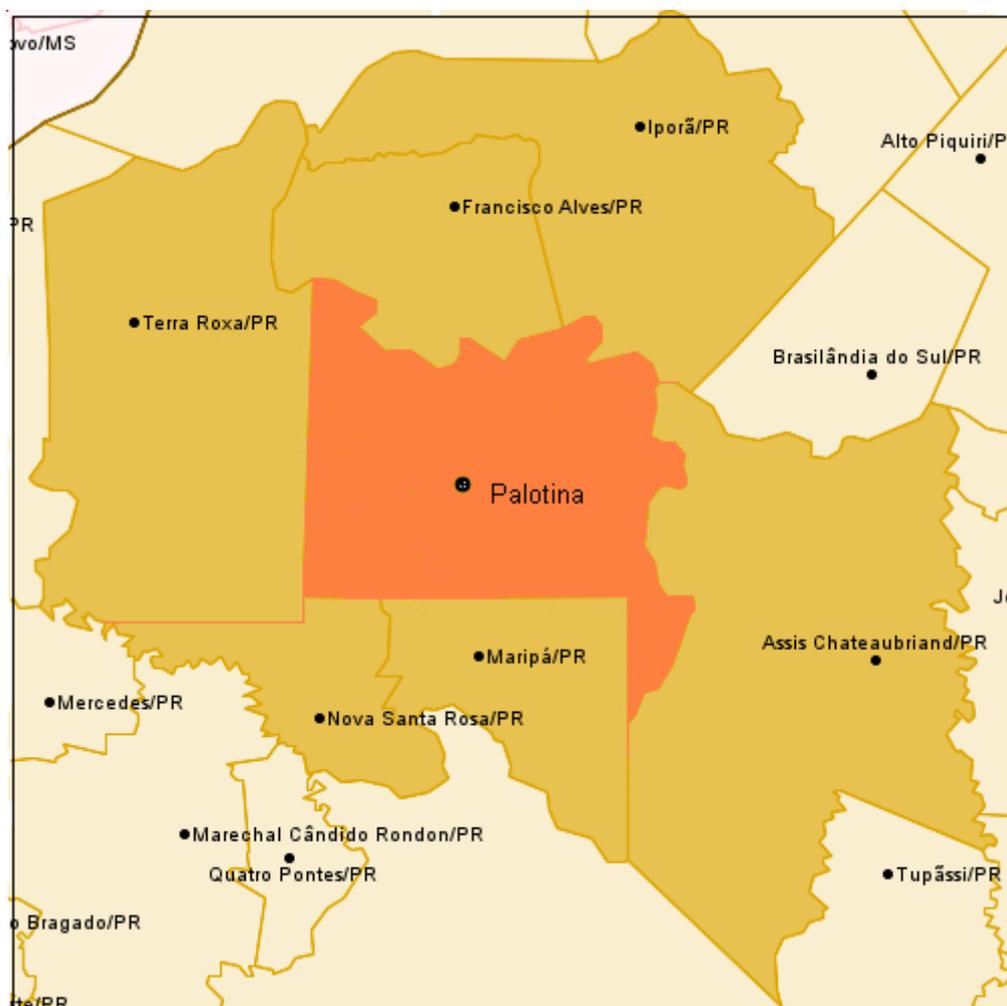


FIGURA 02 – Municípios limítrofes a Palotina.

Fonte: Muninet, 2006.

O município de Palotina e a região da qual ele faz parte serão entendidos, nessa dissertação, por meio do conhecimento de como o território é utilizado para determinado fim (adotado como variável explicativa) e de acordo com a evolução diferencial da sociedade, “[...] no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais freqüentemente lhes provém o impulso” (SANTOS, 1977).

A variável explicativa à caracterização desta área de estudo, portanto, será o fato da utilização deste território, entre outras, como suporte para uma dinâmica voltada para o agronegócio. De modo específico, o espaço geográfico de implantação, pela empresa

cooperativista, do Complexo Industrial Avícola C.Vale como resultado da evolução da produção agropecuária e do modelo de associação dos produtores rurais em Palotina.

Esta caracterização significa responder: de que espaço se está falando? Espaço geográfico como produto do processo de trabalho da sociedade, [...] “É assim um produto histórico que sofreu e sofre um processo de acumulação técnica cultural apresentando a cada momento as características e determinações da sociedade que o produz” (CARLOS, 2000, p.15).

Segundo Andrade (1998), o espaço geográfico se interpenetra em um mesmo território com o espaço econômico - espaço elaborado pelas empresas ao estabelecerem a sua área de influência para o desenvolvimento de suas atividades e projetos.

A identificação de uma atividade agroindustrial especializada e emergente, como característica essencial do Extremo-Oeste paranaense, está fundamentada no contexto e no processo de ocupação e de uso do solo agrícola.

Quanto à base física ambiental, se ressalta o clima úmido (Clima Subtropical Úmido – precipitação média anual de 1600 a 1800 mm) e o solo fértil²² que possibilitaram, ao longo dos anos, a existência de florestas (Mata Pluvial Subtropical) entre os rios Piquiri e Iguaçu (MAACK, 1968). A partir de 1930, a pressão por desmatamento, inicialmente para fins madeireiros e em seguida para o uso agrícola, fez restar o correspondente a 12% da cobertura vegetal original (IPARDES, 2004). O histórico da ocupação e da exploração agropecuária desta região, por exemplo, registrou um modelo voltado à produção em detrimento da preservação ambiental.

No caso de Palotina, segundo Inventário Ambiental elaborado por Falvo, em 1997, se verificou que menos de 4% do território municipal estava coberto por florestas naturais e plantadas, pois, na maior parte (cerca de 80% do território) a terra estava utilizada com lavouras temporárias.

Ainda, conforme Falvo (1997), Palotina apresenta uma aparente homogeneidade de relevo com superfícies aplainadas, pouco dissecadas, compreendendo planícies e terraços fluviais - é drenado pela bacia hidrográfica do Rio Piquiri que faz parte da bacia hidrográfica do Rio Paraná.

Diante de favoráveis condições de clima, topografia, fertilidade e estrutura do solo, a atividade agropecuária, no Oeste do Paraná, (com culturas tais como: soja, milho, trigo, avicultura, bovinocultura, suinocultura e piscicultura), ocupou e ocupa importante fatia

²² Solos do tipo “terra roxa” (como o Latossolo Vermelho distroférico/eutroférico).

do mercado, o que impulsiona o desenvolvimento da economia regional que pode caracterizar-se com a denominação Paraná do *agribusiness* (ROLIM, 1995, p.49).²³

A mesorregião Oeste, dentre as regiões do Estado, é talvez aquela na qual melhor se visualiza o processo de desenvolvimento tecnológico na produção agropecuária. A constituição dos segmentos industriais, principalmente a jusante do setor e através de organizações de cooperativas, bem como a importância das exportações primárias, definiram a dinâmica da economia regional e sua articulação às economias estadual, nacional e mundial (IPARDES, 2004, p.69).

As áreas com maior aptidão à agricultura correspondem a 75% da região Oeste – áreas de relevo plano e suavemente ondulado com predomínio de solos férteis e com pouca susceptibilidade à erosão associados às baixas declividades dos terrenos. Tais solos, ocupados principalmente por culturas cíclicas, proporcionam práticas agrícolas com alto nível tecnológico, aplicação intensiva de insumos, melhoramento das condições da lavoura e motomecanização, principalmente nos municípios de Guaíra, Palotina, Marechal Cândido Rondon, Toledo e Cascavel (IPARDES, 2004).

Contudo, esta caracterização inclui uma evolução que se remete à explicação dos primórdios da colonização (até 1960), quando, em roças novas, apesar das condições favoráveis mencionadas anteriormente, os colonos²⁴ passavam por dificuldades de estrutura, de fornecimento de insumos, de comercialização das safras etc.

2.1 A COLONIZAÇÃO EMPRESARIAL NO OESTE DO PARANÁ.

São aspectos da história da ocupação do Oeste do Paraná: a exploração da erva-mate (pelos obrageros e mensus)²⁵, a derrubada das florestas, a imigração sulista, a policultura de subsistência, a caça e a pesca, entre outros, dando continuidade ao processo anteriormente ocorrido no Sudoeste do Paraná (PFLUCK, 2002)

Conforme Reginato (1979), a agricultura colonial se refere à agricultura trazida pelos colonos sulistas: culturas anuais do milho, do feijão, do trigo, da soja (esta

²³ “No empresariado agrícola destacam-se os segmentos vinculados às cooperativas. São os principais executores do Paraná Agrobusiness” (ROLIM, 1995, p.92).

²⁴ “Colono significa viver numa colônia, de preferência possuir um pedaço de terra suficiente para a sobrevivência, comumente o mínimo equivalente a uma colônia (25 ha); é uma designação mais presente no Sul do Brasil, espaço de maior influência do colono imigrante / europeu. Os produtores rurais da região se autodenominam colonos” (TEDESCO, 2001, p.108).

²⁵ “As obrages são identificadas como grandes propriedades, ou então como um sistema de exploração da erva-mate e da madeira, típica de áreas de matas subtropicais, existentes em território paraguaio, argentino e brasileiro” (FREITAG, 2001, p.53). Os obrageros eram capitalistas argentinos e os mensus eram trabalhadores braçais (índios guaranis e paraguaios) pagos por mês.

última, utilizada como forragem verde para alimentação animal), da hortelã (que surgiu como opção regional a partir da instalação de empresas compradoras de menta) e criação de suínos – uma agricultura basicamente manual com o apoio de tração animal – condições que predominaram ao longo da década de 1960. Nos anos anteriores, década de 1950, que corresponde ao início da colonização do município de Palotina, ocorreram também plantações de fumo e de café, além da extração madeireira (REGINATO, 1979).

Para Freitag (2001), uma das características essenciais do extremo-oeste paranaense foi o processo racional de ocupação e de uso do solo agrícola a partir da década de 1930.

A presença humana e a presença econômica são matizadas segundo os diversos momentos de início da ocupação e conforme as respectivas densidades atuais. É assim que, a partir das heranças, isto é, das solicitações originais próprias a cada momento do passado, e da participação das diversas parcelas do país nas lógicas econômicas, demográficas e políticas contemporâneas, produz-se o verdadeiro mosaico de regiões [...] (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p.250)

A colonização empresarial no Oeste do Paraná, atrelada aos interesses econômicos e políticos nacionais, se caracterizou pela apropriação e organização do espaço a partir dos interesses das companhias colonizadoras e pelo desenvolvimento de uma produção agrícola não apenas para a subsistência, mas para o mercado, que garantiria a renda ao pagamento das terras. Assim, havia uma sintonia de interesses entre companhias colonizadoras, política do Estado e objetivos dos migrantes.

“O Estado encarava o desbravamento do campo como premissa necessária para o processo de industrialização, posto que este implicava uma absorção mais intensa das matérias-primas produzidas pela agricultura” (FREITAG, 2001, p.83). Para o Estado, ceder grandes áreas devolutas às companhias colonizadoras, mediante pagamentos simbólicos, seria um incentivo que se reverteria na ocupação do solo, na sua produção e inserção à economia nacional.

O Estado abre mão do lucro na venda da terra aos pequenos, médios e grandes compradores individuais, que fica com os empresários, mas em compensação recebe sem ônus para os cofres públicos, o espaço organizado e dotado de toda a infra-estrutura que vai viabilizar a meta maior, qual seja, o estágio desenvolvimentista. Tal meta torna-se viável, primeiramente através do giro interno do capital financeiro oriundo da mercantilização da terra e a seguir através da incorporação [...] ao processo produtivo, via incremento de uma agricultura para o mercado, responsável maior pela expansão do capitalismo no campo (SERRA, 1991, p.89).

No Oeste do Paraná, o projeto da Colonizadora Madeireira Rio Paraná (MARIPÁ) se tornou legendário²⁶. O seu modelo de colonização foi adotado por outras empresas, dentre elas, aquela que viabilizou a comercialização dos lotes de terra no município de Palotina, a Companhia Pinho e Terras Ltda – fundada em 1946, com sede em Céu Azul – PR (FREITAG, 2001).

A Companhia Pinho e Terras Ltda, ao selecionar seus corretores escolheu os religiosos da Congregação de São Vicente Pallotti, que atuavam em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e desejavam expandir o catolicismo para outras localidades (FREITAG, 2001). De acordo com a mesma referência, se destaca a importância dos padres no sentido de atrair e dar segurança aos colonos no desenvolvimento da agricultura, pois, eram comuns a bênção das lavouras e as procissões para afastar a seca ou cessar a chuva.

A agricultura, então, representa não só a subsistência dos agricultores, mas também a entrada na produção mercantil com a qual garantiriam o pagamento de suas terras, um futuro para os filhos, além de inserir o Oeste do Paraná na produção de alimentos para o mercado interno, do Estado e do País, alicerçado nos discursos políticos e na melhoria e ampliação das estradas de rodagem [...] (PFLUCK, 2002).

A colonização aplicada no Oeste do Paraná está vinculada ao conjunto de transformações nacionais em nível de urbanização e de industrialização quando se acentuava o movimento migratório de caráter interno, e neste caso, significou o estabelecimento de descendentes de italianos e alemães procedentes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina em pequenos lotes de terras destinados à agricultura (FREITAG, 2001).

Devido às altas taxas de fecundidade e às conseqüentes partilhas de propriedades, os agricultores estavam sendo “expulsos” das antigas colônias do Rio Grande do Sul, o que estimulou a infiltração de migrantes no Sudoeste e Oeste do Paraná (PFLUCK, 2002).

A fronteira agrícola, ao mesmo tempo em que representa uma fonte de expansão econômica, desempenha um papel importante em nível político, pois, “[...] permitiu canalizar os excedentes populacionais, que, permanecendo nas suas regiões de origem, poderiam ter determinado o agravamento das tensões sociais” (SORJ, 1986, p.18).

A situação da fronteira colonial, por si só, já se constitui numa situação de crise [...], ou seja, no momento da instalação, do desbravamento dos colonos, quando se

²⁶ Porém, tanto no Paraná como no Mato Grosso, nenhum projeto de colonização empresarial conseguiu se equiparar ao sucesso da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, anteriormente denominada Companhia de Terras Norte do Paraná (PFLUCK, 2002).

dá a construção do espaço e a constituição e significado dos seus componentes. A colonização do Oeste do Paraná se reveste da peculiaridade de estar sendo concluída no momento em que começaram a ocorrer intensas e profundas transformações no meio rural brasileiro [...] (GREGORY, 2002, p.249).

Historicamente, a região Oeste constitui a última fronteira de ocupação do Estado, pois, sua localização distante da porção leste (onde se iniciou o povoamento do Paraná) e a quase ausência de infra-estrutura de comunicação interligando-a ao restante do Estado, são fatores que justificam o isolamento e a baixa densidade populacional por tanto tempo (IPARDES, 2004).

Em decorrência das frentes de ocupação, dos novos habitantes e de suas experiências de trabalho, a região Oeste se encontrava toda ocupada na década de 1960, porém, ainda passaria por contundentes transformações na estrutura agrária e na produção agrícola, oriundas da “modernização da agricultura”.

O planejamento das companhias colonizadoras, na divisão das terras em pequenos lotes, representou muito mais uma estratégia de venda - vendiam lotes menores em vista do poder aquisitivo dos compradores. O objetivo das colonizadoras era vender rápido para recuperar os próprios investimentos, pois havia o comprometimento prioritário com o capital privado.

Após cumprir a tarefa de repartição, comercialização e aplicação de alguma infra-estrutura, as empresas colonizadoras findavam suas obrigações. Isto significa que os agricultores ficaram a mercê das transformações que desencadearam o processo de “modernização da agricultura” agilizado pela ação conjugada do Estado, das cooperativas agropecuárias e das agroindústrias privadas.

2.2 AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA E SUA RELAÇÃO COM AS COOPERATIVAS.

À medida que o projeto de colonização se consolidava, mais migrantes chegavam ao município de Palotina, a área cultivada se expandia e a produção dos agricultores era comercializada. Entretanto, os agricultores ou colonos enfrentavam dificuldades, tais como: falta de estrutura para armazenar e comercializar a produção, ausência de assistência técnica, de fornecimento de insumos e preços baixos (COOPERVALE, 1988).

Nas roças novas, em áreas de mata pluvial subtropical e solos de origem basáltica, os colonizadores [...] conseguiram excedentes de produção, que veio a apodrecer por falta ou dificuldade de comercialização. No mesmo período, desenvolveu-se também a suinocultura, alicerçada na grande produção de milho, principal alimento usado na alimentação dos porcos (PFLUCK, 2002, p.40).

Reunidos em torno destas necessidades e diante da conjuntura do Brasil no mercado internacional, que propiciava a expansão de cooperativas com o apoio dos governos federal e estadual, vinte e quatro agricultores (inclusive o prefeito do município) fundaram, em 1963, a Cooperativa Agrícola Mista de Palotina (Campal). Conforme excerto da ata da primeira assembléia, a Campal tinha como objetivos:

[...] proporcionar aos associados a defesa de seus interesses econômicos, promovendo a venda comum de sua produção agrícola ou pecuária, visando sempre a obtenção de melhores preços e adquirindo para os mesmos tudo o que necessitarem para as suas culturas ou criações, ou ainda artigos de uso pessoal e doméstico, sempre procurando melhor preço e melhor qualidade [...] (COOPERVALE, 1988, p.08).

O apoio dos governos federal e estadual incentivava a criação de cooperativas como meio de viabilizar a substituição da agricultura colonial pelo binômio soja e trigo.

A fundação da Campal em 1963 e a instalação de uma estação experimental do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) em 1966 coincidem com o período de substituição de culturas, quando, tais órgãos, supririam as necessidades de infra-estrutura e de assistência técnica, por exemplo, para a “modernização” das culturas de soja, trigo e milho.

O modelo econômico posto em prática no Brasil pelo “movimento revolucionário” de 1964 e que ganhou força no período do “milagre”, teve nas cooperativas um de seus grandes trunfos. Na prática, as cooperativas foram usadas pelo sistema econômico dominante na tarefa de conseguir a qualquer custo a modernização da agricultura brasileira (SERRA, 1986, p.22).

A partir de 1965, o governo concedeu crédito subsidiado para a agricultura, o que influenciou significativamente a mecanização das terras, a adoção de culturas temporárias e a formação das cooperativas, estas últimas, previstas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) como instrumentos da “modernização da agricultura”, fato que foi responsável por muitas transformações na vida dos agropecuaristas no Oeste do Paraná (GERKE, 1992).

É consenso entre a literatura especializada sobre o processo de modernização agropecuária nacional que a política de crédito rural, operacionalizada pelo Sistema

Nacional de Crédito Rural (SNCR) implantado em 1965, cumpriu papel determinante na transformação da base técnica dos estabelecimentos agrícolas, no aumento da produtividade do setor, na consolidação dos complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares [...] Ao privilegiar produtores (sobretudo grandes), regiões (Centro-Sul do País) e produtos (exportáveis) [...] (LEITE, 2001, p.53).

A criação de cooperativas nas décadas de 1960 e 1970 é significativa no Oeste do Paraná, pois, de acordo com o QUADRO 02, sete cooperativas apresentam ano de fundação entre 1963 e 1977.

Nome	Razão Social	Cidade/ Sede	Ano de Fundação
AGROPAR	Cooperativa Agropecuária do Médio Oeste do Paraná	Assis Chateaubriand	1995
C.VALE	C.Vale Cooperativa Agroindustrial	Palotina	1963
COODETEC	Coodetec – Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola	Cascavel	1995
COOPAVEL	Coopavel Cooperativa Agroindustrial	Cascavel	1970
COOPERLAC	Cooperativa dos Produtores de Suínos e Leite do Oeste do Paraná	Toledo	1997
COPACOL	Copacol – Cooperativa Agroindustrial Consolata	Cafelândia	1963
COPAGRIL	Cooperativa Agroindustrial Copagril	Marechal Cândido Rondon	1970
COPERCACHAÇA	Cooperativa dos Produtores de Cachaça Artesanal do Oeste do Paraná	Assis Chateaubriand	2004
COTRIGUAÇU	Cotriguaçu Cooperativa Central	Cascavel	1975
FRIMESA	Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda	Medianeira	1977
LAR	Cooperativa Agro-industrial Lar Ltda	Medianeira	1964

QUADRO 02 – Cooperativas do Setor Agropecuário no Oeste do Paraná.

Fonte: OCEPAR (2006). Elaboração da autora.

Estas cooperativas são todas aquelas do setor agropecuário e que estão localizadas na região Oeste paranaense, conforme cadastro da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR, 2006).

A eficácia desta ação conjugada influenciou para que o fenômeno da modernização tecnológica da agricultura fosse tão representativo na região Oeste, e especialmente na micro-região de Toledo, onde, ao longo e no entorno do Eixo A (FIGURA 03), “[...] encontram-se os processos mais extensos e intensos de modernização no Paraná. No espaço que se estende de Cascavel até o município de Palotina [...]” (PERIS, 2002, p.109).

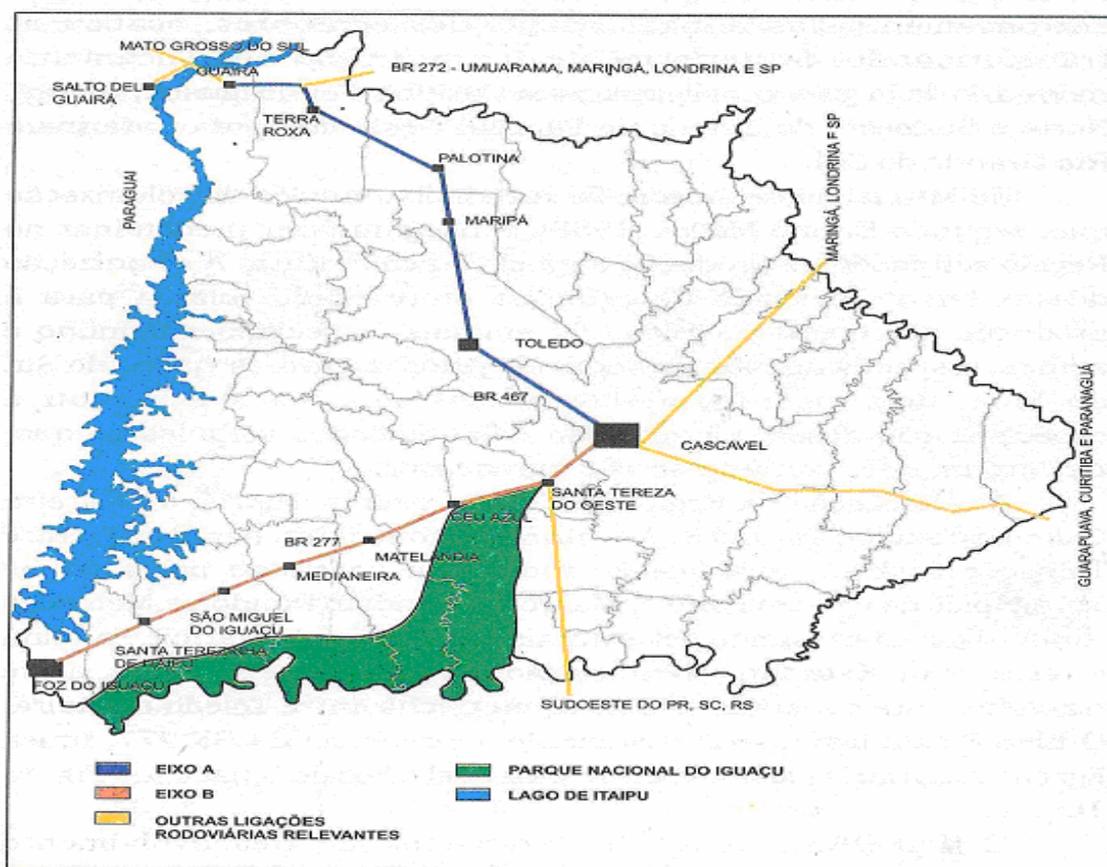


FIGURA 03 – Eixo A e Eixo B

Fonte: Geolab – Unioeste. Editado por PERIS (2002, p.36).

Conforme Peris (2002), a dinâmica econômica do Eixo A está mais voltada para o agronegócio e o potencial agroindustrial é a sua principal alavanca para o desenvolvimento.

Em estatística agropecuária de 2001, trabalhada pelo Iparde (2004), o Oeste aparece em primeiro lugar na produção de soja, milho, aves, suínos e leite, em comparação com as outras regiões do Paraná.

No município de Palotina, a produção de soja, ao longo dos anos, se constituiu numa tradição impulsionada por incentivos econômicos e propícias condições de solo, clima e topografia. Em 1980, o município recebeu o título de Capital Nacional da Soja, em razão da grande produtividade. Conforme Fleischfresser (1988), a soja, no Paraná, é o produto representativo da modernização da base técnica da agricultura que, devido à adoção de meios de produção de origem industrial, intensifica as desigualdades socioeconômicas entre os produtores.

“Esse mundo da técnica invasora é também o mundo do capital tecnológico invasor que busca, e consegue, contagiar as diversas tarefas rurais” (SANTOS, 1996, p.243). Se há uma invasão, conseqüentemente, ocorrerá uma expulsão, já que há uma resistência seletiva ao “contágio” do mundo do capital tecnológico.

Nesta perspectiva, de acordo com Serra (1992), quando terminou o processo de ocupação pioneira, a luta pela posse da terra e os entraves dos posseiros e grileiros deixaram de ser as principais ameaças – a luta tomou outro rumo, ou seja, evoluiu nos ditames da “modernização da agricultura”²⁷, que implicou, além da conquista da terra, a conquista das condições para o seu racional aproveitamento econômico.

O referido pacote tecnológico fez com que o desenvolvimento da agricultura dependesse cada vez mais de investimentos de capital, e menos da estrutura fundiária, da mão-de-obra familiar e da policultura de subsistência. A repartição das terras durante a colonização havia criado a pequena propriedade²⁸, mas a mudança na exploração agrícola fez voltar a grande propriedade. Quer dizer, o alto custo da utilização de insumos modernos inviabilizava os pequenos agricultores, pois, a eles, foi imposto o mesmo modelo de exploração dos grandes proprietários, porém, com margens de lucro questionáveis.

Mesmo quando inexistia uma política agrária explícita, os objetivos e os instrumentos utilizados pela política agrícola influenciam decisivamente a estrutura fundiária. Um exemplo desse fenômeno é o que ocorreu no Brasil na década de 70, quando a política agrícola da modernização conservadora levou a um aumento da concentração da posse e da propriedade da terra no meio rural (DELGADO, 2001, p.24-25).

É importante ressaltar que mesmo diante de inúmeras dificuldades enfrentadas (altos custos de produção, insuficiência de crédito rural etc) os pequenos proprietários coexistem com os grandes proprietários e procuram alternativas econômicas e sociais que possibilitem sua reprodução social (HESPANHOL; COSTA, 2002).

Segundo o Ipardes (1983) nas regiões Sudoeste e Oeste do Paraná, os resultados da “modernização da agricultura”, com o crescimento da área plantada de soja, desencadearam uma redução menor de estabelecimentos e uma taxa de migração também inferior se comparadas às da região Norte do Paraná.

²⁷ A modernização da agricultura compunha um projeto mais amplo de modernização da economia nacional, estritamente relacionado às mudanças econômicas ocorridas no mundo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Trata-se de um modelo agrícola importado dos Estados Unidos - o pacote tecnológico chamado de Revolução Verde, que visava o aumento da produtividade agrícola por meio de fertilização, utilização de maquinaria etc. Principalmente, visava à expansão e o fortalecimento de grandes corporações.

²⁸ Referência ao sistema de repartição de terras das companhias colonizadoras (o tamanho dos lotes variava em torno de 20 hectares).

O fato de uma relativa estabilidade da estrutura fundiária no Oeste do Paraná, acompanhada por uma não redução da área das culturas alimentares, teve como principal argumento a manutenção da mão-de-obra familiar como principal força-de-trabalho nos estabelecimentos (IPARDES, 1983).

O desenvolvimento agrícola [na década de 1970] garantiu que mais de 60% das lavouras, tanto no Oeste como no Sudoeste, fossem realizadas nos estabelecimentos com até 50 ha.

Esse processo foi reforçado com a implantação de cooperativas que através da comercialização atuaram na adequação da estrutura produtiva agrícola para padronizar o produto em função das exigências da maior integração agroindustrial. A soja foi o maior exemplo desse processo no Paraná, mas com um ritmo menor outras atividades também já se integraram mais à indústria, como criação de suínos e aves, atividades cada vez mais importantes na região (IPARDES, 1983, p.41).

Esta avaliação do Iparades se verifica na estrutura fundiária do município de Palotina, de acordo com o QUADRO 03, que apresenta maior quantidade de estabelecimentos de até 50 hectares.

Grupos de área total (hectares)	Unidades
Total	1.807
menos de 1 ha	51
1 a menos de 2 ha	60
2 a menos de 5 ha	239
5 a menos de 10 ha	231
10 a menos de 20 ha	417
20 a menos de 50 ha	526
50 a menos de 100 ha	183
100 a menos de 200 ha	59
200 a menos de 500 ha	35
500 a menos de 1.000 ha	6

QUADRO 03 – Estrutura fundiária do município de Palotina.

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário, 1996).

O Iparades, para fins de classificação socioeconômica, considera que os estabelecimentos com até 50 ha constituem a categoria de agricultores familiares, devido ao predomínio do trabalho familiar; os estabelecimentos com área acima de 100 ha, por apresentar maior quantidade de força-de-trabalho contratada, foram classificados como agricultores empresários; e entre 50 a 100 ha constituem um estrato de transição, ora se

enquadra em uma ou outra categoria, de acordo com o caráter das relações de produção (IPARDES, 2004).²⁹

De acordo com Delgado (2001, p.25), reduzir um ponto de vista ao binômio latifúndio-minifúndio é usar termos que há muito tempo não são generalizáveis, pois, “[...] Ao fazer isso, exclui-se uma grande massa de pequenos produtores tecnificadas e completamente integrados ao sistema agroindustrial [...]”.

Por exemplo, os produtores associados à cooperativa e integrados à agroindústria. Daí se verifica o papel da cooperativa que, no caso de Palotina, surgiu em 1963, quando se caracterizava pela função comercial, mas que, com o passar do tempo, se desenvolveu direcionada ao projeto de agroindustrialização, efetivado na década de 1990.

As cooperativas que inicialmente caracterizavam-se pela função comercial promoveram a integração do grupo de associados ao Complexo Agroindustrial (CAI), porém, quanto à participação dos produtores associados à cooperativa:

Existem diferenças apontadas pelo maior ou menor volume de produção, pela valorização maior ou menor da atividade agrícola a que se dedicam, pela propriedade de grandes ou pequenas porções de terra, pela forma como eles se introduzem e vivenciam a instituição cooperativa, pelo modo como eles se identificam no processo de produção (ARAÚJO, 1982, p.215).

Neste contexto, a implantação do complexo industrial avícola, em Palotina, surgiu a partir de uma estratégia da cooperativa para a diversificação da produção agrícola e à permanência e capitalização das pequenas propriedades.

O discurso fundamentado no cooperativismo, divulgado através da assessoria de imprensa da C.Vale e dos meios de comunicação local e regional, repercute como uma proposta positiva para a diversificação das atividades e para a geração de renda dos agricultores. “A gestão do cooperativismo está calcada no discurso dos representantes governamentais que vêem nesta forma de organização o fio condutor do bem-estar social e econômico” (SCHLOSSER, 2001, p.150).

A implantação do complexo industrial avícola, o crescente faturamento da cooperativa e a influência econômica em sua área de ação refletem a imagem da C.Vale como uma cooperativa moderna e arrojada. Conforme a vista aérea (Figura 04), se observa aspecto externo do parque industrial da C.Vale (abatedouro; fábrica de assados, cozidos e fritos de

²⁹ Esta classificação do IPARDES corre o risco de denotar um aspecto generalizante, pois, a avicultura, por exemplo, é uma cultura que ocupa uma área relativamente pequena, isto é, um pequeno proprietário de terra pode ser um grande produtor de frangos e até se considerar como um empresário.

frango; fábrica de ração etc.); uma paisagem que demonstra a pujança da agroindústria (o parque industrial se destaca entre as lavouras).



FIGURA 04 – Vista aérea do Parque Industrial da C.Vale em Palotina.

Fonte: Jornal C.Vale (abril de 2005).

Ao se mencionar sobre a reestruturação da cooperativa, em Palotina, estar-se-á mencionando sobre a trajetória: Campal (Cooperativa Agrícola Mista de Palotina), Coopervale (Cooperativa Agrícola Mista Vale do Rio Piquiri Ltda) e C.Vale Cooperativa Agroindustrial.

Cooperativas estruturadas em torno da soja, tais como a C.Vale, deram origem às principais agroindústrias da região Oeste (frigoríficos, laticínios, moinho de trigo, fábrica de ração, de óleo de soja etc).

Em 2004, uma publicação da Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná) demonstrou, por meio de um catálogo das indústrias paranaenses, informações e características de maneira a evidenciar o perfil e a vocação econômica de cada região do Paraná, por exemplo, da Mesorregião Oeste do Paraná (GRÁFICO 01), onde se verifica uma maior concentração de indústrias de alimentos e bebidas (CAETANO, 2004).

A maioria dos investimentos significativos ocorridos na Região Oeste, especialmente no setor industrial, estão vinculados à agroindústria e às cooperativas agropecuárias, e foram beneficiados pela política governamental (PERIS, 2002).

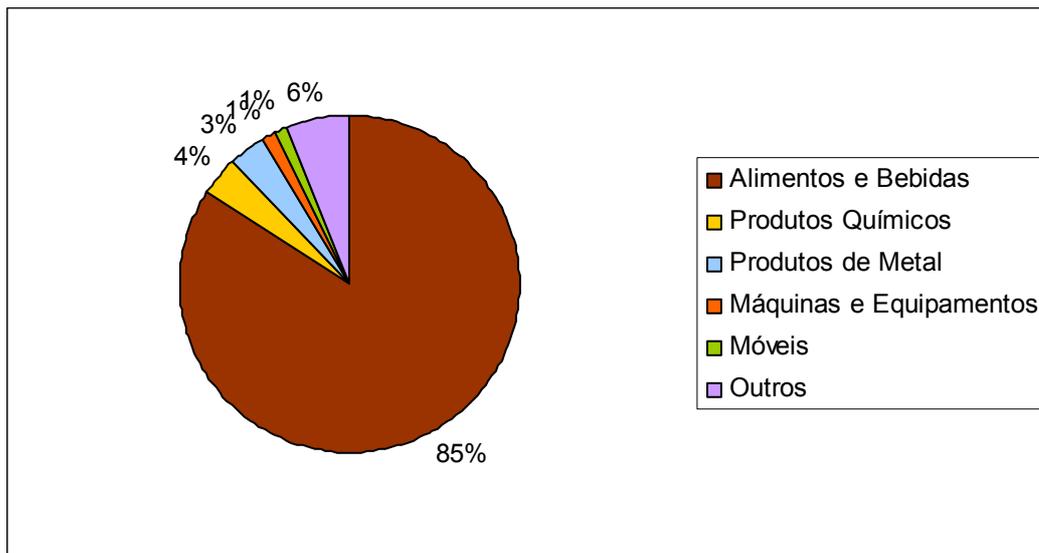


GRÁFICO 01 – Distribuição da indústria na Mesorregião Oeste do Paraná.

Fonte: CAETANO (2004).

A constituição de um “complexo soja” regional, com a produção de insumo para a indústria de rações e ao lado da produção de milho, criaram as bases para a produção e industrialização de carne de pequenos animais, atividades estruturalmente ligadas aos pequenos agricultores e que têm se constituído em importante suporte à sobrevivência da agricultura familiar (IPARDES, 2004, p.69).

Neste caso, ao verificar o efetivo da produção de galináceos, segundo os municípios paranaenses (2002), (ANEXO B), observa-se uma concentração desta atividade na região Oeste, onde, além da C.Vale, outras quatro grandes cooperativas (Coopavel, Copacol, Copagrill e Lar) atuam na produção de frangos.

A trajetória Campal / Coopervale / C.Vale, rumo ao projeto de agroindustrialização (efetivado na década de 1990, com a inauguração de um Complexo Industrial Avícola), representam períodos de diferentes características no processo de transformações na agricultura paranaense e particularmente em Palotina, objeto dessa pesquisa.

3. A EVOLUÇÃO DA C.VALE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL.

Em 1963, os objetivos que motivaram a criação desta cooperativa eram: um armazém e um caminhão. Na primeira década do século XXI, produzir alimentos com excelência e satisfazer o consumidor passam a ser objetivos principais da C.Vale Cooperativa Agroindustrial, conforme o discurso do então presidente Alfredo Lang (C.VALE, 2004).

Desde o surgimento desta cooperativa um conjunto de necessidades, decisões e atitudes, propiciaram o fortalecimento desta associação e sua concretização como uma empresa agroindustrial.

Primeiro nasceu a Campal (Cooperativa Agrícola Mista de Palotina), que, ao crescer, se transformou na Coopervale (Cooperativa Agrícola Mista Vale do Rio Piquiri Ltda). Esta, por sua vez, se desenvolveu e se reproduziu, originando a C.Vale - fases que demonstram uma união em busca do interesse econômico ou da superação de problemas que poderiam acarretar prejuízos a tal interesse.

Porém, antes da cooperativa existir na prática, seria necessária a existência de um ideal cooperativista, e este, que estava na memória dos primeiros colonizadores gaúchos e catarinenses, trazia o conhecimento de que o cooperativismo seria vantajoso para a agricultura, como, ao contrário, também trazia a lembrança de experiências mal sucedidas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (COOPERVALE, 1988).

Para inculcar o ideal cooperativista na consciência dos produtores, a extinta Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) promovia palestras sobre o sistema cooperativista (COOPERVALE, 1988). Enfim, para conseguir os necessários caminhão e armazém, naquele momento, os agricultores não hesitaram em fundar a Campal. Mas, além de agricultores conscientes do cooperativismo como meio de obter melhorias para sua atividade, a fundação da cooperativa dependia de registros legais e de uma estrutura física.

Assim, as conquistas não foram imediatas, pois, fundada em 1963, a Campal só iniciou armazenagem e comercialização de cereais em 1969. Antes deste ano a cooperativa trabalhava para a ampliação do quadro social e à obtenção de recursos para construir sua estrutura (COOPERVALE, 1988). Até então, conforme a mesma referência, a Campal havia apenas fornecido vacinas contra a peste suína.

A fundação da Campal era apenas o início de uma trajetória que deveria ser percorrida pelo seu grupo de associados; afinal, a Campal, por si só, não resolveria os

problemas dos agricultores. Somente depois de 1969, ano em que anunciou que construiria suas primeiras instalações, é que a cooperativa realmente se engrenaria.

Na época, em 1969, o armazém para 63 mil sacas era um “colosso”, que muitos consideraram grande demais. No mesmo ano, a cooperativa começou a receber trigo, utilizando o armazém de um moinho alugado. No ano seguinte, o armazém da cooperativa ficou pronto e já de início mostrou-se insuficiente para guardar toda a produção. Esses fatos marcaram o início efetivo das operações da Campal (COOPERVALE, mar.2004, p.07)

Após este início efetivo, a Campal apresentou, na década de 1970, um expressivo aumento no quadro de associados:

TABELA 01 – Número de Associados (1963 a 1979).

1963 a 1966	1966 a 1969	1969 a 1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
24	156	422	726	941	1409	1890	2668	3500	4113	4065	4386

Fonte: COOPERVALE (1988 p.62).

Portanto, se considera que a efetiva consolidação da cooperativa palotinese aconteceu em 1969, ano em que o movimento cooperativista paranaense também ganhou maior proporção, quando a ACARPA, o Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o apoio do Banco do Brasil, Banco Regional de Desenvolvimento (BRDE), Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e Companhia de Financiamento e Produção (CFP), iniciaram discussões para implantação de projetos que orientassem a expansão das cooperativas ao delimitar suas áreas de atuação, pois alguns municípios possuíam mais de uma cooperativa enquanto outros municípios possuíam nenhuma cooperativa (OCEPAR, 2006).

Em 1971 foi criado o Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC)³⁰ e a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), que executaria tal projeto (OCEPAR, 2006); fato que influenciou a Campal à ampliação do seu território ao incorporar Assis Chateaubriand e Terra Roxa e, por isso, alterou sua razão social para Cooperativa Agrícola Mista Vale do Rio Piquiri Ltda (Coopervale), em 1974 (COOPERVALE, 1988).

Em 1981, a Coopervale incorporou a Cooperativa Agrícola Mista de Diamantino Ltda e começou a atuar no Mato Grosso; em 1984 incorporou a Cooperativa Agrícola Mista Regional Pindorama Ltda, que atuava em Abelardo Luz e Faxinal dos Guedes,

³⁰ Além do PIC, foram criados o Projeto Norte de Cooperativismo (NORCOOP), em 1974 e o Projeto Sul de Cooperativismo (SULCOOP), em 1976.

em Santa Catarina. A expansão prosseguiu em 1996 com o início da atuação no município de Francisco Alves, e, em 1998, foram abertos entrepostos em Alto Piquiri e Brasilândia, municípios do noroeste do Paraná (COOPERVALE, 1999)

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, com a abertura de novos entrepostos e totalizando 16 unidades de recebimento, comercialização e estocagem de produção (não só no Paraná como nos Estados de Santa Catarina e Mato Grosso)³¹, a Coopervale ampliou sua capacidade de armazenagem (COOPERVALE, 1988). Conforme o QUADRO 04, se verifica a evolução da capacidade de armazenagem da Coopervale, nos setores de grãos e insumos.³²

ANO	CEREAIS	ANO	INSUMOS
1971	3.600		
1972	3.600	1972	3.600
1973	24.000	1973	12.000
1974	54.000	1974	12.000
1975	189.000	1975	18.000
1976	228.000	1976	38.400
1977	228.000	1977	38.400
1978	271.999	1978	38.400
1979	271.999	1979	45.900
1980	279.199	1980	57.900
1981	293.199	1981	57.900
1982	293.199	1982	57.900
1983	309.960	1983	57.900
1984	309.960	1984	68.967
1985	337.539	1985	82.647
1986	367.800	1986	82.647
1987	430.089	1987	90.696
1988	445.611	1988	94.869

QUADRO 04 – Capacidade de Armazenagem da Coopervale (toneladas).

Fonte: COOPERVALE (1988).

A maior parte da soja poderia ser vendida para indústrias de óleo localizadas em Paranavaí e Maringá, porém, o aumento da produção deste cereal na década de 1970

³¹ A partir dos anos de 1970, agricultores da região Oeste paranaense começaram a migrar para a região Centro-Oeste do Brasil (Mato Grosso) em busca de terras mais baratas, o que pode justificar a expansão da Coopervale para o Mato Grosso (municípios de Diamantino e Nova Mutum), além disso, a aceitação da Coopervale, neste Estado, seria facilitada pelo fato de que vinha de uma região já desenvolvida; onde a cooperativa havia dado certo. Em Santa Catarina, nos municípios de Faxinal dos Guedes e Abelardo Luz, o objetivo era aproveitar o clima e o solo favoráveis da região para a produção de sementes de alta qualidade (COOPERVALE, 1988).

³² Os dados do quadro se referem à capacidade de todas as unidades (sede e entrepostos) da cooperativa. Em 2006, a capacidade de armazenagem (grãos e insumos) somente da sede da C.Vale, em Palotina, é de 135.500 toneladas.

proporcionou o início das exportações, quando, então, os diretores das principais cooperativas do Oeste do Paraná formaram o denominado Consórcio Itaipu de Cooperativismo e passaram a comercializar a soja através do Porto de Paranaguá, utilizando um terminal alugado – em 1973 saíram as primeiras frotas de caminhões carregados de soja com destino a Paranaguá (COOPERVALE, 1999). Em 1975, com a criação da Cooperativa Central Cotriguaçu, ocorreu a construção de um terminal próprio, no Porto de Paranaguá, conforme a mesma referência.

Na década de 1980 a Coopervale apresentava uma estrutura que a posicionava como a maior organização cooperativista do Oeste do Paraná – na safra 1987/1988, a Coopervale recebeu e comercializou 12,7 milhões de sacas de grãos, contra 10,1 milhões da extinta Coopagro (Toledo), 4,9 milhões da Coopagril (Marechal Cândido Rondon), 4,5 milhões da Cotrefal (atual Lar, de Medianeira), 4,2 milhões da Coopacol (Cafelândia) e 3,6 milhões da Coopavel (Cascavel) (COOPERVALE, 1988).

Nesta época, além de receber soja e trigo, já atuava na aviação agrícola, assistência técnica, produção de sementes, supermercados, lojas de peças e acessórios, fábrica de ração, usinas de descaroçamento de algodão, defensivos animais, fornecimento de outros insumos, moinho colonial de trigo, fábrica de farinha de mandioca, transportadora, construtora, reflorestamento para auto-suficiência na produção de lenha e ainda estrutura para comitês educativos, grupo de jovens etc (COOPERVALE, 1988).

Este período de crescimento da Coopervale (em estrutura e em número de associados), é reflexo da década anterior, 1970, momento de maior quantidade de financiamentos disponibilizados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR):

A modernização da agricultura brasileira teve o seu período de maior crescimento e intensificação com a estruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965. Na década seguinte, os financiamentos fluíram com uma enorme facilidade, permitindo que os produtores e agroindústrias pudessem se capitalizar e se integrar. No entanto, já a partir dos anos 70 esse sistema apresentava sérios problemas de operacionalização. [...]

Na década de 80, o crédito oficial geral consubstanciado no SNCR reduziu-se a um patamar cinco vezes inferior ao que havia se consolidado no período anterior (BELIK; PAULILO, 2001, p.95-96)

Até a década de 1980 a Coopervale havia aproveitado a fase de incentivos (crédito fácil e barato) para a ampliação de sua área de ação e de sua estrutura, porém, a partir daí, começaria uma fase de transição que reduziria a rentabilidade do setor primário e traria novas exigências em virtude de modificações na economia – conforme matéria jornalística de título: “Coopervale chega aos 30 anos apostando na industrialização” (COOPERVALE, 1999, p.09).

Entretanto, era preciso criar um projeto e um sistema administrativo eficiente, pois, até a segunda metade da década de 1990, a Coopervale tivera vários problemas de gestão: sistema paternalista (excesso de cargos de chefia e concessão de crédito pouco criteriosa); inadimplência de 48% no Paraná e 77% no Mato Grosso, falta de agilidade operacional por conta de pouca tecnologia e uma indústria com pouca adição de valor ao processo de transformação (GLOBO RURAL, 2005).

Depois de buscar alternativas e realizar várias tentativas a Coopervale adotou medidas com base na elaboração do denominado Plano de Modernização, onde a empresa definiu que o seu objetivo seria a industrialização (transformação da soja e do milho – seus principais produtos – em ração para produzir frangos, e transformação de mandioca em amido modificado) (COOPERVALE, 1999).

Em suma, o atual presidente Alfredo Lang divide a história da cooperativa em quatro fases: a 1ª corresponde à criação da cooperativa e à organização documental (1963 a 1969); a 2ª fase foi de organização da produção, ampliação da estrutura e da área de atuação, que se prolongou até a década de 1980; a 3ª fase se estendeu até 1995, foi um período de transição (adaptação às novas exigências da economia com relação aos produtores e às empresas) como reflexo da redução da rentabilidade do setor primário; a 4ª fase é marcada pelas medidas tomadas em 1995, com a elaboração do Plano de Modernização, etapa que Lang classifica de agregação de valores (COOPERVALE, 1999).

A concretização do Plano de Modernização resultou na inauguração, em outubro de 1997, do Complexo Industrial Avícola C.Vale que é composto por matrizeiro (produção de ovos), incubatório (produção de pintainhos), abatedouro de aves, fábrica de ração, aviários convencionais e aviários climatizados³³. Para ingressar nesta atividade a C.Vale investiu o equivalente a R\$ 160 milhões (em moeda atual) e contou com o agente financiador BNDES (C.VALE, 2005).

[...] a C.Vale deu a largada na avicultura apoiando-se em dois importantes pilares: o aproveitamento do milho e da soja, produzidos em larga escala na região Oeste, e alta tecnologia nos processos de produção e industrialização do frango com baixos custos de produção e qualidade diferenciada graças à criação em ambiente climatizado, entre outros fatores (C.VALE, 2005, p.06).

³³ Os aviários climatizados, segundo informação da assessoria de imprensa da C.Vale (1997, p.06) possibilitam o controle de temperatura em níveis adequados e resultam na produção do dobro de aves com um pequeno acréscimo na área do aviário em relação ao sistema tradicional. Por exemplo: em espaço de 120 por 12 metros, é possível acomodar 26 mil aves a cada ciclo (42 a 47 dias). O aviário convencional comporta, no espaço de 100 por 12 metros, apenas 12 mil aves.

Conforme dados levantados em 2002, o abatedouro da C.Vale industrializava 150 mil frangos por dia, aproximadamente 20% desta produção era exportada para 14 países (COOPERVALE, 2002). Tanto as exportações, iniciadas em 2001, como as vendas no mercado interno, impulsionaram a comercialização de carne, que cresceu progressivamente:

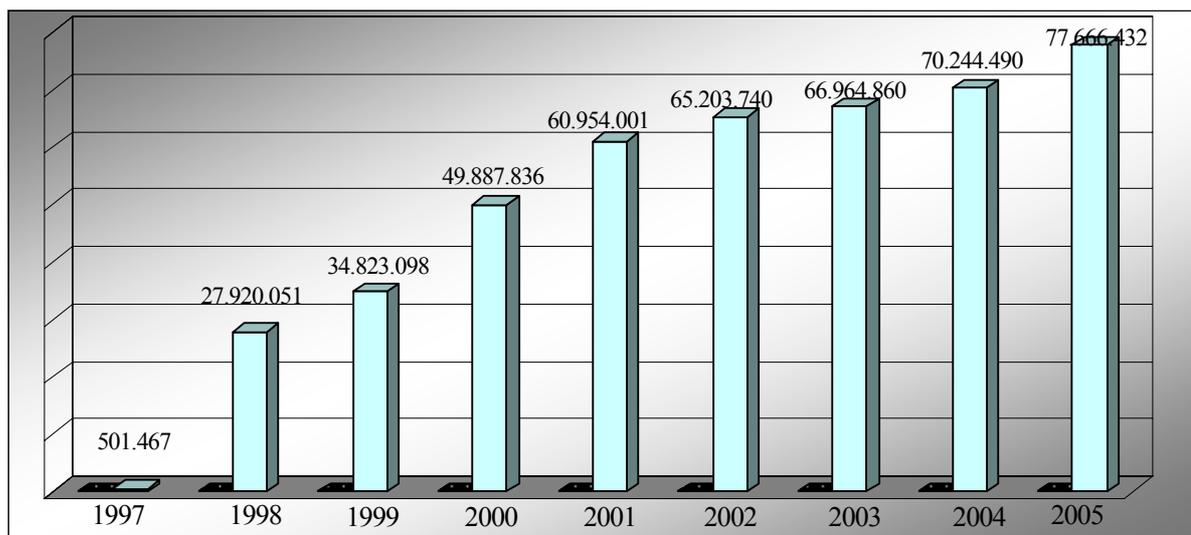


GRÁFICO 02 – Crescimento da industrialização e comercialização de carne de frango da C.Vale (em Kg) – 1997 a 2005.

Fonte: C.Vale – Relatório (2005, p.09).

De acordo com o Relatório da C.Vale, dos 70.244.490 Kg comercializados em 2004, 46,69% se destinaram ao mercado externo. Neste mesmo ano, a C.Vale anunciou investimentos na ampliação da avicultura: implantação de uma segunda linha de abate de frango capaz de aumentar a industrialização para 300 mil aves/dia; uma indústria desativadora de enzima de soja³⁴ com capacidade inicial para processar 500 toneladas de grão por dia e uma nova fábrica de rações (farelada e granulada) com capacidade para produzir 80 toneladas de ração por hora (C.VALE, out.2004).

Estes investimentos proporcionaram à C.Vale ampliar a industrialização, em 2005, para 77.666.432 quilos de frango e deste volume se destinaram ao mercado externo 54,57% (um aumento de cerca de 10% em relação ao volume de carne industrializada no ano anterior) (C.Vale, Relatório 2005).

³⁴ A desativadora de enzima de soja facilita a transformação do grão em ração – antes deste sistema o processo era realizado através da extração do óleo da semente e posterior união do óleo com o farelo – a desativadora deixa a soja pronta para ser transformada em ração, o que possibilitará a criação do chamado “frango natural”, produzido totalmente com alimentação vegetal (FOLHA DE PALOTINA, 2004)

Conforme matéria do Jornal C.Vale, além da desativadora de enzima de soja e da fábrica de ração, uma “nova indústria avícola” entrou em operação em 2005:

Com tecnologia suíça, holandesa, alemã e norte-americana, a nova unidade produzirá cortes cozidos, fritos e assados utilizando partes nobres de frango. A produção será totalmente destinada ao mercado externo. A indústria tem 11,5 mil metros quadrados de área construída e capacidade de produção de 14 mil toneladas/ano. O valor do investimento supera R\$ 60 milhões. O presidente da C.Vale, Alfredo Lang, comenta que a nova indústria permitirá à C.Vale produzir cortes de frango de maior valor agregado. Os produtos sairão prontos para o consumo. Outra vantagem da nova planta industrial será a possibilidade de a cooperativa continuar exportando na eventualidade de a gripe aviária chegar ao Brasil já que o processo de produção elimina o risco de contaminação pelo vírus causador da doença (C.VALE, 2005, p.06).

Para manter a capacidade de industrialização de 300 mil frangos/dia, foi prevista, até o final de 2006, a construção de 400 novos aviários pelos associados (C.VALE, 2005). Conforme o GRÁFICO 03, se verifica o acréscimo de aviários construídos ao longo de oito anos.

A quantidade de associados e de funcionários da C.Vale, entre os anos de 1996 a 2004, também aumentou, respectivamente, de acordo com os GRÁFICOS 04 e 05. Nota-se que a partir de 2000 o Complexo Avícola supera a capacidade de empregos em relação às demais atividades ou setores da cooperativa.

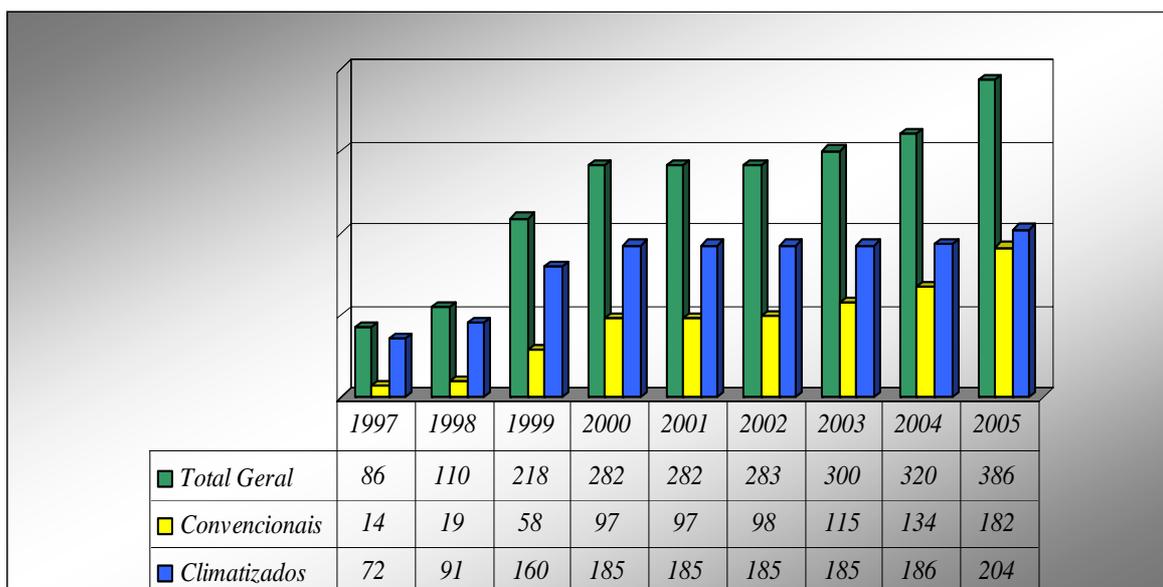


GRÁFICO 03 – Evolução do número de aviários convencionais e climatizados instalados e integrados pela C.Vale (1997 a 2005).

Fonte: C.Vale - Relatório (2005, p.06).

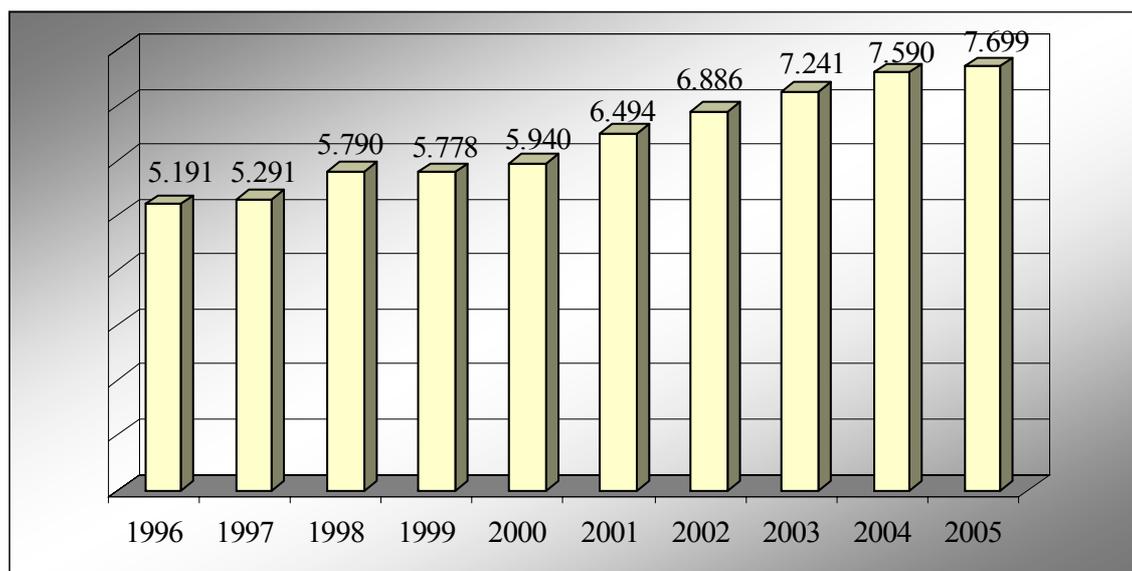


GRÁFICO 04– Evolução do número de associados da C.Vale (1996 a 2005).

Fonte: C.Vale – Relatório (2005, p.16).

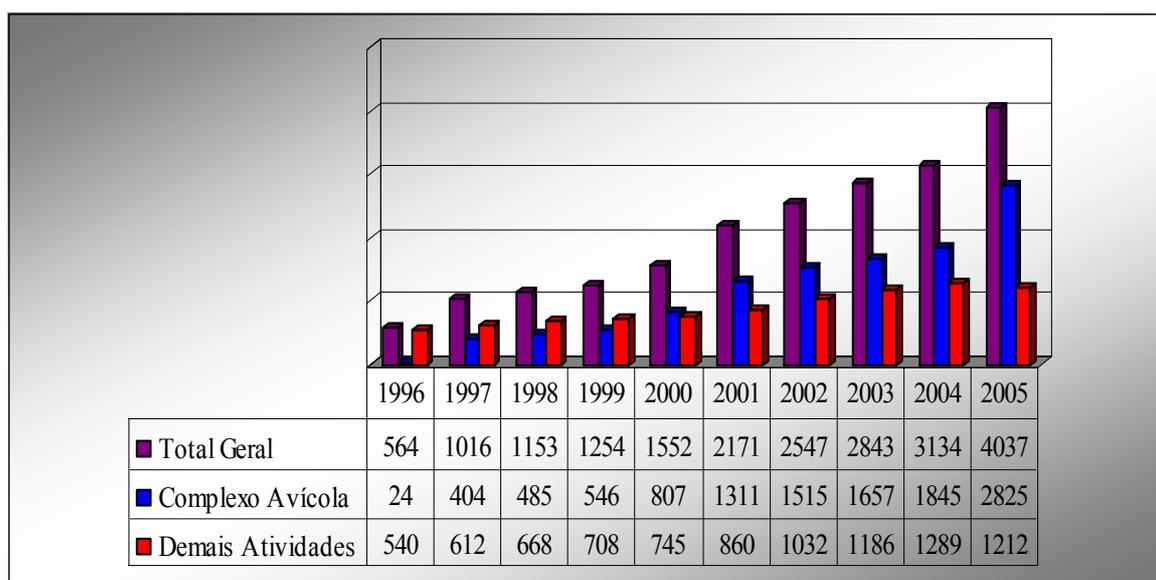


GRÁFICO 05 – Crescimento do número de funcionários do complexo avícola comparado ao número de funcionários dos demais setores da C.Vale (1996 a 2005).

Fonte: C.Vale – Relatório (2005, p.17).

Diante da caracterização da estrutura de funcionamento da cooperativa C.Vale, bem como da sua infra-estrutura em termos de agroindústrias e de setores de prestação de serviços aos associados, são sugeridas indagações sobre seus impactos, interesses e influências entre os agentes que propiciaram a evolução desta cooperativa, fatores que motivam a pesquisa.

3.1 A INFLUÊNCIA ECONÔMICA DA C.VALE.

A princípio, a C.Vale é uma marca, ou seja, *marketing* para lançar um produto (a carne de frango) ao mercado consumidor (COOPERVALE, 1997).

De início, C.Vale foi a marca criada para dar nome ao Complexo Industrial Avícola da Coopervale. O surgimento da C.Vale representou um marco entre a avicultura tradicional e a avicultura empresarial no município de Palotina³⁵, significou, sobretudo, uma maior produtividade e competitividade, inserindo a cooperativa no processo de verticalização da economia (COOPERVALE, 1997).

A industrialização de frangos, a partir de 1997, o início das exportações de carne, em 2001 e o crescimento da capacidade produtiva, ao longo dos últimos anos, proporcionaram para a C.Vale um melhor desempenho e faturamento, conforme a TABELA 02.

TABELA 02 – Faturamento Total e Faturamento Industrial da C.Vale (1996-1995).

Ano	Faturamento Total (R\$)	Ano	Faturamento Industrial (R\$)
1996	211.154.503	1996	8.251.909
1997	243.839.971	1997	11.152.931
1998	273.000.149	1998	44.654.565
1999	362.079.790	1999	59.608.774
2000	394.750.951	2000	90.270.596
2001	572.558.357	2001	122.888.023
2002	844.594.432	2002	164.023.284
2003	1.167.063.930	2003	214.836.496
2004	1.280.212.885	2004	243.275.291
2005	1.130.194.097	2005	255.954.679

Fonte: C.Vale – Relatório (2005).

O recebimento de volumes recordes de soja (12,9 milhões de sacas) e de milho 10,47 milhões de sacas e o aumento das exportações de frango foram os principais fatores que ajudaram a elevar o faturamento da C.Vale para R\$ 1,167 bilhão em 2003 contra R\$ 844 milhões no ano anterior (C.VALE, 2004).

A C.Vale apostou na avicultura de corte e teve um salto no seu faturamento justamente em 2003 e 2004 - período favorável, em nível nacional e internacional, para a produção de carne de frango.

³⁵ Antes de a Coopervale atuar na produção de aves de corte, em Palotina, os produtores de frango vendiam sua produção para a empresa Sadia, de Toledo. Alguns destes produtores foram integrados pela C.Vale e outros ainda permanecem integrados com a Sadia.

Em 2005, porém, se verifica um declínio do faturamento total³⁶ (de acordo com a Tabela 02) que tem como provável razão a conjuntura desfavorável para as exportações do Brasil. Os fatores explicativos do colapso dos negócios articulados à área rural possuem raízes estruturais, climáticas e conjunturais (nas raízes conjunturais aparecem os efeitos dos juros altos e câmbio valorizado em meio a um cenário de recuo dos preços mundiais das *commodities*³⁷ agrícolas, sobretudo soja) (LOURENÇO, 2006).

Neste caso, como a C.Vale está estruturada em torno de um “complexo soja”, o declínio do seu faturamento em 2005 pode ser uma conseqüência desta política cambial, além do fator condição atmosférica (ocorrência de estiagens que prejudicaram o resultado das safras).

Segundo Martins (2005), o dinamismo e a trajetória de crescimento da avicultura de corte no Brasil, em 2003 e 2004, decorreram do aumento das exportações (em 2004 a produção alcançou 8,5 milhões de toneladas e as exportações atingiram 2,4 milhões de toneladas) – quando o Brasil se tornou o maior exportador mundial de carne de frango.

Neste contexto, a produção avícola alavancou o faturamento da C.Vale, destacando-a, por exemplo, na classificação “Maiores e Melhores” da Revista Exame (edição de julho de 2006, com base nos balanços contábeis das empresas em 2005), que posicionou a C.Vale, entre as 500 maiores, como a 276ª maior empresa do Brasil e a 41ª maior da região Sul.

Tal desempenho da C.Vale pode se refletir, neste caso, na arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), nos municípios da área de ação do Complexo Avícola da C.Vale.

O ICMS sobre a industrialização do frango é dividido proporcionalmente à produção avícola de cada município envolvido. Em média, os municípios recebem, por ano, R\$ 8,5 mil por aviário convencional e R\$ 13 mil por aviário climatizado em retorno de ICMS (C.VALE, out.2005, p.06).

Por este critério, dados divulgados em 2001 revelam que se destinaram R\$ 639 mil a Palotina, R\$ 226 mil a Assis Chateaubriand, R\$ 214 mil a Maripá, R\$ 70 mil a Nova Santa Rosa, R\$ 40 mil a Terra Roxa, R\$ 37 mil a Francisco Alves e R\$ 64 mil a outros municípios – quantidades que representaram uma considerável fatia do ICMS gerado em cada município, de acordo com o GRÁFICO 06 (FOLHA DE PALOTINA, 2001).

³⁶ Ao verificar, na Tabela 03, apenas o faturamento industrial da C.Vale, se verifica que não houve queda.

³⁷ Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial (SANDRONI, 2000).

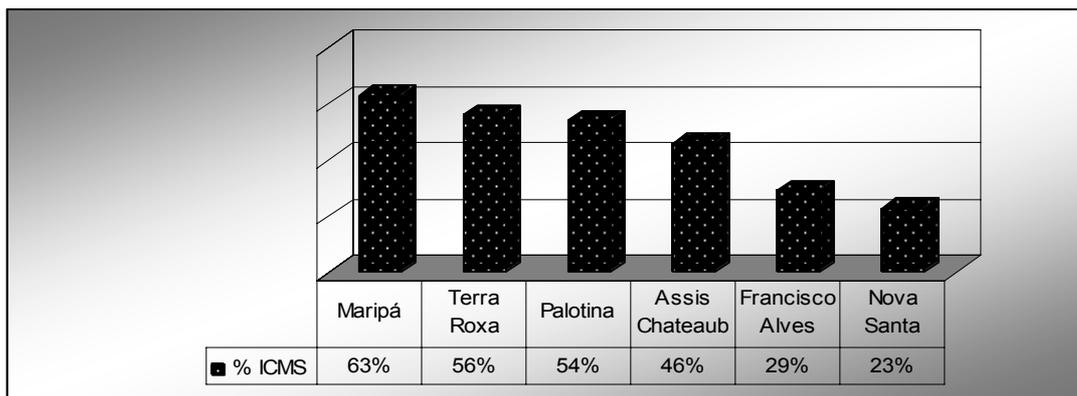


GRÁFICO 06 – ICMS gerado pela C.Vale (percentual relativo a 1999).

Fonte: FOLHA DE PALOTINA (2001 p.09).

Em 2002, o crescimento econômico da C.Vale também repercutiu em efeitos sociais, como a geração de empregos: quando, diariamente, 300 moradores de Francisco Alves se deslocavam para trabalhar no abatedouro da C.Vale que, a partir de então, se constituiu no maior empregador do município, superando o quadro de 291 funcionários da prefeitura. Segundo a então vice-prefeita e diretora do departamento de Assistência Social de Francisco Alves, Irene da Silva Varjão, o movimento de pessoas carentes em busca de auxílio caiu 20% depois que a C.Vale começou a contratar trabalhadores francisco-alvenses e, além disso, os salários pagos pela C.Vale movimentam o comércio local (JORNAL EMPREENDER, 2002).³⁸

Oliveira (2001) explica que o desenvolvimento do capitalismo elimina a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano (quer no processo produtivo, quer no processo de luta), mas, ao mesmo tempo conserva diferenças que seriam uma unidade contraditória entre a cidade e o campo:

[...] podemos verificar que a industrialização dos produtos agrícolas pode ser feita no campo com os trabalhadores das cidades. Aí reside um ponto importante nas contradições do desenvolvimento do capitalismo, tudo indicando que ele mesmo está soldando a união contraditória daquilo que ele separou: a agricultura e a indústria; e a cidade e o campo (OLIVEIRA, 2001, p.26-7).

Conforme o exemplo do município de Francisco Alves, a influência econômica da C.Vale implica, sobretudo, a dependência deste município em relação ao poder

³⁸ Francisco Alves, a exemplo de outros municípios da Mesorregião Noroeste do Paraná, após o declínio do complexo cafeeiro sofreu estagnação econômica e diminuição populacional. A divisa territorial entre Palotina e Francisco Alves é o Rio Piquiri que também serve de limite entre as Mesorregiões Oeste e Noroeste do Paraná.

do capital industrial que monopoliza o território. “Trata-se, pois, do processo de monopolização do território pelo capital monopolista” (OLIVEIRA, 1994, p.48).

Portanto, a agroindustrialização no município de Palotina, representada, nessa pesquisa, pela implantação e consolidação do Complexo Industrial Avícola da C.Vale, fornece indícios à análise de suas transformações no campo e na cidade.³⁹

De acordo com notícia da “Folha de Palotina”, do dia 05 de março de 2004 (ANEXO C), que divulgou informações da Secretaria Municipal de Obras, a implantação do complexo avícola aliada à obtenção de bons resultados nas safras anteriores, principalmente de soja, influenciou a expansão imobiliária e o fomento da construção civil no município.

A emergência da agricultura moderna e das agroindústrias também complica a questão das relações cidade-campo. Primeiro a cidade deixa de ser a cidade dos notáveis e passa a ser a cidade econômica; não é mais a cidade que cria a região ou a zona, mas a zona que cria a cidade, esta se organizando à feição da produção respectiva. Por outro lado o sistema urbano é modificado pela presença de indústrias agrícolas não urbanas, freqüentemente firmas hegemônicas, dotadas não só de capacidade de adaptação à conjuntura extremamente grande como da força de transformação da estrutura, porque tem o poder da mudança tecnológica, da transformação institucional (SANTOS, 1989, p.15).

Se na cidade dos notáveis as personalidades marcantes eram o padre, a professora primária, o juiz ou o prefeito, agora, na cidade econômica, são os veterinários, os zootecnistas, os engenheiros de alimentos, os comerciantes especializados, os diretores das indústrias etc (SANTOS, 1997).

Todas as cidades estão, de uma forma ou de outra, relacionadas com a atividade agrícola, entretanto, o interesse do sistema urbano pela atividade rural está de acordo com diferentes níveis de inter-relação e de controle.

Neste sentido, na medida em que as atividades rurais demandam máquinas, implementos, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada, ocorre uma adaptação da cidade às exigências do campo (SANTOS, 1993).

A emergência da agricultura “moderna” e a implantação de agroindústrias são capazes de delinear o perfil econômico de uma cidade ao influenciar as oportunidades de trabalho ou de prestação de serviços.

³⁹ Não é objetivo desta pesquisa ressaltar com maior ênfase a produção do espaço urbano de Palotina, mas utilizá-la como exemplo ao demonstrar a influência econômica da C.Vale.

3.2 A C.VALE E AS RELAÇÕES COM O MERCADO

O fenômeno denominado globalização rebate no espaço quando se intensificam as relações entre o global e o local como suportes e agentes de uma massificação da sociedade e do seu modo de produção, como, ao contrário, de um concomitante abrigo de especificidades.

Neste contexto, o local pode servir de espelho ou ser o reflexo para outros lugares conforme a sua capacidade de inserção ao meio técnico-científico-informacional⁴⁰. Ao considerar que o espaço geográfico se faz cada vez mais com conteúdo de ciência, de tecnologia e de informação, o próprio espaço geográfico pode ser chamado de meio técnico-científico-informacional (ELIAS, 1996).

No foco dessa pesquisa, o lugar da C.Vale é o município de Palotina que, por meio da expansão do meio técnico-científico-informacional, pôde e pode apresentar novas possibilidades às transformações na atividade agroindustrial e no processo de urbanização, por exemplo, a partir da influência socioeconômica e espacial da estruturação / reestruturação de uma cooperativa agroindustrial.

A produção agrícola, seguindo o processo de urbanização e industrialização, insere-se cada vez mais na lógica industrial de produção. Para manter os níveis de rendimento desejados, essa atividade precisa elevar constantemente a sua produtividade e, para tanto, adotar novas tecnologias de produção e organização (RAMOS, 2001, p.376)

Conforme Espíndola (2004), a partir de 1960, uma das principais estratégias dos países desenvolvidos e em desenvolvimento para o setor agrícola é o progresso tecnológico que visa o atendimento da crescente demanda por alimentos e matérias-primas através da geração e difusão de tecnologias capazes de proporcionar à agricultura o aumento da produtividade e a redução dos custos.

Por trás de uma paisagem rural há novas dinâmicas espaciais, há uma outra organização produtiva que na maioria das vezes não são perceptíveis num primeiro momento. Cresce a artificialidade das áreas em razão de um novo conteúdo técnico, que possibilita novos usos do território (RAMOS, 2001, p.376).

Ao adicionar ao território maior conteúdo de ciência, de tecnologia e de informação, não se pode mais falar da clássica noção de rede, “[...] o espaço torna-se fluído,

⁴⁰ “O meio técnico-científico-informacional vem sendo tratado por Milton Santos desde o início da década de 1980, quando apresentou uma comunicação ao Encontro Nacional de Geógrafos, em Porto Alegre” (ELIAS, 1996, p.127).

permitindo que os fatores da produção, o trabalho, os produtos, as mercadorias, o capital, passem a ter uma grande mobilidade” (SANTOS, 1993, p.39).

No quadro de uma economia global, o capital financeiro tira proveito da flexibilidade e da rapidez de comunicação entre determinadas localidades com os principais centros econômicos do país e do mundo, tornando desnecessária a mediação anteriormente realizada pelos degraus da hierarquia urbana (DIAS, 1995).

Isto significa que as cidades não precisam, necessariamente, se relacionar segundo uma hierarquia de tamanho e de funções. No quadro de uma economia global não importa o tamanho da cidade, pois, cada cidade pode ser um “nó” da rede urbana, o que depende da rapidez de comunicação entre determinadas localidades com os principais centros econômicos do país e do mundo; conforme sua capacidade de incorporar ciência, técnica e informação ao território.

[...] em cada período histórico, a economia mundial consistiu em uma combinação distinta de áreas geográficas, indústrias e arranjos institucionais. Uma das mudanças importantes ocorridas ao longo dos últimos vinte anos foi o aumento da mobilidade do capital, em nível nacional e, sobretudo, transnacional. A mobilidade transnacional do capital dá origem à formas específicas de articulação entre diferentes áreas geográficas e a transformação no papel desempenhado por tais áreas na economia mundial (SASSEM, 1998, p.15).

Neste sentido, de acordo com informação do Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Paraná (Sindiavipar), o setor avícola abateu, em outubro de 2003, 76,5 milhões de aves, colocando o Paraná como o maior produtor nacional de frangos e na opinião do então presidente do Sindiavipar, Domingos Martins, esta estatística demonstra que o setor está colhendo os frutos dos investimentos em modernização e ampliação das plantas industriais, o que objetiva um padrão internacional de qualidade (GAZETA DO PARANÁ, 20/11/2003).

Verifica-se, portanto, que para se inserir na economia mundial, há uma crescente exigência dos profissionais da área de avicultura, por exemplo, de estar em constante capacitação, ao encontro de novas informações e tecnologias.

Não fugindo à regra, conforme o estudo de caso em questão, os avicultores integrados à C.Vale aderiram, por exemplo, ao sistema de aviário climatizado (uma tecnologia importada dos Estados Unidos e Canadá) como medida para atingir os desejados índices técnicos de produtividade. Após a implantação dos aviários e ao longo dos ciclos produtivos, há um constante aperfeiçoamento do controle de produção e instalação de novos

equipamentos. Os avicultores investem porque precisam sanar os problemas que surgem e porque esperam, com isto, ter o retorno financeiro no futuro.

A valorização da carne de frango em 2004 decorreu dos surtos da doença “influenza” aviária ocorridos desde o final de 2003 que prejudicaram a produção em muitos países e causaram a morte ou o sacrifício de mais de 120 milhões de aves na Ásia. Essa virose das aves constitui, no momento, o maior problema sanitário em nível internacional e já está sendo considerada endêmica no sudeste asiático (MARTINS, 2005, p.57).

No período de 1997 / 2005, a produção paranaense de frango registrou aumento da ordem de 130,60% e até 2005 as exportações de frango do Paraná eram impulsionadas pela conquista de novos mercados, principalmente por conta das restrições à carne produzida em centros fornecedores atingidos pela epidemia *Influenza Aviária* (as exportações estaduais de frango para a União Européia cresceram de US\$ 99,08 milhões, em 2004, para US\$ 171,85 milhões em 2005) (MARTINS; WEBER; PASTRO, 2006).

Todavia, no primeiro semestre de 2006, a *Influenza Aviária* não chegou ao Brasil, mas a crise sim, o que fez as indústrias avícolas promoverem ajustes, como a redução da produção em 20%, eliminação de horas-extras dos funcionários etc (LONDRES, 2006).

Apenas no mês de janeiro de 2006, a indústria avícola do Paraná, responsável por cerca de 22% da produção nacional de frangos, demitiu 200 funcionários e se fez uma previsão para demitir até 10 mil trabalhadores se a crise se aprofundasse, de acordo com dados apresentados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese-PR), durante seminário realizado em Curitiba para avaliar os impactos da “gripe do frango” na economia paranaense (SAIKI, 2006).

[...] no ano de 2006, as vendas paranaenses e brasileiras do produto vêm refletindo mais fortemente a retração da demanda internacional derivada das precauções dos consumidores diante do avanço da gripe aviária. Com o efeito, os produtores nacionais decidiram desovar o excedente no mercado interno e, por instrução da Associação Brasileira de Exportadores de Frango (Abef), diminuir a produção em aproximadamente 25% (MARTINS; WEBER; PASTRO, 2006, p.25).

Conforme o Dieese, há um risco de maiores perdas para dez municípios paranaenses: Toledo, Cafelândia, Rolândia, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Matelândia, Cascavel, Lapa, Londrina e Palotina – municípios onde a indústria avícola emprega mais de mil pessoas e onde tal setor representa 40% a 60% do Produto Interno Bruto (PIB) municipal (SAIKI, 2006).

Diante desta mudança de perspectiva no mercado de aves (valorização em 2004 e crise em 2006), a quem interessa a “gripe do frango?” Aos produtores; aos exportadores; aos consumidores? Em momento de valorização, produzir frango se tornou um bom negócio e daí ocorreu aumento da sua produção, porém, como se trata de um produto vulnerável às oscilações do mercado externo está diante de prováveis e súbitas mudanças de perspectiva.

Segundo Oliveira (2001), uma expansão violenta das culturas de produtos de exportação, no Brasil, está atrelada à mundialização da economia e ao mecanismo da dívida externa, quer dizer, o país contrai uma dívida para aumentar a produção, mas para pagar a dívida precisa exportar e se sujeitar aos preços internacionais que, mais baixos nas últimas décadas, são compensados por um aumento de produção para continuar pagando a dívida.⁴¹

[...] o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura de nossos dias está marcado pela sua industrialização. Uma industrialização que deve ser entendida internacionalmente, pois não há mais, ou nunca houve, uma rígida separação entre as indústrias nacionais e estrangeiras [...] (OLIVEIRA, 2001, p.23-4).

Deste processo, o resultante padrão de desenvolvimento agrícola pode suscitar diversas análises, no entanto, conforme Silva:

Muito se tem falado e escrito sobre o ‘notável’ desempenho, do ponto de vista produtivo, da nossa agropecuária, [...] pouco se fala do resultado do ponto de vista social desse modelo excludente que aumentou ainda mais a concentração da renda e a proporção de pobres no campo (SILVA, 1998, p.171).

É certo que as possibilidades do meio técnico-científico-informacional proporcionam inovações técnicas e organizacionais: encurtamento de ciclos vegetais e animais, modificação de solos, desenvolvimento de variedades de sementes, maior rapidez na circulação de produtos e informações etc, que, embora pontualmente, reinventam a natureza para um novo uso agrícola do território (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Neste intuito, o conhecimento sobre o impacto da aceitação destas possibilidades para um novo uso agrícola

⁴¹ A expansão destes produtos de exportação até provoca uma alteração dos hábitos alimentares da população, por exemplo, o óleo de soja como um produto básico no preparo dos alimentos; o suco de laranja industrializado em substituição ao consumo da fruta *in natura*, como também o aumento do consumo de carne de frango (costumes alterados, aparentemente, pela busca de saúde e de qualidade de vida, mas principalmente determinados pelo preço) (OLIVEIRA, 1981).

do território, do ponto de vista do produtor integrado, será tratado em item posterior dessa dissertação.

Segundo Silva (1998, p.05) “[...] o novo centro dinâmico da economia – a indústria e a vida urbana – impõe suas demandas ao setor agrícola e passa a condicionar suas transformações que vão conduzindo ao domínio dos complexos agroindustriais”.

A resistência ou a homogeneização às formas de articulação agricultura-indústria depende da ideologia que rege as relações sociais de produção e condiciona o caráter da industrialização da agricultura. No caso dessa pesquisa, a condição desta articulação é intermediada pela empresa cooperativista que utiliza o mecanismo contratual denominado “produção integrada”.

Esta intermediação da empresa cooperativista é problematizada no sentido de um complicador para a relação entre associado / integrado / cooperativa na medida em que se pretenderia vislumbrar um caráter que a distinguiria da pura relação entre integrado / empresa integradora.

4. ASSOCIADOS E INTEGRADOS: A FACE HÍBRIDA DO COOPERATIVISMO EMPRESARIAL NO CAMPO.

De um modo geral, nos itens anteriores dessa dissertação se pretendeu entender a existência e a evolução do sistema cooperativista e particularmente o caso da C.Vale Cooperativa Agroindustrial, a pertinência do seu estudo diante de fundamentação teórica sobre a teoria e a prática do cooperativismo e das cooperativas agroindustriais à luz do território.

Nas últimas décadas, a implantação de modernas agroindústrias alavancou cooperativas, como a C.Vale, em termos de faturamento empresarial e de influência econômica no território. Diante dessas considerações, se pretendeu verificar as conseqüências da reestruturação dessas cooperativas e da produção integrada de frango do ponto de vista do produtor associado / integrado em relação à sua participação cooperativista, entre outros aspectos.

Nesta perspectiva, a palavra cooperativa, em si mesma, soa incompatível ao modelo vigente de cooperativismo. Porém, se a cooperativa exerce o papel de empresa (o que é muito visível) seria conveniente ainda insistir na idéia de incompatibilidade ou contradição? Afinal, este sistema é compatível às vigorosas estratégias empresariais do modelo econômico que rege as relações sociais de produção e que, por sua vez, gera contradições. Tais contradições existem num sistema que é maior do que a própria cooperativa.

O caráter híbrido e contraditório a que se refere essa pesquisa, tratado nesse item, está no sentido de a C.Vale manter uma relação paralela entre produtores “livres” e “integrados”. Os “livres” são os produtores associados à cooperativa que mantêm uma relação de compra de insumos, venda da sua produção e qualquer participação típica de uma relação associado / cooperativa. Os “integrados” são produtores também associados à cooperativa, porém, são os produtores compromissados por meio de contrato (contrato de integração / parceria) para a produção dos frangos da C.Vale.

Em texto anterior, se procurou evidenciar, na evolução da C.Vale Cooperativa Agroindustrial, a relevância que representou a sua entrada na cadeia produtiva de frangos, por exemplo, em relação ao faturamento industrial.

Onde a diferença entre os tempos de produção e de trabalho é grande, a taxa de lucro da atividade tende a ser mais baixa. [...]. Retomando o exemplo da produção de frangos para corte, pode-se admitir que o progresso tecnológico gerador da redução da diferença entre tempos de produção e de trabalho eliminou este obstáculo que impedia a presença da grande empresa no setor, tornando a

rentabilidade da atividade competitiva em termos industriais (AIDAR; PEROSA JR, 1981, p.27).

De 1930 a 1996, a capacidade de crescimento dos frangos (conversão ração / carne) aumentou 65% gastando cerca de 54% de ração a menos e o tempo de engorda que era de 105 dias, em 1930, reduziu para 45 dias, em 1996 (ALVES FILHO; ARAÚJO, 1999).

Nas últimas três décadas, o desenvolvimento da produção e da industrialização de aves (ganhos expressivos de produtividade, redução de custos, qualidade e padronização) foram favorecidos e estão intimamente ligados, segundo Nogueira (2003) à disseminação dos contratos de parceria / integração.

Com essa estrutura de governança [que tem como principal componente o contrato de parceria entre processadores e produtores rurais] o processador busca padronização na qualidade, regularidade na quantidade e pontualidade nos prazos para aquisição dos animais com peso de abate. Além disso, ela facilita a implementação de inovações tecnológicas nas diversas etapas da cadeia produtiva, o que explica os consistentes ganhos de produtividade e de conversão alimentar verificados nas últimas décadas (NOGUEIRA, 2003, p.47-48)

Na medida em que se tornou uma atividade competitiva, a opção pela agroindústria avícola significou oportunidade à diversificação de culturas e à especialização produtiva para os associados; à adição de valor e à segmentação de mercado para a cooperativa. Mesmo que as estratégias empresariais da C.Vale estejam além da produção integrada, este tipo de contrato “[...] tem se mostrado extremamente adaptado às estratégias das empresas líderes da indústria e das cooperativas de grande porte para os mercados interno e externo” (NOGUEIRA, 2003, p.48). Portanto, é na produção integrada que se pretende concentrar a ênfase dessa pesquisa, pois, entre outros motivos:

Muitas dúvidas e controvérsias se fazem presentes quando se procura entender a(s) causa(s) da inserção do colono no sistema de produção integrada. Muitos autores abordaram e ainda trabalham a questão sem, no entanto, terem formulado até agora uma vertente monolítica explicativa da totalidade do processo; assim, regiões e situações guardam especificidades (TEDESCO, 2001, p.124).

A especificidade deste caso é a face híbrida do cooperativismo empresarial no campo: o produtor integrado é ao mesmo tempo associado da empresa integradora. Os produtores integrados formam a classe contraditória do grupo de associados, ou seja, o associado não seria passivo de um contrato porque se entende que este tipo de contrato é diferente da relação de fidelidade entre a cooperativa e os demais associados, pois fere o princípio de liberdade do cooperativismo.

A contratualização de produtores pela C.Vale Cooperativa Agroindustrial é mais um exemplo de uma tendência das agroindústrias no País. Segundo Espíndola (1999) o sistema de produção integrado desempenhado em Santa Catarina pelo Grupo Sadia (na primeira metade da década de 1950 com suínos e no início da década de 1960 com aves) se difundiu em outras áreas do território nacional.⁴²

Por parte das empresas se diz que o sistema de integração apresenta um alto custo de manutenção porque é necessário um elevado capital de giro para o financiamento do sistema e para a compra da matéria-prima, entretanto, a integração se mostra eficiente e fundamental em relação ao fornecimento regular e padronizado e em relação aos preços relativamente baixos de matéria-prima, principalmente se existir uma estrutura regional oligopsônica em favor da agroindústria (ESPÍNDOLA, 1999).

Para o produtor, a engorda de frangos com contrato de parceria é uma alternativa viável por reduzir riscos de demanda e de oscilações no fluxo de caixa. O contrato elimina os custos envolvidos em transações de mercado, como o acompanhamento e a negociação de preço, a busca de compradores e as operações de logística, aspectos razoavelmente definidos no contrato. Ao se concentrar na atividade pecuária, o produtor se especializa e pode buscar ganhos de produtividade e qualidade para o produto final (conversão alimentar, tempo de engorda e sanidade) (NOGUEIRA, 2003, p.48).

A integração envolve o fornecimento de assistência técnica, de insumos e a garantia de compra dos frangos pela empresa; evidentemente, o produtor é obrigado a cumprir as orientações técnicas, receber rações, pintainhos, medicamentos etc, da empresa integradora (ESPÍNDOLA, 1999).

Neste sentido, Oliveira (1981), ao se dedicar ao estudo das relações entre agricultura e indústria, parte de um pressuposto teórico sobre as formas de apropriação da renda da terra pelo capital.

Para Sorj, Pompermayer e Coradini (1982), além da subordinação da renda da terra ao capital, a questão básica para o produtor integrado seria a possibilidade e a ameaça de sua exclusão definitiva das mínimas condições de produção. A integração seria uma opção para a não exclusão definitiva, mas, ao mesmo tempo, também representa uma forma de exclusão:

[...] a avicultura integrada exige, além da existência de uma massa de produtores rurais em condições sociais inferiores, um contingente de produtores rurais aos

⁴² “A agricultura contratual no Brasil, iniciou-se de forma mais organizada e controlada por três empresas multinacionais: Nestlé (bovino e leite), Souza Cruz (fumo) e Brahma (cerveja)” (CEAE/SC apud ESPÍNDOLA, 1999, p.102).

quais o conjunto das condições sociais não oferece alternativas melhores que a produção integrada (SORJ et al, 1982, p.67).⁴³

A produção integrada, em conjunto com a manutenção da associação cooperativista, induz ao raciocínio de vantagem social, pois, segundo Silva (1999, p.151), “[...] quando há subordinação às grandes cooperativas, as relações são aparentemente mais ‘democráticas’ na medida em que teoricamente o pequeno produtor é também um sócio da cooperativa [...]”.

O benefício se confunde com a dependência, do produtor integrado, ao mercado monopsônico (muitos vendedores e um só comprador) de matéria-prima agrícola. “[...] a construção do monopólio agroindustrial assegura ao capital um extraordinário poder político e econômico[...]” (THOMAZ JR, 2002, p.200) da qual o integrado é o agente, enquanto associado da cooperativa. Assim, a cooperativa territorializa e justifica a importância econômica de sua gestão.

As crises periódicas que afetam a produção agrícola, principalmente de cereais, legitimam e reforçam o argumento da necessidade da integração. A empresa [empresa integradora] sabe da situação econômica por que passa a unidade familiar, tem clareza do seu papel. Nesse sentido, norteia situações, formula condições (que serão expressas monetariamente) que possibilitam o mínimo necessário para a manutenção da relação e sobrevivência do integrado (TEDESCO, 2001, p.120).

São condições econômicas adversas à autonomia dos agricultores que os induzem para uma situação de dependência (firmada no contrato de parceria / integração) e de endividamento e hipoteca da terra, exigidos para o financiamento de recursos à construção de aviários.

O contrato de parceria firmado entre a C.Vale e os avicultores (ANEXO D) tem força executiva para todos os fins legais. Possui quatorze cláusulas, onde, o não cumprimento é motivo de rescisão por justa causa, sem direito à indenização ou qualquer ressarcimentos, quer monetário ou moral, para ambas as partes.

Tal contrato estabelece uma série de exigências para que o avicultor transforme os pintainhos em frangos, sendo que, não o fazendo por ato de sua responsabilidade, responderá civil e criminalmente, nos termos da lei. É nesta condição “privilegiada” de contratualizado que o avicultor assume uma série de compromissos:

⁴³ Produzir frangos aparece como alternativa para o produtor que não têm condições para ampliar sua área de lavoura e investir em maquinários etc. O produtor acostumado com a soja, por exemplo, se refere ao frango como cultura que dá muito serviço, que é complicada e não compensa.

despesas com a manutenção do aviário, gás, energia elétrica, água, funcionários, encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários. Como contrapartida, recebe da C.Vale a prestação de assistência técnica para que o avicultor obtenha os melhores resultados possíveis, pois, a rentabilidade financeira dependerá do Índice de Eficiência Produtiva (IEP) calculado de acordo com a taxa de mortalidade, o ganho de peso diário e a conversão alimentar (ração / carne) do início ao final do ciclo produtivo dos frangos.

Para controlar o nível de produtividade existe o Departamento de Produção Avícola (DEPAV) que classifica a produção de cada aviário de acordo com uma tabela de pontos e preços equivalentes ao IEP obtido pelo produtor integrado. Como um incentivo à eficiência, a direção da C.Vale, em 2002, realizou uma distribuição de prêmios (televisores, furadeiras, máquinas de cortar grama etc) para os avicultores com os melhores desempenhos comprovados pelos índices técnicos de produção. O DEPAV explica que considerou alguns critérios: dedicação do produtor e da família, atitude positiva em relação à atividade, receptividade às orientações técnicas e capricho com as instalações e arredores (COOPERVALE, 2002), fato que demonstra o poder persuasivo da “família cooperativista”.

Na medida em que a intermediária ou a representante do produtor e da indústria é uma empresa cooperativista, teoricamente, a gestão seria democrática e a assembléia dos associados teria o poder último de decisão. Para os associados da cooperativa, então, o contrato de produção integrada não seria uma imposição, mas o resultado de um consenso.

Nesse estudo de caso, o nível de participação dos associados (integrados à produção de frangos) nas Assembléias Gerais e a respeito da conscientização sobre os deveres e direitos estabelecidos no contrato, ficou evidente nas respostas dos entrevistados.

As respostas dos vinte e três proprietários de aviário(s) demonstrou que existe uma participação satisfatória nas Assembléias Gerais, pois, dentre eles, vinte (20) disseram que sim, sempre participam; dois (02) responderam que às vezes participam e apenas um (01) proprietário respondeu que não participa (GRÁFICO 07). Este resultado deve-se ao fato de a C.Vale, neste caso, realizar ampla divulgação do local, da data e do horário da Assembléia Geral (nas emissoras de rádio e nos jornais locais). Além disto, a motivação por parte da cooperativa também contribui, pois, é comum nas Assembléias, a realização de sorteio de prêmios, distribuição de brindes, coquetéis etc.



GRÁFICO 07 – Participação dos associados nas Assembléias Gerais

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Quando questionados se leram o contrato de integração, o resultado foi o seguinte: vinte e um (21) responderam sim (leram o contrato), um (01) proprietário leu partes do contrato e somente um (01) disse que não leu (GRÁFICO 08).

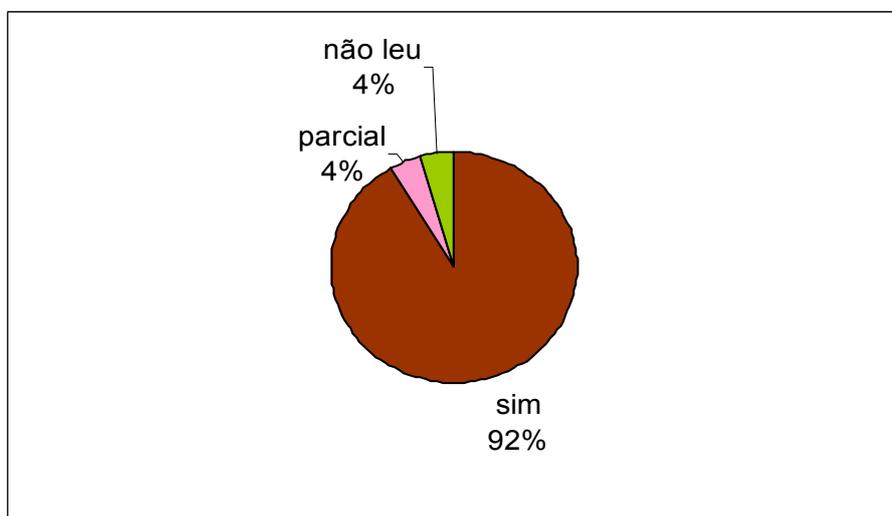


GRÁFICO 08 - Leitura do contrato por parte dos produtores integrados

Fonte: Pesquisa de campo (2006)

No momento desta pergunta, além de solicitar se leu ou não leu, se pediu um comentário sobre o contrato e apareceram os seguintes: nada chamou atenção; o contrato é igual para todos; é apenas uma formalidade; é uma garantia de estabilidade; é uma forma de pressionar em termos de multa; o contrato é complicado; muitas exigências não são

cumpridas; os produtores têm mais deveres do que direitos e as decisões interessam mais à empresa; estabelece uma dependência recíproca entre produtor e cooperativa; conforme o contrato se sentem (os produtores) como “empregados” da cooperativa; impõe muitas obrigações para o integrado; não tem como discordar, entre outras respostas de mesmo sentido.

“O fato de ser uma relação baseada em dívidas, investimentos e seleções não significa que o integrado aceite passivamente a situação, ele se contrapõe, mesmo no seu pequeno universo organizativo” (TEDESCO, 2001, p.143).

É importante notar que nesta pesquisa o alvo das entrevistas foram os proprietários de aviário. Ocorre que nem sempre o proprietário é aquele que trabalha diretamente na produção de frangos, pois, conforme o GRÁFICO 09, uma parte dos entrevistados mora na cidade e emprega mão-de-obra assalariada em seu estabelecimento rural.

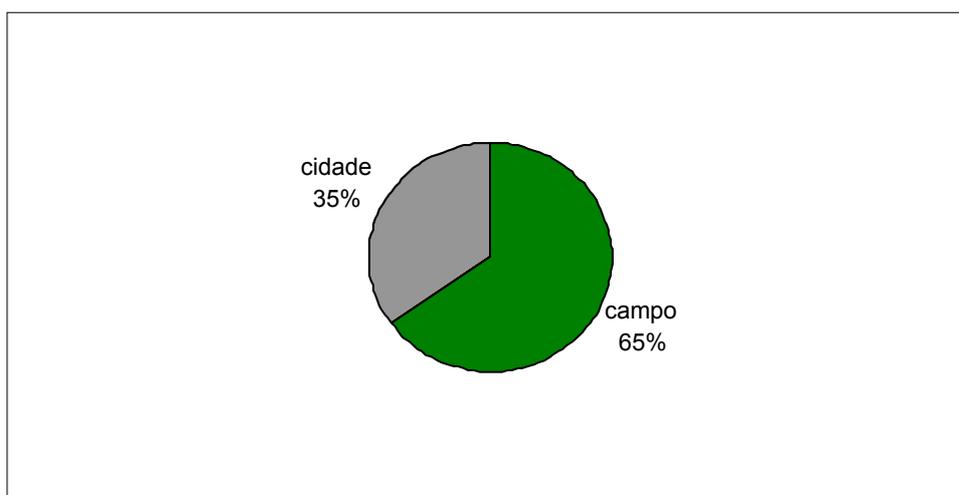


GRÁFICO 09 – Local de residência dos proprietários de aviário.

Fonte: Pesquisa de campo (2006)

O local de residência dos proprietários de aviário identificou duas classes de produtores integrados: aqueles que moram na cidade e possuem empregados assalariados e aqueles que moram no campo e empregam a mão-de-obra familiar. Superficialmente, esta diferença consiste apenas no local de residência, porém, se reverte em diferentes relações de trabalho e especialmente no significado da propriedade da terra: local de moradia; fonte de renda; manutenção da condição de trabalho etc. São características que se refletem nas respostas dos proprietários de aviário conforme os seus cotidianos e experiências de vida.

Estes integrados formam uma camada de produtores rurais que resultaram da intervenção dos complexos agroindustriais à dinâmica do trabalho e da produção no campo.

4.1 A POSIÇÃO DO PRODUTOR INTEGRADO À AGROINDÚSTRIA.

Nesta pesquisa, as saídas de campo proporcionaram observar uma diversidade de características porque em cada propriedade, apesar de suas semelhanças, há um conjunto de peculiaridades conforme a história dos produtores e de suas famílias.

A sistematização das informações obtidas nas entrevistas⁴⁴ identificou coincidências e diferenças entrelaçadas na realidade dos produtores, quando, exatamente o óbvio representou um importante ponto comum entre estes produtores integrados: a condição de proprietários de terra e de associados à cooperativa.

O caráter e o compromisso de produtor integrado (igual para todos) garante o objetivo da agroindústria: a produção de frangos. Porém, a maneira como é organizado o trabalho em cada estabelecimento depende do contexto do produtor, onde se apresentam situações distintas que condicionam a viabilidade da produção integrada.

Um exemplo é a diferença que há entre ser o proprietário do aviário e ser o avicultor (pessoa que cuida da criação dos frangos), o que não impede que os dois atributos residam na mesma pessoa, como é o caso dos proprietários rurais que utilizam a mão-de-obra da própria família. É diferente dos casos em que o proprietário de aviário emprega e remunera outros trabalhadores em seu estabelecimento.

De acordo com a discussão de Karl Marx (1984), são os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terra que constituem as três grandes classes da sociedade que se baseia no modo de produção capitalista. Daí, a importância de entender a expansão da exploração capitalista do trabalho no campo, pois, a separação entre capitalistas e proprietários de terra não impede que as duas classes se unam num mesmo indivíduo (MARTINS, 1981).

Capitalistas são, portanto, todos aqueles que, possuidores de capital, destinam-no à produção. Na agricultura, adquirem terras e outros meios de produção e contratam trabalhadores para trabalharem para eles em troca de um salário.

Dessa forma, estamos diante de uma relação de trabalho e de produção baseada na exploração do trabalho alheio, diferente daquela baseada na família, numa unidade camponesa, onde a família trabalha, em tese, para si própria. Ou, então, naquela

⁴⁴ Que será detalhada no próximo item.

baseada na parceria, onde a produção é dividida entre o proprietário da terra e o trabalhador.

Isso não quer dizer que não haja exploração também nessas relações de trabalho; e a exploração é diferente (OLIVEIRA, 2001, p.21).

Oliveira (2001) propõe a compreensão fundamental de que o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista é contraditório, desigual e combinado, pois, ao difundir o trabalho assalariado no campo, produz, simultaneamente, relações camponesas de produção através do trabalho familiar.

O debate clássico sobre o conceito de camponês seria um mérito para esta pesquisa, mas o risco de uma caracterização falsa, num primeiro momento, evita a adoção do conceito de camponês para se referir aos produtores integrados, objeto deste estudo.

Entretanto, ao se referir à população que habita e / ou trabalha no campo, a geografia agrária tem a função do debate teórico sobre o conceito de camponês e a noção de agricultura familiar, ademais, não são neutros e envolvem a questão da ideologia na ciência (BOMBARDI, 2003).⁴⁵

É um fato da ocupação do Oeste do Paraná, aqui já mencionado, a colonização empresarial que fora direcionada para o migrante sulista descendente de europeu. Tais migrantes, naquele momento (década de 1950), são os colonos / camponeses que representam a origem dos produtores agropecuaristas do Oeste do Paraná.

Depois de quase seis décadas, os filhos e netos destes colonos ou camponeses não mais se autodenominam colonos⁴⁶. É comum que eles se reconheçam como agricultores; produtores agrícolas / rurais; empreendedores do agronegócio; sojicultores; piscicultores; avicultores; bovinocultores; suinocultores etc.

No entanto, classificá-los assim, nas palavras de Bombardi (2003, p.06) seria “[...] uma classificação que toma em consideração o aspecto externo e mais visível do modo como os agricultores relacionam-se com a sociedade de mercado”. Essa visão, para a mesma autora, é insuficiente porque não adentra a lógica e o âmago dos processos sociais, ao explicar e entender a sociedade.

Segmentar os agricultores em tantas e possíveis classificações, de acordo com o que ele produz para o mercado se presta à emergência de grupos organizados, à luta de

⁴⁵ Essa pesquisa esbarra nos conceitos de camponês e agricultura familiar, mas não como objetivo direto a discussão.

⁴⁶ Talvez, por uma possível conotação depreciativa do termo.

Conforme relato de entrevista, em palestra promovida por uma empresa agrícola, em Palotina, se orientou para que os produtores não se autodenominassem ou chamassem uns aos outros de “colono”, mas usassem outros termos (por exemplo, produtor, empresário rural, agricultor familiar).

maneira difusa ou com apoio de *lobbies*, através de seus discursos, alianças, táticas pela prevalência da busca de privilégios e reivindicações setoriais (SANTOS, 1993).

Disto é um exemplo próprio, a manifestação dos agricultores (sobretudo produtores de soja) em maio de 2006 (ao trancar rodovias e ferrovias nas regiões Centro-Oeste e Sul do País) para reivindicar o refinanciamento de suas dívidas e reclamar por uma política cambial mais favorável ao setor.

No mesmo sentido, uma classificação / segmentação de aspecto externo e mais visível tem como modelo exemplar, neste caso, a categoria de produtores de frango associados e integrados à C.Vale Cooperativa Agroindustrial. Este é um dos motivos pelos quais seria incoerente denominá-los, estes “produtores integrados”, de “camponeses”.

“[...] as mudanças de hábitos e de consumo de bens duráveis e não duráveis se ligam às mudanças de avaliação e ao universo da subjetividade do trabalho [...]”, fato que aproxima tais produtores do desejo de serem pequenos empresários capitalistas (THOMAZ JUNIOR, 2005, p.21).

Para Tedesco (2001) o sistema de contratualização agrega diferentes níveis entre produtor e agroindústria, tais como: a racionalização das tarefas e do saber interno, ganhos e/ou rendimentos, a mediação técnica e a subjetividade do sistema contratual (interação e conflito entre os modos de vida e os valores culturais locais com as inovações técnicas).

Conforme Pizzato (1993), para elevar a eficiência do circuito de acumulação industrial, a lógica da integração é o aproveitamento de recursos no interior das unidades produtivas, como a mão-de-obra familiar em seu período de ociosidade.

Além de uma intencionalidade econômica, a “produção integrada” se apóia também na subjetividade do produtor sob relações de conflito e de tensão: mercado concorrencial, desvalorização da força-de-trabalho, sair ou ficar, reduzir ou ampliar, precariedade e bloqueios (TEDESCO, 2001).

Contudo, a posição dos produtores integrados à agroindústria é o significado de uma vida política e econômica regulada pelo capital industrial e pela lógica da exploração e da acumulação capitalista no campo.

5. AS PERSPECTIVAS DOS PRODUTORES INTEGRADOS À COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL EM PALOTINA.

Para as pessoas que vivem no conforto da cidade, a questão da propriedade da terra pode parecer absurda. No campo, porém, é a questão do dia-a-dia, uma questão bastante complicada. Para entendê-la temos que compreender que a terra é um instrumento de trabalho, pois sem o trabalho ela não oferecerá os seus frutos, não alimentará a sociedade. Qualquer fazendeiro, qualquer camponês, qualquer trabalhador do campo sabe disso, muito bem. Por esse motivo, uma preocupação com a propriedade da terra é, também, necessariamente, preocupação com o principal instrumento de trabalho que há no campo. É conseqüentemente, preocupação com quem trabalha e com quem não trabalha, com quem colhe os frutos do trabalho na terra (MARTINS, 1981, p.138).

De modo geral, as perspectivas de uma classe de produtores agrícolas podem refletir as perspectivas do país que a sociedade almeja. No Brasil, uma sociedade em tempos difíceis: um país em crise (crise econômica, política, social etc).

De modo específico, quais são as perspectivas dos produtores integrados à cooperativa agroindustrial em Palotina? Para uma região que se fundamentou inicialmente na propriedade da terra destinada à produção agrícola e no trabalho da própria família (como herança ou até como um “bem sagrado”), continuar como proprietário de terra e usufruir o seu *status* seria, por dedução, a principal perspectiva desejada por tais produtores.

Produtores que a partir de uma agricultura “caificada” (inserida ao CAI) são ao mesmo tempo sujeitos e objetos das transformações em suas propriedades agrícolas e na cooperativa da qual fazem parte. São modificações que proporcionam a identificação do conjunto de causas e conseqüências que justificam o investimento dos associados (ao desenvolvimento da agroindústria) e a transformação deles em “produtores integrados”.

Procuramos definir as perspectivas dos produtores integrados a partir de alguns critérios: período da associação à cooperativa e motivos à produção de frangos para a agroindústria; qualificação profissional, idade, mão-de-obra utilizada, entre outros, como meio de visualizar possíveis identidades dos produtores conforme os seus vínculos com o campo, com o modelo de associação e com a produção avícola, dos quais as perspectivas de tais produtores dependem.

A associação à cooperativa, para parte dos integrados, se deu com a construção do(s) aviário(s), conforme as respostas de quatro (04) produtores entrevistados.⁴⁷

⁴⁷ Foram realizadas vinte e três (23) entrevistas com proprietários de aviário (s) somente de Palotina, das quais se referem os resultados dessa pesquisa.

Outros integrados já vêm de uma tradição no cooperativismo, pois responderam que se associaram à cooperativa porque o pai era associado (também quatro produtores). Entre outras respostas, a respeito dos motivos que influenciaram para a associação à cooperativa apareceram os seguintes: vantagens na compra de insumos e na comercialização das safras; facilidades para conseguir financiamentos; porque a cooperativa oferece assistência técnica; porque admira a filosofia cooperativista; porque o produtor precisa estar vinculado à cooperativa; porque “a cooperativa é nossa”. Apenas três (03) produtores mencionaram o retorno das sobras como motivo determinante.

A maioria dos produtores integrados se associou à cooperativa na década de 1980, como se verifica no gráfico:

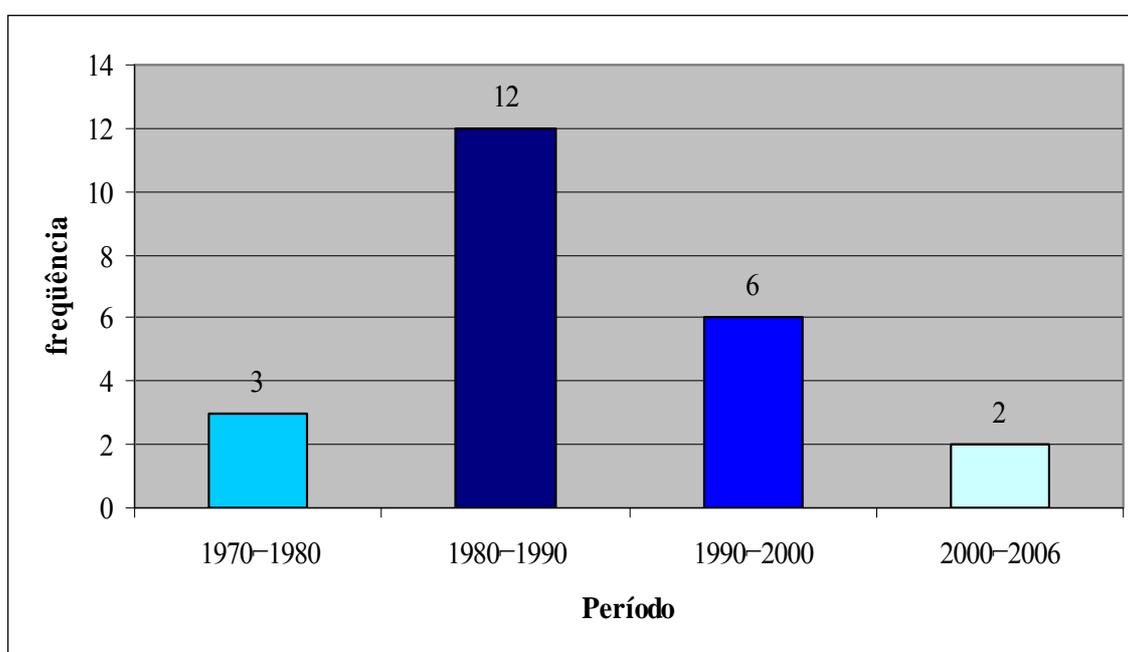


GRÁFICO 10 – Período de associação à cooperativa dos produtores integrados entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Ao observar a idade dos produtores integrados, a maioria está nas faixas etárias dos trinta e seis (36) aos quarenta e três (43) e dos quarenta e quatro (44) aos cinquenta e um (51) anos (GRÁFICO 11).

Quanto à escolaridade dos produtores se verificou que 35% não completaram o Ensino Fundamental; 43% possuem o Ensino Médio (principalmente cursos

profissionalizantes de Técnico em Agropecuária e Técnico em Contabilidade); 22% estão entre aqueles que têm Curso Superior Completo e Superior Incompleto.⁴⁸

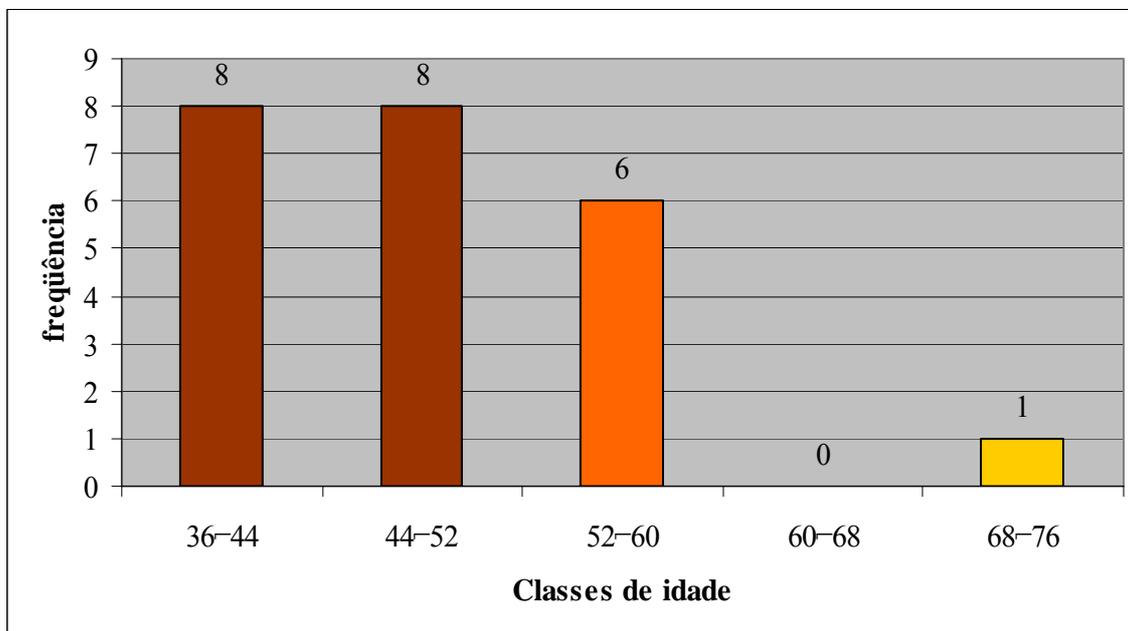


GRÁFICO 11 – Idade dos produtores integrados entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

A busca de uma qualificação profissional demonstra que o trabalho no campo exige um conhecimento que complementa e valoriza o saber transmitido pelas gerações passadas (bisavós, avós etc).

Para o produtor que queira ingressar na criação integrada de frangos, neste caso, as condições indispensáveis, de imediato, são: ser associado da C.Vale e ter investimento financeiro para a construção de aviário.

Entre os produtores entrevistados, vinte e um (21) construíram aviário mediante financiamento e apenas dois (02) produtores não financiaram porque compraram estabelecimento com o(s) aviário(s) já implantado(s). Daqueles que financiaram, sete (07) produtores não quitaram a dívida do financiamento até a data da entrevista.⁴⁹ À vista disto,

⁴⁸ Há casos em que o produtor entrevistado (chefe da família) possui pouca escolaridade, porém, os filhos estão cursando ou já concluíram uma faculdade e aplicam sua formação no próprio estabelecimento. As universidades e faculdades, na região Oeste, oferecem qualificação de acordo com a demanda e com o perfil regional, tais como cursos de: Agronomia, Zootecnia, Engenharia de Pesca, Administração em Agronegócio etc. Palotina dispõe de Campus da Universidade Federal do Paraná (UFPR) com o curso de Medicina Veterinária e conta também com Colégio Agrícola (formação de Técnico em Agropecuária e Técnico em Meio Ambiente).

⁴⁹ Estes aviários, ainda em pagamento, foram instalados entre os anos de 1997 e 2004, com prazo de dez anos pra pagar.

verifica-se o alto custo a que os agricultores se submetem, conforme o QUADRO 05, onde se observam os modelos e custos para projetos de aviário em 2006.

Para iniciar a atividade, ou, antes mesmo de começar a produzir, é preciso ter disponibilidade de um montante para o custeio da implantação do(s) aviário(s), daí, a dependência ao crédito bancário. Uma análise econômica poderia comprovar a viabilidade do(s) aviário(s) em relação aos custos, modelos (convencional e climatizado) e sua possível lucratividade (verifica-se que o custo maior de um aviário climatizado é compensado pela maior capacidade produtiva, por exemplo).

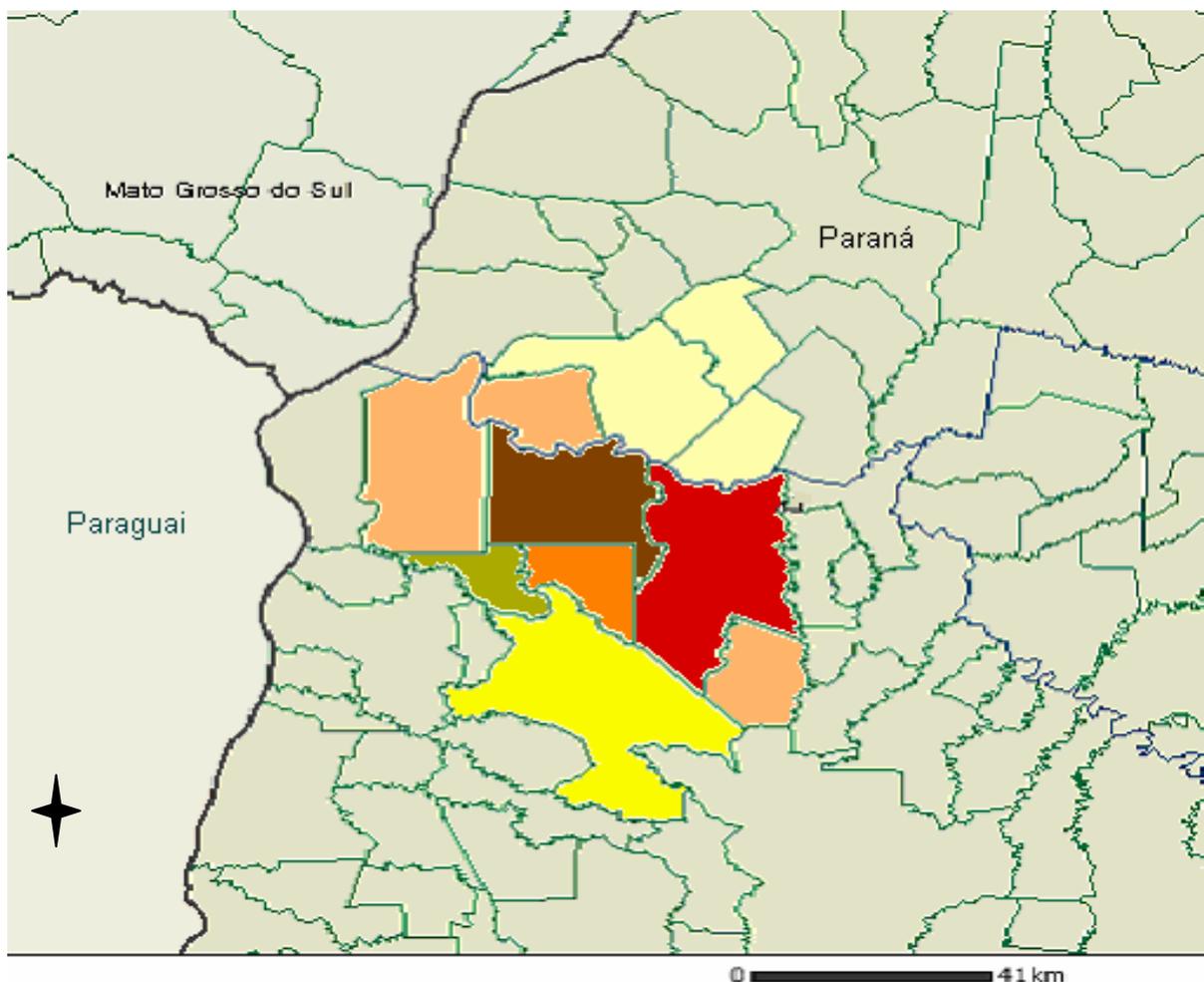
MODELO	Capacidade (frangos)	Custo (R\$)
Climatizado	30.500	320.000,00
Climatizado	24.000	270.000,00
Semi-climatizado	21.000	206.000,00
Semi-climatizado	16.500	170.000,00
Convencional	16.500	130.000,00
Convencional	13.500	106.000,00
Convencional	10.000	82.000,00
Convencional	7.000	62.000,00

QUADRO 05 – Modelos e custos para projetos de aviários em 2006.

Fonte: Imprensa C.Vale (2006).

A C.Vale Cooperativa Agroindustrial integra trezentos e noventa (390) aviários que são representados por duzentos e oitenta e quatro (284) produtores (alguns produtores possuem mais de um aviário). Palotina é o município com a maior quantidade de aviários da C.Vale, de acordo com a FIGURA 05 que apresenta a distribuição (localidade e quantidade) de aviários instalados.

Observamos que a C.Vale Cooperativa Agroindustrial integra produtores de frangos num raio de aproximadamente cinquenta quilômetros, porém, quanto maior é a distância do município em relação ao parque industrial, menor é o número de aviários instalados. A maioria dos aviários da C.Vale estão instalados em Palotina porque é o município-sede do Complexo Industrial Avícola e isto se reverte em ganhos de logística para a agroindústria e para o produtor.



LEGENDA:

MUNICÍPIOS	Nº DE AVIÁRIOS
Palotina	171
Assis Chateaubriand	68
Maripá	61
Nova Santa Rosa	30
Tupãssi	16
Terra Roxa	15
Francisco Alves	14
Toledo	09
Iporã	03
Cafezal	02
Brasilândia do Sul	01

FIGURA 05 – Localidade e quantidade de aviários integrados pela C.Vale.

Fonte: IBGE, (2005); C.Vale (2006). Elaboração da autora.

Entre os motivos que convenceram tais agricultores a implantar aviário(s), verificaram-se os seguintes argumentos: em primeiro lugar, o objetivo de melhorar a condição

econômica ao obter remuneração mais vezes durante o ano (a cada 60 dias); em segundo lugar, o fato de diversificar a produção e não depender somente do plantio de soja, milho ou trigo, correndo o risco de perdas em virtude de estiagem ou geada, por exemplo. Outro fator, relatado em oito (08) das vinte e três (23) entrevistas, é de que o agricultor possui pouca terra, se reconhece como um pequeno produtor e sentiu necessidade de tornar seu estabelecimento mais produtivo. A oportunidade de financiar recursos com prazo de dez anos pra pagar, o aproveitamento da “cama de aviário” para adubar o solo da lavoura e a necessidade de empregar os filhos na propriedade, também foram importantes atrativos constatados.

Se a principal razão que determinou a integração dos produtores foi a dificuldade de manutenção / ampliação da renda, poderia parecer contraditório o investimento de alto montante de recursos para a implantação do aviário. Supõe-se que o discurso de garantias e/ou melhorias difundido pela agroindústria cooperativista, estabeleceu a subordinação do agricultor ao crédito bancário.

“Por esse meio, o banco extrai do lavrador a renda da terra, sem ser o proprietário dela. O lavrador passa imperceptivelmente da condição de proprietário real a proprietário nominal, pagando ao banco a renda da terra que nominalmente é sua” (MARTINS, 1981, p.176).

É importante notar que o período de realização das entrevistas (janeiro de 2006), coincidiu com o momento de resultados consecutivos de frustração da safra de soja por conta da estiagem, fato que se refletiu nas respostas dos produtores que reconheceram o aviário como garantia para amenizar os prejuízos da lavoura, o que reforça o discurso da cooperativa e a necessidade de diversificação.

A diversificação é entendida aqui não necessariamente como o cultivo de muitas culturas diferentes em cada propriedade rural [...]. A tendência parece ser a especialização, cada agricultor ou cada propriedade rural produzindo dois, três ou quatro produtos em escala de mercado, com o acréscimo de outras culturas apenas a nível de subsistência, especialmente os pequenos e médios produtores. Nas culturas de mercado, e também nas de subsistência, há indicações no sentido de avanços na integração da lavoura com a pecuária ou com a suinocultura, avicultura e mesmo piscicultura, de acordo com as vocações regionais, a experiência dos agricultores e as perspectivas de mercado e comercialização (BRUM, 1988, p.178).

A produção de frangos, neste caso, representa uma cultura especializada e uma alternativa de remuneração complementar, pois, de acordo com quinze (15) produtores (que representam 65% da amostra), o aviário não é a principal fonte da renda familiar. Geralmente, na divisão das tarefas, o aviário fica aos cuidados da esposa e dos filhos e, conforme alguns relatos, o seu ganho é destinado ao custeio das despesas domésticas ou do

estudo dos filhos. Além do frango, como atividade e como remuneração complementar, também são produtos destinados ao mercado: leite, suínos e mandioca. A principal fonte de renda, para a maioria, é oriunda da lavoura (produção de soja, milho e trigo).

Ao se questionar sobre a produção de alimentos e/ou matérias-primas para o consumo próprio, foram citados os seguintes produtos: hortaliças, frutas diversas (por exemplo, uva para fabricação caseira de vinho), milho-pipoca, amendoim, feijão, batata-doce e vários animais (ovinos, caprinos, coelhos, peixes, suínos e gado leiteiro). Produzem também aveia (aplicada como adubo orgânico) e capim (para feno), milho e soja (para fabricação de silagem e/ou ração), utilizados no próprio estabelecimento como alimentação animal. Conforme as FOTOS 01, 02 e 03, se observa o perfil de produção diversificada dos estabelecimentos visitados em Palotina.

Do ponto de vista do agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que ele dispõe internamente no estabelecimento familiar e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. De uma certa forma, os agricultores familiares modernos enfrentam os novos desafios com as armas que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo (WANDERLEY, 2001, p.35).



FOTO 01 – Criação de ovinos em estabelecimento agrícola em Palotina.

Fonte: Pesquisa de campo (2006).



FOTO 02 – Aviário e criação bovina em estabelecimento agrícola no município de Palotina.
Fonte: Pesquisa de campo (2006).



FOTO 03 – Lavoura de soja e açudes para criação de peixes em Palotina.
Fonte: Pesquisa de campo (2006).

A presença de produções diversas e complementares significa que a integração de aves não elimina por completo outras atividades e que o produtor integrado conserva uma relativa autonomia (TEDESCO, 2001).

Conforme Tedesco (2001), a empresa integradora exige pleno atendimento à matéria-prima (os frangos, neste caso), mas, ao mesmo tempo, não desestimula a policultura, pois, esta, promove uma maior capacidade de reprodução da família integrada (o que, caso contrário, implicaria numa melhor remuneração para os frangos).

Esta lógica dos produtos para o autoconsumo serve também aos estabelecimentos que empregam trabalhadores assalariados, quando, nos períodos ociosos ou intervalos na produção de frangos, os funcionários se dedicam a outros cultivos que representam um ganho (em produtos) além do salário desembolsado pelo patrão. Conforme observações durante o trabalho de campo, dificilmente um funcionário é pago somente para cuidar do(s) aviários(s); geralmente, já existia funcionário no estabelecimento e a implantação do aviário significou um aproveitamento mais intensivo de sua força-de-trabalho.

No caso em que são os filhos (a família) responsáveis pela atividade, a vantagem pode ser expressa no ditado “é o olho do patrão que engorda o frango”, ou seja, quando é o dono quem cuida, pode haver maior eficiência (não que o assalariado não seja eficiente), mas, no sentido de o trabalhador / proprietário estar imbuído de uma perspectiva de futuro e de dinamismo econômico (TEDESCO, 2001).

Porém, a melhor produtividade não depende unicamente do empenho do avicultor, surgem outras dificuldades no decorrer do processo produtivo.

A dificuldade mais explícita é em relação ao controle da temperatura no aviário. Nas palavras de um produtor “a criação de frangos é uma atividade melindrosa”. A principal causa da mortalidade de frangos é a ocorrência de alta temperatura (dias ou noites de ambiente quente e abafado) e conseqüentemente de insuficiência do sistema de climatização. No inverno, os pintainhos necessitam de aquecimento e, no verão, o excesso de calor ao final do ciclo produtivo pode ser fatal. Para 70% dos proprietários de aviário entrevistados, o controle da temperatura, na criação de frango adensado, é ou foi a principal dificuldade.

Outra reclamação, associada ao controle da temperatura no aviário, é a ocorrência de panes na transmissão de energia elétrica, da qual dependem os equipamentos para a climatização.

Neste sentido, ao questionar sobre a realização de modificações e instalação de novos equipamentos no aviário, desde que entrou em funcionamento, todos responderam sim, aperfeiçoaram ou aumentaram os equipamentos para a climatização (cortinas,

nebulizadores, exaustores, placas evaporativas, pintura da cobertura do aviário, alarmes para avisar queda de energia elétrica e geradores automáticos, além de sistema de aquecimento à lenha como forma de economizar gás e reduzir custos etc).

A C.Vale, ao importar ou copiar o modelo de aviário climatizado dos Estados Unidos e do Canadá, precisou realizar alterações no projeto inicial, na medida em que a tecnologia importada funcionava em condições climáticas, por exemplo, incompatíveis ao clima em Palotina. A equipe técnica da C.Vale estudou modificações e impôs a necessidade de instalar novos equipamentos, pois o investimento em alta tecnologia participaria expressivamente no crescimento da produção e do faturamento da C.Vale. Os proprietários de aviário investiram porque precisavam sanar os problemas e porque esperavam, com isto, ter o futuro retorno financeiro.

O vínculo com a produção integrada representa uma complexidade mais ampla do que, aparentemente, apenas o simples envolvimento de receber pintainhos e entregar frangos.

É importante considerar que os primeiros proprietários de aviário da C.Vale, que iniciaram em 1997, se autodenominam “cobaias”, pois se sentem prejudicados. Alguns avicultores reconhecem que no início havia a própria falta de experiência com a atividade e que ao longo dos anos conseguiram superar várias dificuldades (detalhes, como o plantio e o crescimento de árvores ao redor do aviário, ajudaram a controlar a temperatura).

Outra dificuldade está em relação ao recebimento dos pintainhos, os avicultores reclamam da falta de padronização do peso dos animais (observam que a boa qualidade do lote, no início, condiciona o melhor resultado ao final do ciclo produtivo).

Entre outras reclamações: demora da assistência técnica; entrega de ração errada; dificuldades com a adaptação de funcionários; o aviário precisa de cuidado constante; impedimento de toda a família se ausentar do estabelecimento; problemas com a conservação das estradas (reivindicações na prefeitura) etc.

Porém, mais do que uma função econômica, a associação à empresa cooperativista supõe uma função política (associada à teoria do cooperativismo) fundamental às perspectivas destes produtores integrados. Conforme um entrevistado: “precisamos de uma associação, dos integrados, que nos defenda”. Ora, nesta fala, a cooperativa que os integra é negada como representante e como associação. Nesta perspectiva, o caráter híbrido e contraditório da cooperativa se expressa ao colocar em xeque o cooperativismo que lhe denomina.

5.1 ALGUNS ELEMENTOS QUE CARACTERIZAM AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS PRODUTORES INTEGRADOS.

A quantidade de produção constitui uma variável de fundamental importância para o êxito econômico do produtor (quanto mais frangos produzidos maior será a rentabilidade). Uma maior quantidade de frangos depende da ampliação da estrutura produtiva, isto é, da construção de mais aviários.

Entre os 23 (vinte e três) produtores entrevistados, 16 (dezesesseis) responderam que não pretendem ampliar a produção e apenas 07 (sete) produtores responderam que construirão novo aviário. O fato de que vários produtores já possuem dois, três ou quatro aviários (GRÁFICO 12) pode justificar o não interesse em construir mais aviários.

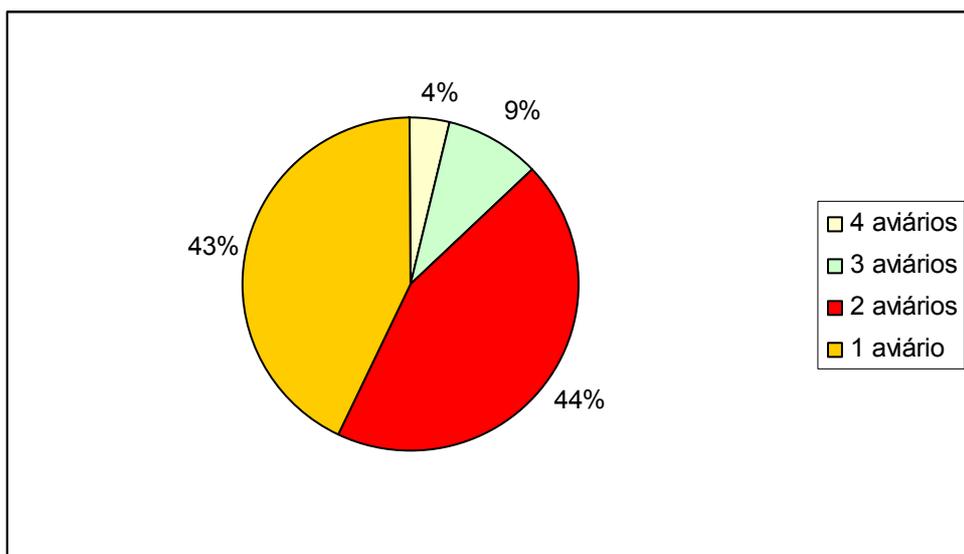


GRÁFICO 12 – Quantidade de aviário(s) por produtor entrevistado.

Pesquisa de campo (2006).

Também, a opção do produtor resulta das suas possíveis condições à ampliação do número de aviários. Não significa, meramente, que os produtores não queiram construir mais aviários, mas essa decisão está atrelada à condição de custear tal investimento, pois alguns produtores ainda apresentam comprometida parte da renda com o pagamento dos financiamentos obtidos para a implantação dos aviários.

Entre os 07 (sete) produtores que se dispõe a construir mais aviários, de acordo com suas respostas no momento da entrevista, 05 (cinco) deles possuem apenas um

aviário. Daí se pode verificar que o maior interesse é daqueles que possuem apenas um aviário e que a atividade é mais rentável em maior escala de produção. O interesse em ampliar a produção também se remete à satisfação com a atividade.

Foi notável, nas saídas de campo para as entrevistas, que o grupo de produtores (proprietários de aviário(s) da C.Vale) constitui uma classe heterogênea no sentido de diferenças quanto à suscetibilidade da subordinação do trabalho e conseqüente expropriação da renda da terra. Por exemplo, o presidente e o vice-presidente da C.Vale são também integrados à produção de frangos. Já se citaram aqui os proprietários de aviário que moram na cidade e possuem empregados assalariados no estabelecimento (há casos em que tal proprietário de aviário é também um comerciante na cidade e esposa e filhos desempenham outras profissões não relacionadas diretamente à atividade agrícola) e os proprietários de aviário que trabalham e moram no estabelecimento, onde há um envolvimento maior da família na atividade. O tamanho do estabelecimento, em hectares (conforme o GRÁFICO 13) e a posse de outros rendimentos, os diferencia.

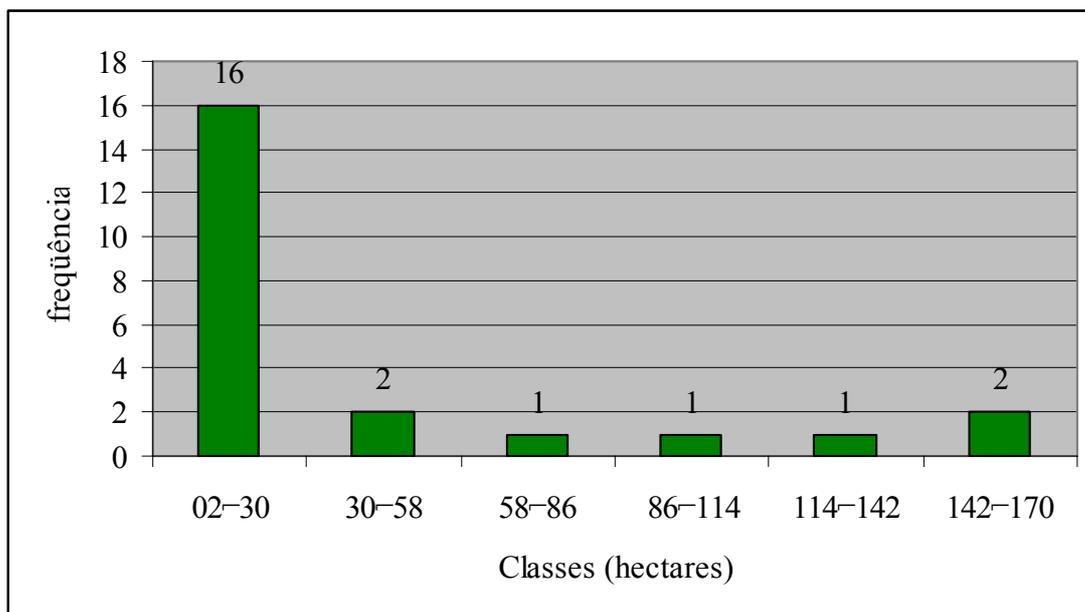


GRÁFICO 13 – Tamanho do estabelecimento (em hectares) onde estão instalados os aviários dos produtores entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Os aviários, na maioria de acordo com a amostra, estão instalados em estabelecimentos menores de 30 hectares, o que significa que um pequeno proprietário pode ser um grande produtor de frangos, já que o aviário ocupa espaço relativamente pequeno no

estabelecimento. Além de propiciar manutenção às pequenas propriedades, a avicultura é uma atividade que fixa população que habita e trabalha no campo (seja mão-de-obra da família proprietária ou de outra família, assalariada).

O movimento populacional, ao longo de cinco décadas, no município de Palotina, evidencia a inversão do local de residência da população, do campo para a cidade (GRÁFICO 14).

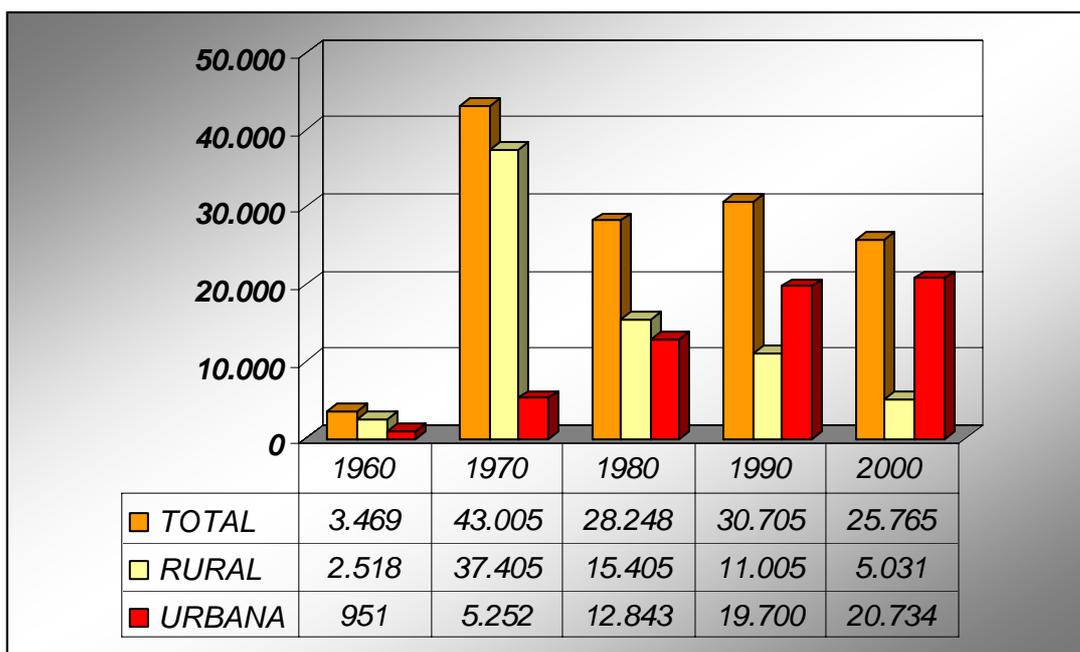


GRÁFICO 14 – Movimento populacional de Palotina (1960 a 2000).

Fonte: IBGE (Censo demográfico)

A consolidação da avicultura, mesmo como uma atividade mecanizada, pode contribuir para a permanência da população no campo, mas não contribui, até o momento, em termos de reverter uma tendência, pois, a taxa de população rural de Palotina é de 19,52%, que acompanha os valores de 18,59% e 18,75% de população rural, respectivamente, do Paraná e do Brasil.

De um modo geral, além de permanecer no campo, as perspectivas dos produtores pesquisados consiste em: assegurar a propriedade da terra; ter condições de trabalho e êxito produtivo; melhorar a condição econômica, o padrão de consumo e a qualidade de vida; acompanhar as inovações tecnológicas.

Os diversos produtores são iguais enquanto categorias de associados à cooperativa e integrados à produção de frangos, no entanto, perante a condução

administrativa, seu posicionamento como diretoria ou a quantidade de produção entregue à cooperativa, diferencia-os na participação da tomada de decisões (que são previamente articuladas) apresentadas nas assembleias ordinárias. Quanto maior é a dependência em relação à cooperativa, maior é a subordinação às decisões que lhe são impostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar essa dissertação de mestrado é formalizar o término de uma etapa da pesquisa, pois, esta, precisa dar conta dos contínuos questionamentos que a realidade demanda.

Ao delimitar o tema: a cooperativa C.Vale e as perspectivas dos produtores integrados à agroindústria em Palotina – PR, foi exercitada uma função básica de acompanhar a produção do espaço geográfico adaptada a modelos de desenvolvimento e a diferentes escalas.

Na compreensão da evolução da C.Vale ficou evidente que o rumo das empresas cooperativistas segue o impulso da economia capitalista, conforme regras de competitividade, de sobrevivência e de acordo com uma determinada orientação de como “fazer” agricultura, neste caso.

A relação entre a cooperativa e o seu grupo de associados segue um jogo de forças, na tentativa de um equilíbrio: entre a ideologia de sua formação e a prática de sua sustentação econômica. O instrumento que determinaria os pesos relativos aos princípios do cooperativismo e à viabilidade econômica seria, então, a cooperativa, no sentido literal de uma balança.

Porém, ao firmar a produção integrada, a relação com tais associados contradiz o princípio cooperativista da adesão voluntária e livre, quer dizer, o produtor está “preso” às cláusulas do contrato. É neste sentido que se apresenta o caráter híbrido da cooperativa e se destaca a dificuldade em explicar a pertinência do cooperativismo a partir da prática dos contratos de produção integrada. Com a contratualização o produtor perde a autonomia, o seu papel de associado da cooperativa pode se resumir a transformar os pintainhos (que não lhe pertencem) em frangos.

Também é um complicador, aqui compreendido como agravante da crise epistemológica do cooperativismo, o projeto que tramita no Senado Federal para uma nova Lei Cooperativista que prevê a possibilidade da abertura de capital, tal como fazem as empresas capitalistas: além de associados, se esta lei for aprovada, as cooperativas terão acionistas.

É fato que conflitos e contradições entre os estatutos cooperativistas mais conservadores e as modernas perspectivas empresariais são irremediáveis. Neste sentido, ao cooperativismo são elaboradas novas práticas adaptadas às dinâmicas da sociedade

capitalista⁵⁰. Uma sociedade da qual os produtores de frangos integrados à cooperativa, não ficam de fora.

Se a agricultura faz parte de um complexo ou de uma rede agroindustrial, cada vez mais, os produtores não devem se isolar e necessitam se engajar de acordo com interesses, padrões de produção e com exigências dos mercados consumidores. Os produtores precisam estar ligados à competitividade, às novas tecnologias, às exigências higiênico-sanitárias dos importadores de alimentos, às leis ambientais, às tendências do mercado mundial, aos custos dos insumos, aos preços dos seus produtos e precisam se capacitar e se aperfeiçoar profissionalmente. Nestes aspectos, as cooperativas buscam cumprir suas funções de empresa representante dos seus associados.

Ao querer visualizar as possíveis perspectivas dos produtores integrados se perpetra o olhar, quando pode haver diversos olhares numa mesma perspectiva: um olhar cansado; um olhar atento; um olhar míope; de óculos de lentes; de lentes escuras; de binóculo; de microscópio; um olhar de dentro; um olhar de fora; um olhar de cima etc.

Contudo, em nossa sociedade, a existência da cooperativa permite visualizar a contradição (viva a contradição!) que, num olhar otimista, é a brecha para transformações.

⁵⁰ Ver, por exemplo, a Teoria de Münster, difundida nos meios acadêmicos europeus e em alguns países latino-americanos, discute sobre as transformações que seriam necessárias ao cooperativismo, a partir da dinâmica da sociedade capitalista (SILVA,2002).

REFERÊNCIAS:

AIDAR, A.C.K; PEROSA JR, R.M. Espaços e limites da empresa capitalista na agricultura. *Revista de Economia Política*, vol.1, n.3, jul.set.1981, São Paulo, brasiliense, pp.17-39.

ALVES FILHO, E; ARAÚJO, M. da P. Origens e desenvolvimento do sistema de produção integrada no Brasil. In: CASIMIRO FILHO, F; SHIKIDA, P.F.A. (coord.) *Agronegócio e desenvolvimento regional*. Cascavel: Edunioeste, 1999, p.207.

ANDRADE, M.C. de. Problemas e perspectivas de desenvolvimento do cooperativismo no Nordeste. In: _____. *Cidade e campo no Brasil*. São Paulo: brasiliense, 1974, pp.157-171.

ANDRADE, M.C. de. *Geografia Econômica*. 12 ed. São Paulo: Atlas, 1998, 326p.

ARAÚJO, S.M.P. de. *Eles: a cooperativa: um estudo sobre a ideologia da participação*. Curitiba: Projeto, 1982, 215p.

AZEVEDO, P.F.de. Concorrência no Agribusiness. In: ZYLBERSZTAJN,D. e NEVES, F.M. (orgs.) *Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição*. São Paulo: Pioneira, 2000, pp.60-79.

BARBOSA, C.C. Safra 89/90: a quebra dos sucessivos recordes. *Análise Conjuntural*, Curitiba: IPARDES, v.12, n.1, jan.1990, pp. 05-07.

BELIK, W; PAULILO, L.F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S.P. (org) *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001, pp.95-120.

BIALOSKORSKI NETO, S. Agribusiness Cooperativo. In: ZYLBERSZTAJN,D. e FAVA,M. (orgs.) *Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição*. São Paulo: Pioneira, 2000, pp.235-251.

BENETTI, M.D. A problemática da capitalização nas cooperativas. In: BENETTI, M.D. *Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, n.5, dez.1982, pp. 135-169.

BENETTI, M.D. As relações entre Estado e cooperativismo: análise do período 1933-37. In: BENETTI, M.D. e FRANTZ, R.T. (coord.) *Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do RS 1957-84*. Porto Alegre: Fund. de Economia e Estatística, 1985, pp. 05-34.

BOMBARDI, L. M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. *GEOSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n.14, pp. 107-117, 2003, pp.107-117.

BRITTO, J. Diversificação, competências e coerência produtiva. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. *Economia Industrial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002, pp. 307-344.

BRUM, A.J. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988, 200p.

CAETANO, R. Distribuição espacial da indústria no PR. *Gazeta do Paraná*, ano XIV, n.4327, Cascavel, 11/12/2004, p.06.

C.VALE Cooperativa Agroindustrial. *Relatório Anual 2004*, Cascavel: Tuicial, 26p.

C.VALE Cooperativa Agroindustrial. C.Vale é a 212ª maior empresa do Brasil. *Jornal C.Vale*, n.74, jul.2004, 11p.

C.VALE Cooperativa Agroindustrial. C.Vale amplia industrialização. *Jornal C.Vale*, n.77, out.2004, 16p.

C.VALE Cooperativa Agroindustrial. Complexo avícola completa 8 anos. *Jornal C.Vale*, n.88, out.2005, 12p.

C.VALE Cooperativa Agroindustrial. Empreendimento para a história da avicultura brasileira. *Jornal C.Vale*, n.82, abril de 2005, 20p.

C.VALE Cooperativa Agroindustrial. *Relatório Anual 2005*, Cascavel: Tuicial, 36p.

CARLOS, A.F.A. *Espaço e Indústria*. 8ed. São Paulo: Contexto, 2000, 70p.

COCAMAR Cooperativa Agroindustrial. *Relatório 2004*, Maringá: Flamma Comunicação, 70p.

COOPERVALE. “Uma história de trabalho, união, confiança e participação”. *Revista Cooperavale – Edição Especial*, Palotina: Imprevale, 70p. Novembro/1988.

COOPERVALE. *Um ato de fé no trabalho*. Cascavel: Gráfica Tuicial, 1997, 16p.

COOPERVALE. *Coopervale 30 anos de atividades*, edição 31, Cascavel: Tuicial, out. de 1999, 15p.

COOPERVALE. Avicultores com melhor desempenho são premiados pela C.Vale. *Jornal Coopervale*. Cascavel: Gráfica Tuicial, n.53, pp.06-07, maio, 2002.

COOPERVALE. A C.Vale é a 3ª melhor cooperativa brasileira no setor de aves e suínos. *Jornal Coopervale*. Cascavel: Tuicial, n.57, set.2002, p.08.

CORRÊA, R.L. Análise Crítica de Textos Geográficos: Breves Notas. *GeoUERJ (Revista do Departamento de Geografia)*. Rio de Janeiro: UERJ, n.14, 2003, pp.07-18.

COSTA, V.M.H.de M. A modernização da agricultura no contexto da constituição do complexo agroindustrial no Brasil. *Anais do XI Encontro Nacional de Geografia Agrária*, vol.II, 1992, pp.02-26.

DELGADO, N.G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S.P. (org) *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001, pp.15-52.

DEMO, P. Introdução ao ensino da metodologia da ciência. In: DEMO, P. *Introdução à metodologia da ciência*. 2ed. São Paulo: Atlas, 1987, p.13-28.

DENARDIN, V. PR quer recuperar exportação, *Caminhos do Campo*, Curitiba, Gazeta do Povo, n.27934, 25/04/2006, p.03.

DIAS, L.C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I.E.de (et al) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp.141-155.

ELIAS, D. *Agricultura e Globalização: A Região de Ribeirão Preto - SP*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, 398p.

ELIAS, D. Expansão do meio técnico-científico-informacional. In: CARLOS, A.F.A. (org.). *Ensaio de geografia contemporânea Milton Santos: obra revisitada*. São Paulo: Hucitec, 1996, pp.210-219.

ESPÍNDOLA, C.J. *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Chapecó: Grifos, 1999, 266p.

ESPÍNDOLA, J.C. O real, a indústria avícola e as estratégias empresariais. *Revista de Geografia*, UFMS, Campo Grande-MS, jul./dez., 2001, pp. 33-38.

ESPÍNDOLA, J.C. Desenvolvimento biotecnológico das agroindústrias de carne no Brasil: a cadeia produtiva de aves. In: XX Semana de Geografia CCE/UDEL, *Desenvolvimento e Questão Ambiental* (CD rom), 18 a 22 de out. de 2004, 13p.

FAJARDO, S. e MORO, D. A. O Complexo Agroindustrial e a Atuação das Cooperativas Agrícolas no Norte Central do Estado do Paraná. *Boletim de Geografia*, n.1, 2000, pp.85-112.

FALVO, G. Inventário Ambiental de Palotina, Curitiba: 1997.

FERREIRA, G. O cooperativismo em xequê. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 14/02/2006, p.07. (Suplemento “Caminhos do Campo”)

FERREIRA, G.A.L. “A proposta da política PRONAF para a agricultura familiar e seus resultados em Palotina-PR”. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004, 121p. (Dissertação de mestrado).

FLEISCHFRESSER, V. *Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70*. Curitiba: Livraria do Chain: CONCITEC: IPARDES, 1988,154p.

FLEURY, M.T.L. *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Global, 1983, 152p.

FOLHA DE PALOTINA. Palotina registra expansão imobiliária. *Folha de Palotina*, 05 de março de 2004, p.08.

FOLHA DE PALOTINA. Ampliação da C.Vale impulsiona economia da regia. Palotina: Imprevale, anoXIV, ed.787, 17 de dez.2004, p.06.

FREITAG, L. da C. *Fronteiras Perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1945)*. Cascavel: Edunioeste, 2001, 140p.

GAZETA DO PARANÁ. Avicultura do Paraná bate novo recorde de produção. *Gazeta do Paraná*. Cascavel, n.3957, 20/11/2003, p.05

GAZETA DO PARANÁ. Gripe do frango deve beneficiar exportação brasileira. *Gazeta do Paraná*. Cascavel, n.4021, 29/01/2004, p.05

GAZETA DO PARANÁ. Osmar comenta a Lei Cooperativista. *Gazeta do Paraná*, Cascavel, n.4424, p.04, 24.03.2005.

GAZETA DO POVO. Crise nos anos 90 levou à gestão mais profissional. *Gazeta do Povo*, n.27619, p.24, 12.05.2005.

GERKE, A.A. “Copagril: uma análise do cooperativismo no oeste do Paraná”. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1992, 227p. (Dissertação de mestrado).

GLOBO RURAL. Adeus ao paternalismo. *Globo Rural*, n.238, ago.2005, p.57.

GREGORY, V. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel: Edunioeste, 2002, 266p.

GUIMARÃES, A.P. *A Crise Agrária*. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, 362p.

HESPANHOL, R.A. de M.; COSTA, V.M.H.de M. A agricultura familiar em municípios selecionados da microregião geográfica de Presidente Prudente-SP: caracterização e interpretação. *Boletim de Geografia*. Maringá, v.01, n.01, p.01-11, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Meu mapa*. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/servlet/com.esri.esrimap.Esrimap?ServiceName=over&Client>>. Acesso em: 22/11/2006.

IPARDES – Fundação Edison Vieira – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *As migrações e a transformação da estrutura produtiva e fundiária no Paraná*. Curitiba: 1983, 81p.

IPARDES - Fundação Edison Vieira – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Agroindústria e Cooperativas no Paraná*. Curitiba, 1985, 55p.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Leituras Regionais*, Curitiba, 2004.

JORNAL EMPREENDER. Abatedouro C.Vale impulsiona economia de Francisco Alves. Ano I, n.08, Palotina: Agência Oeste de Notícias, dez.2002, p.18.

KAGEYAMA, A. (et al) O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G.C.; GASQUES, J.G.; VILLAVERDE, C.M. (orgs.) *Agricultura e Políticas Públicas*. 2ed. Brasília: IPEA, 1996, pp.113-223.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. 3ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980, 329p.

LEITE, S.P. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, S.P. (org) *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001, pp.53-93.

LIMA, M. Diversificação para enfrentar a crise. *Valor Econômico*, n.1315, p.B12, 02.08.2005.

LONDRES, M. Gripe aviária não chegou, mas crise sim. *Gazeta do Povo*, Curitiba, ano 88, n.27900, p.21.

LOURENÇO, G.M. Determinantes da crise do agronegócio, *Análise Conjuntural*, v.28, n.1-2, pp.13-14, jan./fev. 2006.

MAACK, R. *Geografia Física do Estado do Paraná*. Curitiba: Banco de Desenvolvimento do Paraná, 1968.

MARTINS, J.de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981, 185p.

MARTINS, C.; WEBER, L.M.; PASTRO, M.L. Os resultados recentes da avicultura paranaense, *Análise Conjuntural*, v.28, n.07-08, pp.25-26, jul./ago. 2006.

MARTINS, S.S. Avicultura de corte: situação e perspectivas em maio de 2005. *Informações Econômicas*, v.35, n.7, São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 2005, pp.57-59.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*, São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MAZZALI, L. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização "em rede"*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000, 175p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2006. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2007.

MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo). *Ciência Geográfica*, Bauru: AGB, n.06, abril 1997, pp. 01-11.

MOURA, M.M. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986, 78p.

MÜLLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec, 1989, 149p.

MUNINET Rede Brasileira para o Desenvolvimento Municipal. <<http://www.muninet.org.br>>, acesso em 25 out. 2006.

NEVES, E. M. O crescimento sustentável no agronegócio brasileiro. *Valor Econômico*, n.1093, 2004, p.A8.

NOGUEIRA, A.C.L. Custos de transação e arranjos institucionais alternativos: uma análise da avicultura de corte no Estado de São Paulo. São Paulo: USP, 2003, 153p. (dissertação de mestrado).

OCEPAR – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. Disponível em <<http://www.ocepar.org.br>> acesso em 25 mai. 2006.

OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. COSTA,N.; SILVEIRA,G.B.da; TURRA,F.E. (organiz.) *Cooperativismo e Agroindústria no Paraná*. Curitiba: 1986, 95p.

OLIVEIRA, A.U.de. Agricultura e indústria no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.58, pp.05-61, 1981.

OLIVEIRA, A.U.de. *A agricultura camponesa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001, pp.18-72.

OLIVEIRA, A.U. de. *A geografia das lutas no campo*. 6ed. São Paulo: Contexto, 1994a, 101p.

OLIVEIRA, A.U.de. Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. São Paulo: FFLCH – USP, 1994b, pp.24-51.

ORGIS, G. Parcerias reduzem custos do agronegócio. *Gazeta do Povo*, n.27619, p.25, 12.06.2005.

PASSOS, C.R. Política agrícola para safra 89/90. *Análise Conjuntural*, Curitiba: IPARDES, v.12, n.1, jan.1990, pp. 04-06.

PERIS, A.F. *Trilhas, rodovias e eixos: um estudo sobre desenvolvimento regional*. Cascavel: Edunioeste, 2002, 173p.

PFLUCK, L.D. *Mapeamento geo-ambiental e planejamento urbano: Marechal Cândido Rondon-PR/195-1997*. Cascavel: Edunioeste, 2002, 128p.

PINHO, D.B. *Economia e cooperativismo*. São Paulo: Saraiva, 1977, 177p.

PIZZATO, M.D. O novo padrão de desenvolvimento agroindustrial: o caso da produção integrada à Sadia em Toledo – Paraná. Marechal Cândido Rondon: UEM – FACIMAR, 1993, 93p. (monografia)

RAMOS, S. Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil. In: SANTOS, M; SILVEIRA, M.L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, PP.375-387.

REGINATO, P. *História de Palotina 1954-1979*. Santa Maria: Palloti, 1979, 237p.

REVISTA AGROPECUÁRIA CATARINENSE. “Cooperativismo é prioridade”, diz ministro. Florianópolis: Epagri, v.18, n.1, mar. 2005, p.29.

- RIOS, G.S.L. *O que é cooperativismo*. São Paulo: brasiliense, 1987, 69p.
- ROLIM, C.F.C. “O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político”. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba: IPARDES, N.86, set./dez.1995, pp.49-99.
- SAIKI, Lyrian. Gripe não existe, mas já causa prejuízos. *O Estado do Paraná*, Curitiba, ano 55, n.16581, 22/03/2006, p.27.
- SANDRONI, P. *Dicionário de Economia*. Rio de Janeiro: Bestseller Editora, 2000.
- SANTOS, M. “Sociedade e Espaço: a Formação Social como Teoria e como Método”. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo: FFLCH-USP, n.54, jun.1977, 81-99.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996, 308p.
- SANTOS, M. Materiais para estudo da urbanização brasileira no período técnico-científico. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB, 1989, n.67, pp. 05-16.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993, 157p.
- SANTOS, M. *Metamorfozes do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.124.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2002, 174p.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, 473p.
- SASSEN, S. O lugar e a produção na economia global. In: SASSEN, S. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Nobel, pp.13-21.
- SCHLOSSER, M.T.S. Nas ondas do rádio: a viabilização da modernização no Oeste do Paraná (1960-1980). Maringá: UEM, 2001 (Dissertação de Mestrado)
- SERRA, E. “A Reforma Agrária e o Movimento Camponês no Paraná”. In: XI Encontro Nacional de Geografia Agrária, *Anais*, vol.II. Maringá: UEM, 1992, pp.108-138.
- SERRA, E. A teoria e a prática do cooperativismo entre os produtores rurais. In: VILLALOBOS, J.U.G. (org.) *Geografia Social e Agricultura*. Maringá: Programa de Pós-graduação em Geografia – UEM, 2000, pp.129-165.
- SERRA, E. Contribuição no estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná: o caso da cooperativa de cafeicultores e agropecuaristas de Maringá (Dissertação de Mestrado) Rio Claro, SP: Unesp, 1986, 251p.
- SERRA, E. Um pouco de história do cooperativismo agrícola no Paraná. *Boletim de Geografia*, n.1, 1995, pp.55-62.
- SILVA, A.C.P. da. Cooperativismo e Autonomia: pela transformação das práticas e dos objetivos associativistas no espaço rural brasileiro. *GeoUERJ*, n.12, 2002, pp. 33-45.

- SILVA, J.G. da. *O que é a Questão Agrária*. 10ed. São Paulo: brasiliense, 1985, 114p.
- SILVA, J.G.da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, 192p.
- SILVA, J.G.da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2ed. Campinas, SP: Unicamp, 1998, 211p.
- SILVA, J.G.da. *Tecnología e Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Ed.Universidade / UFRGS, 1999.
- SILVEIRA, R.L.L.da. Complexo Agroindustrial, rede e território. In: DIAS, L.C. & SILVEIRA, R.L.L.da. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2005, pp.215-255.
- SMERECÁNYI, T. *Pequena História da Agricultura no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1998, 102p.
- SORJ, B. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, 162p.
- SORJ, B; POMPERMAYER, M.J; CORRADINI, O.L. *Camponeses e Agroindústrias: Transformação social e representação política na avicultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, 119p.
- TEDESCO, J.C. (org). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3ed. Passo Fundo-RS: UPF, 2001, 405p.
- THOMAZ JR, A. *Por trás dos canaviais os nós da cana: a relação capital X trabalho e o movimento social dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Annablume, pp.01-218, 2002.
- THOMAZ JUNIOR, A. O Trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. *Revista de Geografia*, n.17, 2003, pp.15-22.
- THOMAZ JUNIOR, A. “Jogo” de cena e poder de classe no Brasil do século XXI: A Contra-Reforma Agrária no Governo Lula. *Perspectiva Geográfica*, v.01, 2005, pp.09-24.
- URBAN, M.L. Os novos rumos da agroindústria. *Análise Conjuntural*, Curitiba: IPARDES, v.12, n.2, fev.1990, pp.01-03.
- WANDERLEY, M. de N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (org) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3 ed. Passo Fundo: UPF, 2001, pp.22-55.
- VALOR ECONÔMICO. *Revista Valor 1000*, n.4, 2004, pp.271-305.
- ZIEBERT, R.A; SHIKIDA, P.F.A. Avicultura e produção integrada em Santa Helena, Estado do Paraná: uma abordagem a partir da nova economia institucional. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v.51,n.1, jan./jul.2004, pp.71-86 <www.iea.sp.gov.br> acesso em 01/07/2005.

ANEXO A

Roteiro das entrevistas

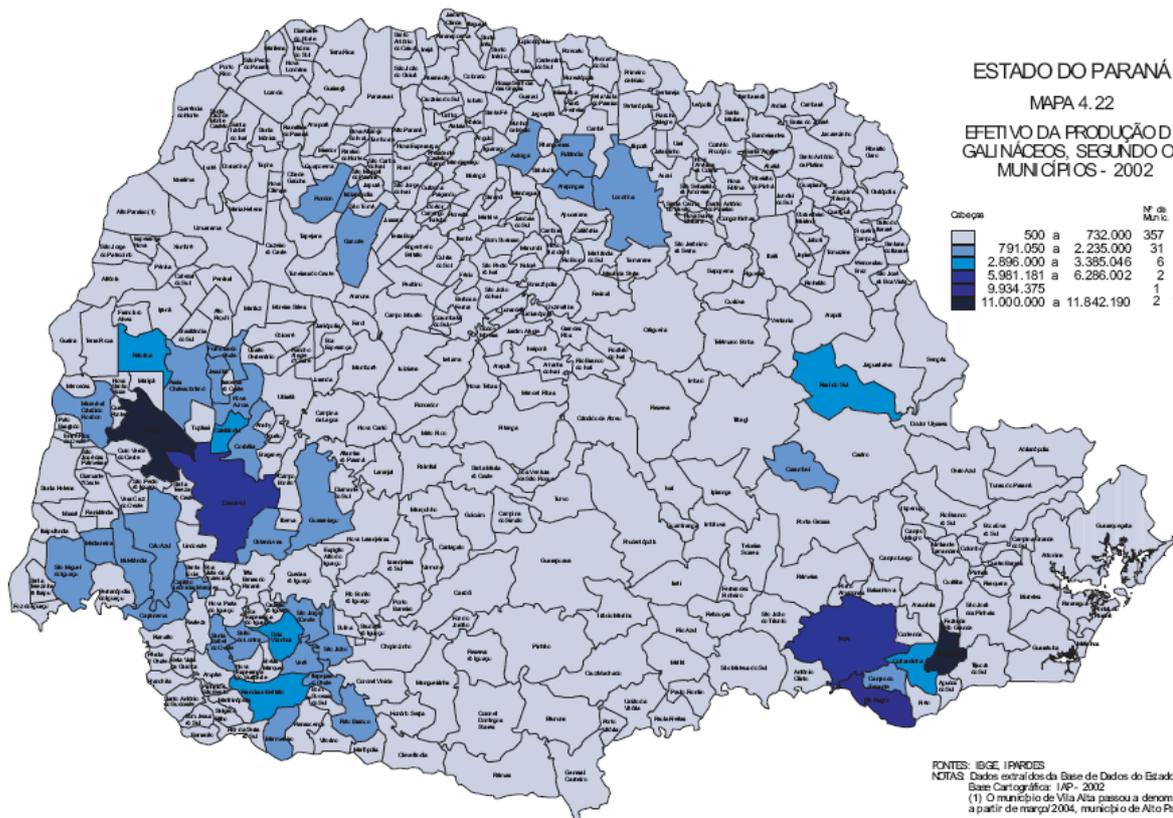
- 1- Há quanto tempo trabalha na atividade agrícola? Escolaridade? Idade?
- 2- Local de residência: campo ou cidade?
- 3- Quando se associou à cooperativa? Por quê?
- 4- Participa das assembléias gerais?
- 5- Quando implantou o(s) aviário(s)? Os recursos foram financiados?
- 6- Quantos aviários / frangos? Há intenção de ampliar? Por quê?
- 7- Quais atrativos ou propostas da cooperativa o convenceram para a implantação do(s) aviário(s)?
- 8- Leu o contrato de integração / parceria avícola? Comente.
- 9- Houve alguma modificação no processo produtivo desde que o aviário entrou em funcionamento? Quais?
- 10- Há algum controle de produção? (Verificação do crescimento dos frangos / acompanhamento técnico)
- 11- Houve ocorrência de doença nas aves?
- 12- Possui seguro do aviário? (barracão)
- 13- Quem cuida do(s) aviário(s)? Família? Empregados? Quantos?
- 14- Há mão-de-obra temporária assalariada?
- 15- O aviário é a principal fonte de renda familiar? Quais outros produtos são vendidos para a cooperativa?
- 16- Produz alimentos ou matérias-primas para o consumo próprio? Quais?
- 17- A produção de frangos exige muitos cuidados? O avicultor já passou por alguma dificuldade ou imprevisto?
- 18- Como era antes de ter o aviário e o que mudou agora? Na sua opinião, o que melhorou? O que piorou? Adquiriu mais terras e/ou máquinas?
- 19- Qual o tamanho do estabelecimento? Quantas pessoas moram na propriedade?

ANEXO B

ESTADO DO PARANÁ

MAPA 4.22

EFETIVO DA PRODUÇÃO DE GALINACEOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2002



Cabeças		Nº de Munic.	% do Estado
500 a	732.000	357	35,9
791.050 a	2.235.000	31	24,8
2.895.000 a	3.385.046	6	11,6
5.981.181 a	6.286.002	2	7,5
9.934.375		1	6,1
11.000.000 a	11.842.190	2	14,1

FONTE: IBGE, IAPDES
 NOTAS: Dados extraídos da Base de Dados do Estado (BDE)
 Base Cartográfica: 1/90 - 2002
 (1) O município de Vila Alta passou a denominar-se, a partir de março 2004, município de Alto Paraná.

ANEXO C

Palotina registra expansão imobiliária

Foto: Vanildo Cardoso/Foto

Nos últimos anos o setor da construção civil tem experimentado uma fase de plena expansão em Palotina. A construção de novos empreendimentos comerciais e residenciais está proporcionando uma mudança da paisagem da cidade. Regiões que até há 3 anos não eram habitadas passaram a ter nova infraestrutura e aspecto visual. Com a expansão da construção e consequente aumento na procura por lotes, as áreas localizadas no perímetro urbano passaram a ser mais valorizadas.

De acordo com informações colhidas pela reportagem da Folha junto à Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos, só neste ano foram liberados mais de 20 alvarás de construção que somados aos do ano passado e cujas obras ainda estão em andamento, chegam a 200 edificações.

Página 8



Palotina registra expansão imobiliária

Fotos: Vanildo Cardoso/Folha

Em quatro anos foram registradas 788 edificações. Prédio de 9 andares está em andamento

Nos últimos anos o setor da construção civil tem experimentado uma fase de plena expansão em Palotina. A construção de novos empreendimentos comerciais e residenciais está proporcionando uma mudança da paisagem da cidade. Regiões que até há 3 anos não eram habitadas passaram a Ter nova infra-estrutura e aspecto visual. Com a expansão da construção e conseqüente aumento na procura por lotes, as áreas localizadas no perímetro urbano passaram a ser mais valorizadas.

De acordo com informações colhidas pela reportagem da Folha junto à Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos, só neste ano foram liberados mais de 20 alvarás de construção que somados aos do ano passado e cujas obras

chegam a 200 edificações. Pelo menos duas razões são apontadas para o fomento na construção civil em Palotina. A implantação do Complexo Avícola da C.Vale, aliada à obtenção de bons resultados nas últimas safras, principalmente de soja, são fatores apontados. A secretária de Obras do município, Neyla Seleme aponta que Palotina é uma das poucas cidades que registrou aumento populacional. "A cidade cresce, se desenvolve e melhores condições as pessoas tendem a investir em habitação e na infra-estrutura comercial", observa. Neyla cita ainda que uma série de outros fatores também contribuem para esta revolução. "Os excelentes serviços oferecidos na cidade em todas as áreas acabam estimulando este segmento".

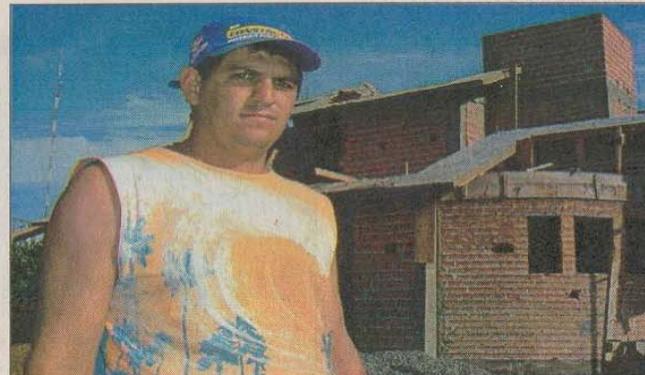
Para o construtor Valdeci Adir Pierezan, o avanço na construção civil tem sido mais intenso nos últimos anos. Ele observa que o crescente número de edificações tem provocado um aquecimento no comércio de materiais de construção e, principalmente, absorvido a mão de obra especializada. Para ele as



Neyla Seleme: serviços de qualidade

na agroindustrialização, que proporcionou o aumento de postos de trabalho e também a rentabilidade obtida pelos agricultores palotinoses.

Números – Conforme a Secretaria de Obras do município a ascensão na construção civil tem sido efetiva a cada ano. O ano de 2002 teve o maior número de alvarás liberados, totalizando 295. No anterior as solicitações chegaram a 220. No ano passado a secretaria registrou 253 pedidos.



Valdeci Adir Pierezan: mais empregos



Prédio de 9 andares está sendo construído na esquina das ruas 25 de Dezembro e 15 de Novembro

ANEXO D

CONTRATO DE PARCERIA AVÍCOLA

Que entre si, fazem, de um lado denominado simplesmente de **PARCEIRO OUTORGADO**: [REDACTED] e sua esposa [REDACTED], brasileiros, casados, agropecuaristas, residentes e domiciliados em Vila Nice - Assis Chateaubriand - PR, ele inscrito no C.P.F. sob n.º [REDACTED] e do outro lado, simplesmente de **PARCEIRO OUTORGANTE**: **COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA VALE DO PIQUIRI LTDA. - COOPERVALE**, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Avenida Independência n.º 2347, na cidade de Palotina, Estado do Paraná, inscrita no CGC/MF sob n.º 77.863.223/0001-07, neste ato representada por seus Diretores Presidente e Secretário, Srs. [REDACTED] e [REDACTED], brasileiros, casados, agropecuaristas, residentes e domiciliados nesta cidade, inscritos no C.P.F. sob n.º [REDACTED] e [REDACTED], respectivamente, tem justo e contratado o seguinte, que mutuamente convencionam, outorgam e aceitam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA: PARCEIRO OUTORGANTE e PARCEIRO OUTORGADO por manifestação bilateral de vontade, pactuam a criação de frangos em parceria, na forma estabelecida a seguir.

CLÁUSULA SEGUNDA: O PARCEIRO OUTORGANTE, transferirá para a propriedade do **PARCEIRO OUTORGADO**, os insumos (pintainhos de 01 (um) dia e ração), para que o **PARCEIRO OUTORGADO** proceda a continuidade da criação dos frangos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica sob responsabilidade do **PARCEIRO OUTORGANTE** o transporte dos insumos e dos frangos para o abatedouro, conforme cronograma a ser acertado entre as partes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica sob responsabilidade do **PARCEIRO OUTORGADO** o apanhe e carregamento dos frangos.

CLÁUSULA TERCEIRA: O PARCEIRO OUTORGADO promoverá o desenvolvimento das aves em aviários de sua propriedade/responsabilidade, sendo as despesas com manutenção do aviário, gás, maravalha, energia elétrica, água, funcionários, encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários de responsabilidade do mesmo, não podendo este a qualquer tempo, judicial ou extra judicialmente, ensejar responsabilidade do **PARCEIRO OUTORGANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O PARCEIRO OUTORGANTE, prestará assistência técnica ao **PARCEIRO OUTORGADO**, para que este obtenha os melhores resultados possíveis.

CLÁUSULA QUARTA: O PARCEIRO OUTORGADO deverá dedicar todos os cuidados necessários e indispensáveis a criação e permitir o acesso ao criatório das técnicas do **PARCEIRO OUTORGANTE**. A deficiência no manejo do plantel, o descumprimento das normas técnicas usuais para a atividade, a utilização indevida de medicamentos e alimentos, ou a infringência por negligência, de quaisquer das disposições contidas no presente contrato que venham a causar prejuízos ao **PARCEIRO OUTORGANTE**, será ressarcido pelo **PARCEIRO OUTORGADO**, nos termos do art. 159 e 1059 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUINTA: Os frangos serão criados com idade entre 25 e 60 dias, contada a partir do recebimento do pintainho, obedecendo um intervalo entre lotes de 2 a 30 dias, observadas as condições sanitárias do aviário, podendo este período ser modificado por motivo de força maior, a critério dos parceiros.

CLÁUSULA SEXTA: Para cada lote entregue, o **PARCEIRO OUTORGADO** receberá, a título de participação na parceira 3% (três por cento) do total das aves prontas para o abate.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A título de incentivo, o **PARCEIRO OUTORGANTE** poderá ampliar a participação supra definida, de acordo com o índice técnico atingido pelo **PARCEIRO OUTORGADO**, índice este obtido com a aplicação da fórmula do Índice de Eficiência Produtiva (IEP).

Viabilidade x Ganha de peso diário

IEP = _____

Conversão Alimentar x 10 (dez)

PARÁGRAFO SEGUNDO: Após encontrado o índice de Eficiência Produtiva, este será levado a uma tabela, para este fim utilizada e da qual ambos **PARCEIRO OUTORGANTE E PARCEIRO OUTORGADO**, declaram terem pleno conhecimento, fazendo a mesma parte deste contrato, em seu anexo 01 (primeiro).

CLÁUSULA SÉTIMA: O **PARCEIRO OUTORGANTE**, tem preferência para a compra das aves que são de direito do **PARCEIRO OUTORGADO**, por força deste contrato, obedecidos os parâmetros do preço de mercado, devendo a intenção de venda do **PARCEIRO OUTORGADO** ser feita por escrito e assinada conforme modelo anexo 02 (segundo)

CLÁUSULA OITAVA: O **PARCEIRO OUTORGADO** constitui-se fiel depositário das aves e insumos, postos em seu poder pelo **PARCEIRO OUTORGANTE**, para que efetue o crescimento e terminação dos frangos, sendo, que não o fazendo por ato de sua responsabilidade, responderá civil e criminalmente, pelas penas do depositário infiel, nos termos da lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica acordado entre as partes, que é válido como aceite de fiel depositário, por parte do **PARCEIRO OUTORGADO**, a assinatura deste, ou de seu preposto, na nota fiscal de entrega de insumos (pintos de um dia, ração, medicamentos e demais necessários para o bom andamento da atividade).

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de desvio dos insumos recebidos e da produção (venda de frangos a terceiros, retenção ou consumo dos mesmos), além das penalidades legais, o **PARCEIRO OUTORGADO** deverá reembolsar ao **PARCEIRO OUTORGANTE**, os valores desviados, cotados ao preço de mercado do dia da ocorrência, corrigidos até o dia do acerto.

CLÁUSULA NONA: Os insumos não utilizados pelo **PARCEIRO OUTORGADO** na produção do lote em questão, são de propriedade do **PARCEIRO OUTORGANTE**, sendo definido por este, o destino dos mesmos, não podendo ser utilizados pelo **PARCEIRO OUTORGADO**, em outras atividades, sob pena de locupletamento ilícito.

CLÁUSULA DÉCIMA: O **PARCEIRO OUTORGADO** se compromete em manter uma ficha de controle do lote, fazendo diariamente as anotações com referência as aves mortas e outras anormalidades que venham a ocorrer, apresentando-a ao **PARCEIRO OUTORGANTE** sempre que lhe for solicitado, ou quando este considerar necessário para o bom andamento da atividade.

PARÁGRAFO ÚNICO: O **PARCEIRO OUTORGADO** obriga-se a avisar o **PARCEIRO OUTORGANTE**, por escrito, quando a mortalidade das aves atingir 0,15% (zero vírgula quinze por cento) do total do plantel alojado e tendo a mortalidade ocorrida em um só dia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O **PARCEIRO OUTORGADO**, por motivos sanitários, se compromete a não manter qualquer outra criação avícola, seja silvestre ou doméstica, na propriedade onde está construído o aviário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O presente contrato pode ser rescindido no caso de persistência pelo período de 04 (quatro) lotes, consecutivos ou alternados, de resultados técnicos abaixo dos padrões normais e sem justificativa convincente, avaliada em comum acordo pelas partes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Departamento Técnico do **PARCEIRO OUTORGANTE** comunicará por escrito as ocorrências ao **PARCEIRO OUTORGADO**, que dará ciência do mesmo, através de assinatura em uma segunda via.

PARÁGRAFO SEGUNDO: É ainda motivo de rescisão por justa causa do presente contrato, por parte do **PARCEIRO OUTORGANTE**, ou **PARCEIRO OUTORGADO**, o não cumprimento das cláusulas do mesmo, não ocorrendo portanto, direito a indenização, ou qualquer outro ressarcimento, quer monetário ou moral, para ambas as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O presente contrato tem prazo de validade de 10 (dez) anos, podendo ser renovado, uma vez manifestada a vontade das partes. O presente instrumento se estende também aos herdeiros e sucessores das partes contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Por livre e espontânea vontade das partes, este contrato tem força executiva, tornando-se título executivo extrajudicial, para todos os fins e efeitos legais de que tratam os artigos 583 e seguintes do Código de Processo Civil. Por estarem justas e de acordo, o presente instrumento fica firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica eleito o foro da Comarca de Palotina - PR. para dirimir quaisquer dúvidas, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Palotina Pr. 27 de Agosto de 1997.

OUTORGANTE Dir. Pres.

OUTORGADO

OUTORGANTE Dir. Sec.

ESPOSA DO OUTORGADO

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA